



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

**PABLO GOMES**

**LINGUAGEM DOCUMENTÁRIA PARA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO NO  
DOMÍNIO DA JUSTIÇA TRANSICIONAL**

Belo Horizonte

2019

**PABLO GOMES**

**LINGUAGEM DOCUMENTÁRIA PARA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO NO  
DOMÍNIO DA JUSTIÇA TRANSICIONAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação, área de concentração Mediação e Cultura, na linha de pesquisa: Memória social, patrimônio e produção do conhecimento.

Orientação: Profa. Dra. Maria Guiomar da Cunha Frota (PPGCI/UFMG).

Belo Horizonte

2019

G633l Gomes, Pablo.

Linguagem documentária para organização do conhecimento no domínio da justiça transicional [manuscrito] / Pablo Gomes. . 2019.  
x, 113 f., enc.

Orientadora: Maria Guiomar da Cunha Frota.  
Dissertação (mestrado) . Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.  
Referências: f. 107-113.

1. Ciência da informação . Teses. 2. Linguagem documentária . Teses. 3. Catalogação por assunto . Teses. 4. Tesouros . Teses. 5. Justiça social . Teses.  
I. Título. II. Frota, Maria Guiomar da Cunha. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.

CDU: 025.43:342.7



UFMG

Universidade Federal de Minas Gerais  
Escola de Ciência da Informação  
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação  
FOLHA DE APROVAÇÃO

"LINGUAGEM DOCUMENTÁRIA PARA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO NO  
DOMÍNIO DA JUSTIÇA TRANSICIONAL"

Pablo Gomes

Dissertação submetida à Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos à obtenção do título de "**mestre em Ciência da Informação**", linha de pesquisa "**Memória social, patrimônio e produção do conhecimento**".

Dissertação aprovada em: 05 de fevereiro de 2019.

Por:

Profa. Dra. Maria Guiomar da Cunha Frota - ECI/UFMG (Orientadora)

Profa. Dra. Alcenir Soares dos Reis - Aposentada - ECI/UFMG

Prof. Dr. Emilio Peluso Neder Meyer - UFMG/Faculdade de Direito

Profa. Dra. Maria Aparecida Moura - ECI/UFMG

Aprovada pelo Colegiado do PPGCI

Profa. Maria Guiomar da Cunha Frota  
Coordenadora

Versão final aprovada em

20/2/19

Profa. Maria Guiomar da Cunha Frota  
Orientadora



Universidade Federal de Minas Gerais  
Escola de Ciência da Informação  
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação  
ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE PABLO GOMES, matrícula: 2017661435

Às 16:00 horas do dia 05 de fevereiro de 2019, reuniu-se na Escola de Ciência da Informação da UFMG a Comissão Examinadora aprovada *ad referendum* pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação em 20/12/2018, para julgar, em exame final, o trabalho intitulado *Linguagem documentária para organização do conhecimento no domínio da justiça transicional*, requisito final para obtenção do Grau de MESTRE em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, área de concentração: Informação, mediações e cultura, Linha de Pesquisa: Memória social, patrimônio e produção do conhecimento. Abrindo a sessão, a Presidente da Comissão, Profa. Dra. Maria Guiomar da Cunha Frota, após dar conhecimento aos presentes do teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra ao candidato para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores com a respectiva defesa do candidato. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença do candidato e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Foram atribuídas as seguintes indicações:

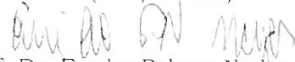
Profa. Dra. Maria Guiomar da Cunha Frota - Orientadora	APROVADO
Profa. Dra. Alcenir Soares dos Reis	APROVADO
Prof. Dr. Emilio Peluso Neder Meyer	APROVADO
Profa. Dra. Maria Aparecida Moura	APROVADO

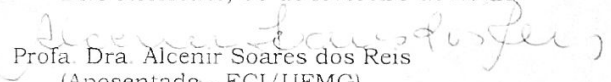
Pelas indicações, o candidato foi considerado APROVADO.


O resultado final foi comunicado publicamente ao candidato pela Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ATA que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.

Belo Horizonte, 05 de fevereiro de 2019.

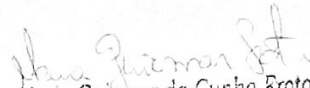
  
Profa. Dra. Maria Guiomar da Cunha Frota  
(ECI/UFMG)

  
Prof. Dr. Emilio Peluso Neder Meyer  
(UFMG/Faculdade de Direito)

  
Profa. Dra. Alcenir Soares dos Reis  
(Aposentada - ECI/UFMG)

  
Profa. Dra. Maria Aparecida Moura  
(ECI/UFMG)

Obs: Este documento não terá validade sem a assinatura e carimbo da Coordenadora.

  
Profa. Maria Guiomar da Cunha Frota  
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação  
em Ciência da Informação

A todos que lutaram e lutam pelo  
fortalecimento da democracia.

Ao meu pai Roberto de Oliveira  
Gomes, Anistiado Político.  
*(in memoriam)*

## AGRADECIMENTOS

Às duas mulheres que fazem minha vida mais feliz a cada dia: minha mãe Maria e minha irmã Paloma.

À professora e orientadora Professora Maria Guiomar, que me trouxe uma nova perspectiva de campo de estudo e pesquisa. Meus agradecimentos sempre serão pequenos frente a tudo que recebi de conhecimento e carinho nesses dois anos.

À banca composta pela professora Dra. Alcenir Soares dos Reis, Dr. Emilio Peluso Neder Meyer e Dra. Maria Aparecida Moura pela cortesia de aceitarem participar da defesa da minha pesquisa de mestrado.

Ao Professor Dr. Fabricio José Nascimento da Silveira que esteve em minha banca de qualificação, mas que, infelizmente, não pode estar na banca de defesa.

Àqueles que sempre estiveram dispostos a escutar e ajudar sobre o meu percurso de estudo e pesquisa no mestrado. Em especial a minhas Primas Darliane Amaral, Denise Amaral e Deborah Amaral.

À minha tia Marinalva da Silva Araújo, por ter confiado que eu conseguiria e por se alegrar a cada vitória minha.

Aos amigos que fiz em Belo Horizonte e que são muito queridos. Um agradecimento mais que especial à Ana Cláudia Ribeiro, Felipe Eleutério Hoffman, Camila Mariana Aparecida da Silva, Rosana Matos da Silva Trivelato e Rogério Luís Massensini, a amizade de vocês foi fundamental em todo processo.

Aos amigos do Maranhão, que também escutaram muitas negativas de festas, comemorações, baladas e passeios por conta da dissertação. Um carinho forte aos colegas/amigos professores do curso de Administração, que me acolheram entre a finalização do mestrado e o início da carreira docente. Foram eles, também, que estão me proporcionando seguir com minha carreira acadêmica ao assumir minhas disciplinas.

À todos aqueles que não aparecem aqui, mas que me ajudaram e muito. Os agradecimentos dos trabalhos acadêmicos sempre parecem tão injustos por não suportar agradecer especificamente a cada um e também por não expressar o quão agradecido eu realmente sou.

*A história que não é transmitida de geração em geração, torna-se esquecida e silenciada. O silêncio e o esquecimento das barbáries gera graves lacunas na experiência coletiva de construção da identidade nacional.*

*Plano Nacional de Direitos Humanos 3*



## RESUMO

Esta pesquisa se propôs a investigar a Linguagem Documentária no contexto da Justiça de Transição no que corresponde ao processo de sua construção. O problema identificado está em entender como a garantia cultural poderia ser aplicada para construção de um Sistema de Organização do Conhecimento de um campo sócio-político complexo, como a JT, em que pudessem ser apreendidas perspectivas além daquelas já usualmente contempladas pelos modelos e pelas fontes tradicionais, que levam em conta a garantia literária, ou seja, documentos acadêmicos e científicos? O objetivo geral está em compreender as perspectivas teóricas da Organização do Conhecimento e sua potencialidade para construção de um modelo de tesauro capaz de representar um campo sócio-político e de produção de conhecimento relativamente recente e complexo, como o campo da Justiça Transicional. A metodologia inclui uma pesquisa qualitativa do tipo descritiva. Já os procedimentos metodológicos iniciam com a escolha do Modelo Metodológico Integrado de Construção de Tesouros ao qual foi adaptado para a inclusão de preceitos da garantia cultural e da ISO 25964 (parte 1 de 2011 e parte 2 de 2013). Utilizou-se a pesquisa bibliográfica para subsidiar a teoria para a adaptação do modelo e pensar a inclusão da garantia cultural e a ISO 25964 para a atualização do modelo. Na análise dos resultados foi possível verificar a adequação do modelo já existente tornando-o mais aberto a diversidade cultural. É possível notar a diferença de algumas etapas do modelo original tanto diretamente no nome como também nas orientações que são dadas aos elaboradores de tesouros. Vários pontos que antes eram orientados a utilização de elementos científicos e acadêmico passaram a entender que não é somente nesses ambientes, científico e acadêmico, que ocorre a construção e utilização de uma linguagem especializada. Nas considerações finais apontou-se que os objetivos, geral e específicos, foram alcançados, o que permitiu a criação de um planejamento inicial de sistematização do novo modelo para a Justiça de Transição no contexto da América Latina.

**Palavras-chave:** Linguagem Documentária. Justiça de Transição. Garantia Cultural. Garantia Literária. Tesauro.

## ABSTRACT

This research aimed to investigate the Documentary Language in the context of Transitional Justice in what corresponds to the process of its construction. The problem identified is to understand how cultural assurance could be applied to construct a Knowledge Organization System of a complex socio-political field, such as JT, in which perspectives could be apprehended beyond those already usually contemplated by models and sources traditional, that take into account the literary guarantee, that is, academic and scientific documents? The general objective is to understand the theoretical perspectives of the Organization of Knowledge and its potentiality for the construction of a thesaurus model capable of representing a relatively recent socio-political field and knowledge production, such as the field of Transitional Justice. The methodology includes a qualitative research of the descriptive type. The methodological procedures begin with the choice of the Integrated Methodological Model of Thesaurus Construction, which was adapted to include cultural guarantee precepts and ISO 25964 (part 1 of 2011 and part 2 of 2013). It was used the bibliographical research to subsidize the theory for the adaptation of the model and think the inclusion of the cultural guarantee and the ISO 25964 for the updating of the model. In the analysis of the results it was possible to verify the adequacy of the existing model, making it more open to cultural diversity. It is possible to note the difference of some steps of the original model both directly in the name as well as in the guidelines that are given to thesaurus developers. Several points that previously were oriented to the use of scientific and academic elements have come to understand that it is not only in these scientific and academic environments that the construction and use of a specialized language takes place. In the final considerations, it was pointed out that the objectives, general and specific, were achieved, which allowed the creation of an initial planning of systematization of the new model for Transition Justice in the context of Latin America.

**Keywords:** Documentary Language. Justice of Transition. Cultural Warrant. Literary Warrant. Thesaurus.

**LISTA DE QUADROS**

<b>Quadro 1</b>	Sistematização de etapas da construção de tesouros	75
<b>Quadro 2</b>	Nova sistematização de etapas da construção de tesouros	79
<b>Quadro 3</b>	Ficha terminológica-guia de registro de termos	93
<b>Quadro 4</b>	Planejamento de aplicação do novo MMICT à Justiça de Transição	99

**LISTA DE ABREVIATURAS**

<b>CDD</b>	Classificação Decimal de Dewey
<b>ANSI/NISO</b>	American National Standards Institute/National Information Standards Organization
<b>CDU</b>	Classificação Decimal Universal
<b>CI</b>	Ciência da Informação
<b>IBCT</b>	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
<b>IFLA</b>	Federation of Library Associations and Institutions
<b>ISKO</b>	International Society for Knowledge Organization
<b>ISO</b>	International Organization for Standardization
<b>JT</b>	Justiça de Transição
<b>LD</b>	Linguagens Documentárias
<b>MMICT</b>	Modelo Metodológico Integrado para a Construção de Tesouros
<b>SOC</b>	Sistema de Organização do Conhecimento
<b>TIC</b>	Tecnologia da Informação e Comunicação

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>1.1 Estrutura das seções</b> .....	18
<b>2 JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO</b> .....	20
<b>2.1 Discussões Terminológicas e Conceituais</b> .....	23
<b>2.2 Um Campo de Disputas</b> .....	31
<b>2.3 A Informação em Justiça de Transição</b> .....	36
2.3.1 <i>As Legislações</i> .....	39
2.3.2 <i>Os Documentos</i> .....	40
2.3.3 <i>Os Relatórios das Comissões de Investigação</i> .....	42
2.3.4 <i>Depoimentos das Vítimas</i> .....	44
2.3.5 <i>Lugares de Memória</i> .....	46
<b>3 ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: PODER E DOMINAÇÃO</b> .....	48
<b>3.1 Tesouros e a Diversidade Cultural</b> .....	54
<b>3.2 As Garantias para Construção de Tesouros</b> .....	59
3.1.1 <i>Garantia Semântica</i> .....	60
3.1.2 <i>Garantia Literária</i> .....	62
3.1.3 <i>Garantia de Uso</i> .....	65
3.1.4 <i>Garantia Organizacional</i> .....	66
3.1.5 <i>Garantia Filosófica</i> .....	67
3.1.6 <i>Garantia Cultural</i> .....	68
<b>4 METODOLOGIA</b> .....	73
<b>4.1 Pesquisa Bibliográfica</b> .....	74
<b>4.2 Modelo para a Construção de Tesouros</b> .....	75
<b>4.3 ISO 25964</b> .....	78
<b>5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS</b> .....	80
<b>5.1 Trabalho Preliminar</b> .....	83
5.1.1 <i>Escolha do domínio e da língua do tesouro</i> .....	85
5.1.2 <i>Delimitação do Subdomínio</i> .....	86
5.1.3 <i>Busca de Vocabulários para Interoperar</i> .....	87
5.1.4 <i>Estabelecimento dos Limites da Pesquisa Terminológica Temática</i> .....	88
5.1.5 <i>Consulta aos Produtores de Informação e Conhecimento do Domínio/Subdomínio</i> .....	88
<b>5.2 Método de compilação</b> .....	89

5.2.1 Coleta do Corpus do Trabalho Terminológico .....	90
5.2.2 Estabelecimento da Árvore de Domínio.....	92
5.2.3 Expansão da Representação do Domínio Escolhido .....	93
<b>5.3 Registro de termos .....</b>	<b>94</b>
5.3.1 Coleta e Classificação de Termos .....	95
<b>5.4 Verificação de Termos .....</b>	<b>96</b>
5.4.1 Verificação, Classificação e Confirmação de Termos.....	96
5.4.3 Uso do Vocabulário de Especialidade para o Estabelecimento de Relações entre os Descritores e de Relações entre Descritores e Não Descritores .....	98
5.4.4 Organização das Relações entre Descritores.....	98
5.4.5 Mapeamento dos Vocabulários Interoperáveis.....	99
5.4.6 Consulta aos Produtores de Informação e Conhecimento do Domínio/Subdomínio .....	100
<b>5.5 Forma de apresentação de um tesouro .....</b>	<b>100</b>
5.5.1 Trabalhos de Apresentação do Tesouro.....	100
<b>5.6 Planejamento das Etapas do Tesouro para a Justiça de Transição .....</b>	<b>101</b>
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>103</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>108</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O objetivo principal desta dissertação é investigar possibilidades de criação de tesouros que se estruturam como um instrumento para a Justiça de Transição (JT) capaz de integrar a perspectiva ampliada dos atores sociais que constituem o campo, suas leis e suas instituições, bem como a literatura científica.

No que concerne aos estudos em Ciência da Informação (CI), é necessário perguntar: para que servem os Sistemas de Organização do Conhecimento (SOCs), as Linguagens Documentárias (LDs) mais especificamente?

Essa é uma pergunta que pode ser facilmente respondida se olharmos os livros acadêmicos, artigos científicos e manuais técnicos da Biblioteconomia e CI. A maioria deles, principalmente aqueles que ganham destaque na área, responderiam que é aos profissionais da informação, como instrumento de organização, e aos usuários da informação, como instrumento de auxílio a localização.

Essa não é uma resposta equivocada, já que, em uma ponta do sistema de informação temos os profissionais organizando as informações e na outra ponta temos os usuários com suas necessidades informacionais, os dois utilizando o mesmo instrumento.

Contudo, é uma resposta muito simplista. Não leva em consideração questões sociais e políticas que estão envoltas em cada LD que é criada e colocada em uso. Essas questões sociais, políticas e ideológicas influenciam na construção das LDs e são objetos de estudo da Organização Social do Conhecimento – campo que surge da Organização do Conhecimento, mas que entendem as atividades da área envoltas em questões sociais e culturais). Por mais que a premissa da “neutralidade bibliotecária” (CUNHA, 1987, p. 53) tenha tentado trazer certa imparcialidade à construção dos SOCs e à própria ação bibliotecária, é entendimento fácil de que ela é utópica.

Com relação a essa neutralidade e os possíveis usos que as LDs podem ter, vale lembrar o manual de Análise Documentária do IBCT de 1987. Nele, a Professora Isabel Maria Ribeiro Ferin Cunha faz uma série de perguntas que leva a questionar para que servem as LDs.

A pergunta mais inquietante que a Professora faz é “Será a língua um meio de dominação e a LD um instrumento escamoteador dessa realidade?”. É algo tão sutil que é quase imperceptível se não houver um questionamento profundo sobre os instrumentos de representação da informação. Alguns estudos recentes sobre os sistemas de classificação bibliográfica, com destaque à Classificação Decimal Universal (CDU), amplamente utilizada no Brasil e no mundo, identificaram que essa não é imparcial e escolhe algumas orientações ao invés de outras.

É necessário colocar em análise que esses instrumentos que, historicamente, levam em consideração o uso do discurso científico e acadêmico em sua construção. Ou seja, o uso da garantia literária. As próprias normas e manuais técnicos apontam para essa escolha.

Dessa forma, profissionais responsáveis pela criação da LD também acabam fazendo escolhas e tomando decisões que podem repercutir em um único discurso e demonstrar seus pontos de vistas individuais e institucionais sobre determinado tema.

Os documentos que serão utilizados também são selecionados com base em critérios que demonstram um ponto de vista. E isso leva a uma outra pergunta: o que acontece com os usuários da informação que não conhecem a terminologia acadêmica e científica de uma área de especialidade?

No momento em que há a escolha de um discurso acadêmico e científico, predominantemente quando falamos em sistemas de informação, o profissional acaba gerando exclusão daqueles que não estão familiarizados com a terminologia de uma determinada área. Há, então, uma dominação de uns sobre os outros. Sem contar que esses instrumentos acabam por disseminar certos discursos adotados.

É preciso lembrar que sempre haverá um discurso sendo disseminado e dominando. O problema não está em assumir que as LDs cumprem também papel de poder, mas de não as questionar.

É necessário tornar a construção do instrumento e a informação mais próxima dos usuários, da sua realidade, daquilo que o caracteriza único frente a outras comunidades de usuários. Se refletirmos sobre as relações de poder que as informações e as LDs possuem, é clara a existência de algumas áreas em que elas



serão mais ressaltadas, no caso da linguagem própria do campo da JT, objeto de investigação da presente dissertação.

A temática da JT, no Brasil, tem origem a partir do fim Ditadura Militar. Mais especificamente, à partir da promulgação da Constituição de 1988 se intensifica o processo de edição e de publicação de diversas legislações, relatórios, artigos científicos, livros e outros materiais que buscam reestruturar e interpretar o Estado Democrático de Direito, entretanto, essa produção ganha maior extensão a contar de 2003. Assim, a Justiça Transicional é um campo de prática, de disputas e lutas pela implementação das políticas de memória, verdade e justiça e também um campo investigativo, interpretativo e de produção de sentidos. Esse campo prático e teórico tem de enfrentar segmentos e discursos em que é recorrente a negação das violações aos direitos humanos no período ditatorial praticadas sobretudo, mas não exclusivamente, pelos agentes estatais.

Há, portanto, dois movimentos contrários no cenário social, político e informacional. O movimento de luta pela Memória, Verdade e Justiça, composto pelas vítimas, diretas e indiretas, simpatizantes da causa e especialistas (aqui se referindo àqueles com formação acadêmica e científica); e pelo movimento daqueles que continuam a legitimar a ditadura e suas práticas e discursos, seja por ação, por omissão, por convivência ou por aquiescência.

Uma das dimensões da Transição é o direito a verdade e a memória. As informações sobre os períodos de repressão são fundamentais para a efetivação dessa dimensão, que se pauta na preservação, na organização e no acesso. Porém, é necessário também pensar na própria transição como criadora e produtora de conhecimentos e informações que precisam estar disponíveis a todos.

Quando falamos em informação e sua importância para os indivíduos, principalmente no contexto da JT, que objetiva a não reincidência das violações, é fundamental que essas referências sejam encontradas com facilidade, que estejam disponíveis para aqueles que delas necessitarem, pois elas são as memórias a serem repassadas ao futuro, como forma de conhecimento da história do país. São também noções essenciais às medidas de reparação, de responsabilização e de reforma institucional.

Para a JT, a necessidade de um tesouro que seja construído pensando-se na utilização pelo usuário, especialista ou não, é basilar. A recuperação das informações nessa área é um fator fundamental para a efetivação da justiça e para a disseminação da Memória da ditadura brasileira. Isso significa também que um bom acesso à informação cumpriria também um papel político, já que o país deve se comprometer com a preservação e com o acesso à Memória visto pelas recomendações do Relatório da Comissão Nacional da Verdade.

Posto isso, não se pode pensar um tesouro para esse campo que esteja somente estruturado com uma garantia literária, que é a mais comum, e disponível para busca. É necessário que este instrumento possua também garantias semânticas, que integrem a participação do usuário, como é o caso da garantia cultural. É fazer uma aproximação dos usuários com intuito de reduzir o exercício de poder de discursos que neguem a história e os fatos apresentados pela JT.

Pensando na transição, as informações e o seu envolvimento e lutas nos campos sociais e políticos pela preservação de sua memória e a possibilidade do tesouro ser um redutor dessa ação, chega-se à questão problema que orienta esta pesquisa: como a garantia cultural poderia ser aplicada para construção de um SOC de um campo sócio-político complexo, como a JT, em que pudessem ser apreendidas perspectivas além daquelas já usualmente contempladas pelos modelos e pelas fontes tradicionais, que levam em conta a garantia literária, ou seja, documentos acadêmicos e científicos?

Compreender as perspectivas teóricas da Organização do Conhecimento e sua potencialidade para construção de um modelo de tesouro capaz de representar um campo sócio-político e de produção de conhecimento relativamente recente e complexo, como o campo da Justiça Transicional é, portanto, o objetivo central desta dissertação. A perspectiva é pensar na criação de tesouros que permitam a construção de um instrumento para a JT que integre a perspectiva ampliada dos atores sociais que constituem o campo, suas leis e instituições e a literatura científica. Para tanto, traçou-se como objetivos específicos:

a) sistematizar a literatura de JT identificando como se constituiu em um campo sócio-político complexo e clivado de tensões e conflitos sociais e políticos;

- b) mapear a constituição da JT como campo de conhecimento de produção de informações legais e acadêmicas;
- c) identificar na literatura contemporânea sobre Representação e Organização da Informação e do Conhecimento dimensões e conceitos relativos à dinâmica cultural e social (garantia cultural);
- d) analisar, de forma crítica, modelos de construção de tesouros que tem como foco central a garantia literária e se o foco nas garantias culturais e sociais pode viabilizar modelos mais potentes para representar campos contemporâneos e complexos;
- e) delinear variáveis que permitiram a construção de modelos e de métodos de elaboração de tesouros que privilegiam a dimensão cultural (garantia cultural) e social e representem de forma mais dinâmica temas complexos.

Ressalta-se que a intenção dessa pesquisa não está na construção de um tesouro específico para a JT, mas sim em estudar esse campo e tentar traçar um modelo mais dinâmico e que possa validar o discurso dos usuários, caracterizado aqui principalmente pelas vítimas, academia e ciência. É parte do entendimento de que o modelo dará oportunidade ao tesouro de ser um instrumento de resistência.

## **1.1 Estrutura das seções**

O trabalho que envolveu essa pesquisa foi dividido em seis seções que envolvem discussões empíricas e teóricas. A primeira seção é esta, que trata da introdução ao tema da dissertação. Nela foi desenvolvido a interação entre a CI e a JT, que levará como mote o desenvolvimento de um modelo para a construção de tesouros que seja mais acessível a diversidade de pontos de vista. É nesta seção também que estão expostos o problema e objetivos da pesquisa, geral e específicos.

A segunda seção é a primeira parte do referencial teórico e faz a aproximação com a JT, trazendo conceitos básicos para entender a dinâmica dessa área e as demandas sociais e políticas que envolvem o seu trabalho. No desenvolvimento deste capítulo fez-se uma explanação sobre o conceito e o termo Justiça de Transição. As disputas sociais e políticas com as quais a área se envolve também foram destacadas

neste capítulo, sejam elas no campo simbólico ou material. Para terminar, tratou-se da informação em JT com a exposição de algumas fontes de informação.

Na seção seguinte, houve uma discussão sobre a Organização do Conhecimento, isso partindo da discussão desses como instrumento de dominação e exercício do poder. Depois, colocou-se em evidência o tesouro e como ele poderia ser usado para abranger uma diversidade cultural. As garantias da construção dos SOCs também foram descritas para deixar clara a participação de cada uma delas na diversidade cultural de um sistema. É dado foco na garantia cultural, que é objeto de interesse dessa pesquisa e na construção do modelo de construção de tesouros.

A quarta e quinta seção foram abordadas, respectivamente, dizem respeito à metodologia e a apresentação e discussão dos resultados da pesquisa. A primeira, apontando o caráter científico e os procedimentos realizados e a segunda com a explicitação dos resultados obtidos por meio da discussão de cada um dos elementos que compõe o modelo de construção de tesouros escolhido e em seguida adaptado.

Por fim, na sexta seção, foram tratadas as considerações finais da pesquisa. Apontando para a finalização desse trabalho, mas ensejando a continuidade com a aplicação do modelo adaptado e com outras pesquisas que sejam relevantes à JT e à Ciência da Informação.

## 2 JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

A humanidade não foi construída somente de momentos e tempos de respeito, dignidade e igualdade entre os seres humanos. A história está repleta de guerras, de genocídios, de escravidão, de tortura, que mostram como a humanidade costuma agir quando não há o devido respeito ao próximo. Nem sempre fomos vistos e, de certa forma, ainda não somos, como iguais, seja por características físicas, psicológicas, políticas ou outras. Isso foi motivo de muitos atos cruéis para tentar exterminar, suprimir ou mesmo dominar certas sociedades, comunidades ou pessoas. Esse fato é ressaltado por Quinalha (2012, p. 85) no momento em que ele se refere à trajetória da humanidade que gerou conflitos e momentos de repressão:

Episódios de violência extrema, na história da humanidade, não são fenômenos inéditos, tampouco se trata de invenções originais, concebidas ou postas em prática apenas na modernidade. Sequer é preciso fazer um inventário das guerras, autocracias, perseguições e atrocidades que acompanharam os últimos dois mil anos da vida humana em comunidade.

Como forma de reação à repressão, surgem os movimentos de resistência. Esses movimentos são responsáveis por mudanças nos paradigmas sociais que prevalecem em certos momentos. Eles saem de sua inércia social para lutar por direitos sociais e civis que são tão necessários à equidade e à democracia. Os movimentos sociais, mesmo que inicialmente pequenos, como por exemplo a Movimento Estudantil<sup>1</sup>, foram capazes de gerar grandes mudanças para a sociedade atual.

Após um período de repressão, a partir do reconhecimento por parte do Estado de sua responsabilidade, inicia-se um período de readaptação social, política e jurídica. São, então, criadas leis, políticas públicas, instituições, informações que sejam promotoras das mudanças sociais necessárias e pleiteadas pelos movimentos de resistência. Contudo, as mudanças nem sempre ocorrem de forma rápida e são muito mais complexas do que a criação de leis, de políticas públicas e de outras necessidades acima citadas, pois não existe uma JT padronizada, no formato de uma

---

<sup>1</sup> O movimento estudantil no Brasil começa muito antes da criação da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1937. É possível ver formações e organização de movimentos de estudantes desde o Brasil Colônia, como por exemplo em 1710, com a primeira manifestação estudantil em represália a uma invasão de soldados franceses à cidade do Rio de Janeiro. Houve a presença ainda em movimentos abolicionistas e na Inconfidência Mineira. Até antes da criação da UNE, houve a presença descentralizada no Brasil Império, como na Primeira e na Segunda República.

caixa de ferramentas. Cada caso demanda especificidades que fazem plural o modo como ocorre em cada cenário.

Há, então, um período de transição entre um estado anterior – de exceção, totalitarismo, guerra e conflito – e um novo estado – democrático, de respeito à dignidade humana, paz e igualdade. Esse período é conhecido por Justiça de Transição. Mesmo com forte referência à aplicação das leis pela justiça, a JT vai muito além delas. Entretanto, “o desafio de uma transição nunca se resume à mera restauração de uma ordem antiga temporariamente suspensa, como se se tratasse de recolocar nos trilhos a evolução de uma determinada comunidade” (QUINALHA, 2012, p. 82). É um processo que demanda mudanças sociais profundas e, como dito anteriormente, não acontece tão rapidamente e nem de modo uniforme nos distintos contextos.

De acordo com Teitel (2011) o surgimento da área está relacionado ao período pós-Segunda Guerra Mundial, em 1945. Com o tempo, a área foi se estruturando, ganhando notoriedade e é visto que “as bases da JT ganharam mais coerência nos últimos vinte e cinco anos do Século XX, iniciando-se especialmente pelos julgamentos dos membros da junta militar na Grécia (1975) e Argentina (1983)” (SANTOS, 2010, p. 44).

O objetivo principal é gerar uma relação entre passado e presente, a fim de evitar a repetição das violações dos Direitos Humanos que ocorreram no regime de exceção (TOSI; SILVA, 2014). Nesse sentido, vê-se que a JT vai muito além das ações de justiça, aplicação de penas e ressarcimento das vítimas. Ela demanda ações em diversos setores da sociedade, para evitar o que os autores colocam como a não repetição das violações.

A JT está presente em diversos países, como Alemanha, México, Argentina, Chile e Brasil. Na Alemanha, o marco da JT foi a queda do Muro de Berlim e a reunificação das duas “Alemanhas”, Oriental e Ocidental. Tem-se, então, que a transição está ligada ao reestabelecimento da democracia, numa unificação alemã, e também em relação as violações aos Direitos Humanos, que ocorreram durante o regime comunista da Alemanha Ocidental. Assim, a JT tinha

o desafio de como tratar a questão da violação dos direitos humanos perpetrada pelo antigo regime comunista na RFA, bem como qual caminho o país deveria seguir para que a transição fosse feita da melhor forma possível,

consolidando, assim, uma nova Alemanha unificada baseada nos princípios democráticos. (SAVOLDI, 2015, p. 10)

No México, as violações aos Direitos Humanos são, principalmente, aquelas apuradas entre as décadas de 1960 e 1980 e que ocorreram em meio a regimes de governos eleitos.

Entre os anos 1960 e 1980, em especial, episódios como a guerra sucia e a repressão ao movimento estudantil nos anos de 1968 (massacre de Tlatelolco) e 1971 (massacre de Corpus Christi) evidenciavam a política oficial do Estado de perseguição de seus oponentes e o desrespeito do regime para com as normas internacionais de direitos humanos, apesar da defesa formal do tema nos textos constitucionais e na política externa do país. Durante os governos dos presidentes Gustavo Díaz Ordaz (1964-1970), Luis Echeverría (1970-1976) e José López Portillo (1976-1982), massacres, execuções extrajudiciais, desaparecimentos forçados, detenções arbitrárias e o uso sistemático de tortura eram práticas oficiais do Estado mexicano. (BERNARDI, 2015, p. 242)

Foi somente após os casos de atuação da JT nos países Sul-americanos que o México, enfim, conseguiu iniciar seu processo de redemocratização (BERNARDI, 2015).

Na Argentina, o período de transição está relacionado ao período pós-ditadura. Essa transição iniciou em 1983, após dez anos de ditadura no país.

A última ditadura civil-militar argentina, chamada de Proceso de Reorganización Nacional pela primeira junta militar, iniciou-se em 24 de março de 1976 e teve fim com as eleições democráticas de Raúl Alfonsín para a presidência, em 10 de dezembro de 1983. O processo de transição entre os governos ditatorial e democrático não ocorreu por meio de um acordo, mas como consequência das sucessivas crises que o governo enfrentava. A derrota na guerra das Ilhas Malvinas e a crise econômica foram os pontos culminantes no processo de enfraquecimento do poderio militar. (DUQUE; CARVALHO, 2016, p. 15)

A JT no Chile, assim como em outros países da América Latina, está diretamente relacionada ao período ditatorial ocorrido no país. Período, este, iniciado no ano de 1973, três anos antes do que na Argentina, após o golpe de Estado organizado por Augusto Pinochet, que ocupava o cargo de General. A história da transição do país apresenta alguns elementos que a distingue dos outros países Sul-americanos, pelo menos em certos termos, como foi a presença do General Pinochet no governo após o fim da Ditadura. O processo de transição no país ocorreu sobre

forte controle daqueles que eram os perpetradores violências cometidas (BARBOSA; CARVALHO; FREITAS, 2016).

No Brasil, o período transicional, caracterizado pelo fim da ditadura militar, é marcado pela edição e pela publicação de diversas legislações, de relatórios, de artigos científicos e de livros que buscam reestruturar e interpretar o Estado Democrático de Direito. Uma das primeiras legislações que iniciou o processo de transição, e que serviu de base para uma série de outras, é a Lei de Anistia, ou Lei 6.683, de 28 de agosto de 1979. A Lei de Anistia, mesmo que publicada antes do fim da Ditadura, período que compreende de 1964 a 1985, constitui-se como um dispositivo vinculado à transição do período de repressão para a democracia.

A aprovação da Lei da Anistia no Brasil em 1979, durante o regime militar, é o marco jurídico fundante do processo de redemocratização. A forte e histórica mobilização social da luta pela anistia e pela abertura política é de tal sorte que do conceito de anistia emana toda a concepção da Justiça de Transição no Brasil. (ABRÃO; TORELLY, 2015, p. 21)

O próprio regime militar já apontava para a Lei de Anistia como o início da transição para a democracia. Tanto que “o governo começava a acenar com o seu projeto de ‘abertura lenta, gradual e segura’” (ARAÚJO, 2015, p. 66).

Os contextos transicionais em diferentes países, com suas especificidades e desafios, indicam a importância da pesquisa continuada sobre a área. Como uma base comum de referência para essas pesquisas, é necessária uma análise sobre o termo e o conceito de JT. A análise de algumas definições nas diversas áreas que investigam o tema aponta elementos de entendimento comum, mas não há uma definição única, consensual.

## **2.1 Discussões Terminológicas e Conceituais**

Das diversas discussões sobre a JT, podemos encontrar várias em relação ao termo que dá nome a esse campo do conhecimento e também à sua conceituação. Tanto no Brasil como no restante mundo, o debate está posto e acaba gerando um embate teórico e conceitual sobre a formação, sobre elementos e sobre a atuação da JT.



A primeira forma de referência terminológica ao campo da JT apareceu em uma conferência proferida em 1992, por Ruti Teitel (Professora Titular de Direito Comparado na New York Law School). Nesse momento, o termo utilizado foi *Justice in Times of Transition*, que em tradução livre para o português ficaria “justiça em tempos de transição”. De acordo com Quinalha (2012), um dos instrumentos que acabaram por auxiliar na disseminação do termo foi uma obra organizada por Neil Kritz, em 1995, e que proporcionou não somente a colocação do termo em destaque, mas também as bases teóricas desse campo.

Todavia, o termo em inglês se popularizou a partir de 1995 por *Transitional Justice*, justamente pela obra de Neil Kritz, que possui como título *Justiça Transicional: Como as Democracias Emergentes se Comportam com Antigas*<sup>2</sup>. Dentro das discussões sobre a origem do termo, é importante considerar a disputa pela autoria. A princípio, tem-se que “Ruti Teitel reivindica a autoria da frase e é provável que ela esteja entre as primeiras a utilizá-lo e tenha sido fundamental para sua difusão” (ARTHUR, 2011, p. 83). Um pouco mais adiante, a autora continua:

Contudo, em torno deste mesmo período existem outros usos, e alguns até mais cedo. Em 1989, os volumes do filósofo Kritz foram analisados por pessoas com uma variedade de grupos institucionais [...]. Tanto o estudo de Timothy Garton Ash no *The New York Review of Books* quanto o estudo de Richard Siegel's no *Human Rights Quarterly* foram peças importantes na definição do trabalho de Kritz no contexto dos livros sobre o assunto. [...] Milton Fisk utilizou a frase em uma discussão da transição para o socialismo, ver Milton Fisk, *The State and Justice: An Essay in Political Theory* 304 (1989). Mais significativa ainda, em 1992 o sociólogo argentino Juan E. Corradi fez referência à “justiça de transição” em um texto que ele escreveu para um volume editado sobre estado de terror na América Latina. [...] Por fim existe um capítulo intitulado “Justiça de Transição” em um livro obscuro de 1948 sobre a ocupação norte-americana do Novo México [...]. (p. 83)

Em português, o termo traduzido seria *Justiça Transicional*, numa tradução mais próxima do termo original. Contudo, a forma mais popular e mais utilizada é *Justiça de Transição*. Os dois termos configuram como sinônimos, sem diferenciações conceituais na utilização ou de um termo ou de outro. É necessário comentar que o termo, apesar de amplamente usado, seja em português ou em inglês, ainda não está totalmente consolidado.

---

<sup>2</sup> *Transitional Justice: How Emerging Democracies Reckon with Former*

Em 2012, Quinalha em sua dissertação pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, intitulada “Justiça de Transição: contornos do conceito”, faz um retrospecto e uma análise do termo em sua relação de formação composta e individual de cada palavra com os conceitos que lhe agregam valor. Para o autor, é possível sustentar “que a associação entre ambas palavras acaba, em alguma medida, delimitando um pouco a multiplicidade de sentidos possíveis que cada uma encerra” (p. 92).

O mesmo pensamento é indicado por Timothy Garton Ash. De acordo com (ARTHUR, 2011, p. 85) a crítica de Ash com base na obra de Kritz indica que “foi o único crítico que questionou a utilidade linguística da expressão “justiça de transição”. Para ele, o livro foi “muito rigoroso em seu título” e nenhuma palavra ou frase existente em inglês capturaria o alcance de todos os processos abrangidos”. Ainda de acordo com o autor, Ash propõe a utilização de termos como a cura, o tratamento, o encerramento, o confronto e o enfrentamento do passado.

Com a intenção de entender a formação do termo e refazendo parte do percurso que o autor propôs em sua dissertação há a necessidade de entender o conceito individual que cada palavra – em amplitude geral do dicionário – possui na formação do termo composto. A primeira palavra posta para análise é a “justiça”. Recorrendo ao dicionário especializado em Direitos Humanos, temos que justiça é

valor; compreensão do significado e do sentido do que é justo e legítimo em situações particulares e gerais; em função do contexto, diante de interesses diferentes ou contrários, ou de situações de discriminação, em virtude de estigma e preconceitos, Justiça é reconhecimento do outro em identidade e em ação, assim em relação a crenças e objetivos; o termo refere-se também ao Poder Judiciário, um dos poderes do Estado que tem por função solucionar conflitos e casos concretos, através de processos. (LEONELLI, 2003, p. 51)

Os dois primeiros conceitos apresentados remetem à justiça de forma ampla e de sua aplicação. Já os dois outros conceitos referem-se a ela como o exercício daquele ou daqueles que julgam. De forma mais aplicada ao campo do Direito, Quinalha (2012, p. 92) diz que “refere-se, genericamente, aos objetivos visados nesse tipo de experiência, remetendo a um ideal do que seja justo”. Sua conceituação de justiça só acrescenta ao primeiro e ao segundo conceitos aquilo a qual a justiça se presta: dar a cada um aquilo que é seu, é o mesmo que ser justo.

Quando dentro da JT em si, o conceito se expande. É o que se apresenta em *A Enciclopédia do Genocídio e Crimes Contra A Humanidade*<sup>3</sup> de Bickford (2005, p. 1046) quando coloca que “embora o campo dependa de princípios jurídicos internacionais que exijam a acusação dos perpetradores, esse contexto também inclui formas de justiça, como programas de reparação e mecanismos de busca pela verdade”<sup>4</sup>.

Já em relação à palavra transição, nesse momento recorrendo a um dicionário geral da língua portuguesa por inexistência do termo em dicionários especializados, temos que essa é o “1. Ato ou efeito de transitar. 2. Passagem dum lugar, assunto, tratamento, etc., para outro. 3. Processo ou período de mudança de um estado ou condição para outro estado ou outra condição” (FERREIRA, 2001, p. 681). Essa concepção que se faz do conceito é de aplicação geral. Já nas palavras de Quinalha (2012), com foco no direito e na política de aplicação da JT, o termo transição se refere ao período, ou recorte temporal, no qual houve abusos e violações contra os direitos humanos.

Com relação à Enciclopédia, Bickford (2005, p. 1046) encontra um conceito mais aprofundado e em complementação ao entendimento dele dentro da JT. Dessa forma,

O segundo conceito-chave é o de transição, no qual se refere a uma grande transformação política, como a mudança de regime autoritário ou repressivo para um democrático ou eleitoral ou uma transição do conflito para a paz ou a estabilidade. Embora as transições sejam entendidas como processos longos, há também uma ênfase em momentos históricos chave, como os que ocorreram no Chile (1990), Timor Leste (2001), Guatemala (1994), Polônia (1997), Serra Leoa (1999) e África do Sul (1994). Quando uma sociedade “vira uma nova esquerda” ou “inicia um novo começo”, mecanismos de justiça transicional podem ajudar a fortalecer esse processo<sup>5</sup>.

É interessante notar que Quinalha e Bickford dão ênfase aos momentos de violação de direitos humanos tendo o autoritarismo, a repressão ou o conflito como

---

<sup>3</sup> The Encyclopedia of Genocide and Crimes Against Humanity

<sup>4</sup> although the field depends on international legal principles that require the prosecution perpetrators, this context also includes forms of justice, such as reparations programs and truth-seeking mechanisms.

<sup>5</sup> The second key concept is transitional, which refers to a major political transformation, such as regime change from authoritarian or repressive rule to democratic or electoral rule or a transition from conflict to peace or stability. Although transitions are understood as long processes, there is also an emphasis on key historical moments such as those that occurred in Chile (1990), East Timor (2001), Guatemala (1994), Poland (1997), Sierra Leone (1999) and South Africa (1994). When a society “turns over a new left” or “gests a fresh start,” mechanisms of transitional justice can help strengthen this process.

elementos identificadores da necessidade de uma mudança, ou transição. Os dois tratam do mesmo assunto, mas o segundo autor foi mais descritivo no que seria o momento anterior e no que seria o momento pós-transição. Há também o entendimento mútuo de que se trata de um período de tempo para a correta identificação do que será a transição, ou melhor, o período de transição.

Também auxiliam no entendimento específico do termo Roesler e Senra (2013, p. 41), quando colocam que as

Transições são, por definição, períodos de ruptura, que oferecem uma possibilidade de contestação e de escolha entre distintas narrativas históricas, a fim de reconstruir o significado dos conflitos do passado e de rever suas implicações presentes e futuras.

Para Quinalha (2012, p. 92), o termo anteriormente cunhado por Teitel em 1992 era o mais autoexplicativo dos conceitos. Nisso, o autor expõe que

Conjugados entre si, os dois vocábulos indicam não exatamente que se trata de um tipo diferente de justiça, mas do fenômeno da justiça em um período histórico determinado, qual seja, durante uma mudança entre regimes. Com efeito, a expressão originalmente adotada era justiça em períodos de transição (“justice in times of transition”), que escancarava mais claramente essa ideia.

Contudo, as discussões não se encerram no campo terminológico. O conceito de JT se encontra em constante mudança e com faces relativas às questões regionais de vivência de cada país. É necessário, então, entender além da união das duas palavras-chave que formam o termo composto. Quais são seus elementos, suas características e suas abrangências.

Entende-se de forma mais geral que a “A justiça transicional refere-se à visão da justiça associada a períodos de mudança política, como refletido na fenomenologia de respostas principalmente legais que lidam com o erro de regimes antecessores repressivos”<sup>6</sup> (TEITEL, 2002, p. 893). O foco nesse conceito está na identificação do “objeto”, isto é, elemento de interesse da JT. Dessa forma, a autora coloca o que se faz em relação aos períodos de mudança política relativos a um passado de regimes de repressão.

---

<sup>6</sup> Transitional justice refers to the view of justice associated with periods of political change, as reflected in the phenomenology of primarily legal responses that deal with the wrongdoing of repressive predecessor regimes.

Entende-se pelo conceito de Teitel que a JT ligaria um passado de repressão a um futuro de “estabilidade política”. Esse entendimento também é dado por Roesler e Senra (2013, p. 41) colocando que

Transições são, por definição, períodos de ruptura, que oferecem uma possibilidade de contestação e de escolha entre distintas narrativas históricas, a fim de reconstruir o significado dos conflitos do passado e de rever suas implicações presentes e futuras. (ROESLER; SENRA, 2013, p. 41)

É o que também aponta Quinalha (2012, p. 92) quando afirma que o motivo de existir da JT está no fato da ocorrência de grandes mudanças políticas.

A mais singular característica da justiça de transição é o fato dessa ocorrer em um momento de profundas mudanças políticas. Essa é, aliás, sua razão de existir. São justamente a incerteza e a instabilidade excepcionais que demandam uma concepção de justiça mais adequada e menos normalizada.

Contudo, a abrangência de ação da JT vai além dos períodos de repressão. A Organização das Nações Unidas (ONU) indica que a

A justiça transicional é uma abordagem para violações sistemáticas ou maciças de direitos humanos que ambas proporcionam reparação às vítimas e cria ou aumenta oportunidades para a transformação dos sistemas políticos, conflitos e outras condições que podem estar na raiz dos abusos<sup>7</sup>. (UNITED..., 2008, p. 1)

Isso mostra que não se faz somente nos locais em que houve períodos de repressão política, mas de abusos diversos aos direitos humanos. Entretanto, há uma atenção grande aos períodos ditatoriais e autoritários, principalmente do estudo da JT na América Latina. O conceito apresentado por Cuya (2011, p. 40) demonstra a presença marcante do regime totalitário e de ditaduras.

Denomina-se justiça transicional o conjunto de medidas direcionadas a superar os graves danos causados à sociedade por regimes totalitários e/ou ditatoriais que, em contextos de anomalia constitucional, cometem violações aos direitos humanos contra pessoas ou grupos de uma determinada nação. Essas medidas, ainda que na atualidade não estejam integradas em acordo ou tratado internacional específico algum, nutrem-se dos principais instrumentos internacionais de direitos humanos.

---

<sup>7</sup> Transitional justice is an approach to systematic or massive violations of human rights that both provides redress to victims and creates or enhances opportunities for the transformation of the political systems, conflicts, and other conditions that may have been at the root of the abuses.

O entendimento conceitual de Torelly (2010, p. 83) se complementa com os demais autores com o acréscimo do plano democrático de atuação da JT.

Denominou-se de “Justiça de Transição” a uma série de iniciativas empreendidas por via dos planos internacional, regional e interno, nos países em processos de libertação ou democratização, englobando suas políticas públicas, suas reformas legislativas e o funcionamento de seu sistema de justiça, para garantir que a mudança política seja bem sucedida e que, ao final dela, exista não apenas uma democracia eleitoral (caracterizada por eleições procedimentalmente equitativas), mas sim um Estado de Direito na acepção substancial do tema.

Corroborando com o autor supracitado, Tosi e Silva (2014) entendem que, em sua essência, a JT deve ser democrática. Porém, sua visão também vê nessa democracia um passado de um regime totalitário ou ditatorial. Mas o autor faz uma acepção de que o processo deve ser democrático em seus meios e em seus objetivos. Assim, pode-se abranger a questão democrática para além do reestabelecimento da ordem democrática, mas também de outras violações dos direitos humanos.

Bickford (2005), por sua vez, conceitua a JT como um campo, seja ele de investigação ou de prática, com foco nas sociedades que sofreram com abusos relativos à violação dos direitos humanos durante certo período. Ressalta-se que não se limita somente às violações aos direitos humanos. Apresentam-se as atrocidades em massa, genocídios, formas severas de trauma e guerras civis como elementos que também necessitam de um instrumental para que se alcance um futuro mais democrático, justo e pacífico. Seria então, essa justiça uma forma de enfrentamento do passado traumático para um estado de transformação política. O autor também inclui no debate sobre o conceito dois pontos chave para entender a JT, sejam elas estratégias judiciais ou não judiciais.

Esse ponto abordado, estratégias não judiciais, é base para entender que a JT não se faz somente em elementos que se constroem dentro do ambiente dos tribunais. Bickford (2005) coloca como exemplo de estratégias judiciais os processos contra os perpetradores de violência, as comissões de verdade e a reforma das instituições. Por outro lado, àquelas que são não judiciais, têm-se a memorialização das vítimas.

Sobre as questões judiciais e não judiciais, a ONU também se manifesta em apontar a efetivação da JT também por elementos que ficam fora do ambiente jurídico do tribunal, contudo, dentro da lei.

A justiça transicional consiste em processos e mecanismos judiciais e extrajudiciais, incluindo iniciativas de acusação, busca da verdade, programas de reparação, reforma institucional ou uma combinação adequada dos mesmos. Qualquer combinação escolhida deve estar em conformidade com os padrões e obrigações legais internacionais. A justiça transicional também deve buscar levar em conta a raiz das causas dos conflitos e das violações relacionadas de todos os direitos, incluindo os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais. Por lutar para abordar o espectro de violações de uma forma integrada e interdependente, a justiça transicional pode contribuir para alcançar os objetivos mais amplos de prevenção de novos conflitos, construção da paz e reconciliação<sup>8</sup>. (UNITED..., 2010, p. 3)

É necessário observar que a questão dos mecanismos não judiciais foi ponto de contestação por parte de Timothy Garton Ash na utilização do termo Justiça Transicional, pois esse não abrange somente elementos judiciais que estariam agregados ao termo justiça. Por esse motivo, o autor propôs a utilização de termos mais abertos àqueles mecanismos não judiciais.

Encontram-se diferenças também na divisão das dimensões da área. O reestabelecimento da democracia e a composição dessa justiça aconteceriam, de acordo com Abrão (2012, p. 59), com base em quatro dimensões: “a reparação; o fornecimento da verdade e construção da memória; a regularização da justiça e o restabelecimento da igualdade perante a lei; e a reforma das instituições perpetradoras de violações contra os direitos humanos”.

Quinalha (2012), ao invés de utilizar o termo “dimensões” para se referir as áreas de atuação da JT, usa o termo “eixo”. Para ele, seriam identificados em cinco, a saber: verdade, memória, justiça, reparação e reformas institucionais. O desencontro dos autores ocorreu na divisão entre a memória e a verdade. Para Abrão eles estariam num mesmo plano, já o outro autor assume que a verdade e a memória

---

<sup>8</sup> Transitional justice consists of both judicial and non-judicial processes and mechanisms, including prosecution initiatives, truth-seeking, reparations programmes, institutional reform or an appropriate combination thereof. Whatever combination is chosen must be in conformity with international legal standards and obligations. Transitional justice should further seek to take account of the root causes of conflicts and the related violations of all rights, including civil, political, economic, social and cultural rights. By striving to address the spectrum of violations in an integrated and interdependent manner, transitional justice can contribute to achieving the broader objectives of prevention of further conflict, peacebuilding and reconciliation.

estão em planos distintos. Essa divisão não traz confusões e desentendimentos teóricos ao campo.

O interessante dessas dimensões é a presença da “construção da memória” como relevante para a sociedade e algo a ser trabalhado no âmbito da JT. A memória, nesse caso, se refere aos acontecimentos durante a repressão. É um elo entre o passado, o presente e o futuro, para, como dito, evitar a repetição de regimes nocivos à democracia reestabelecida tão duramente. São também alvos de disputas nos campos político e social.

## 2.2 Um Campo de Disputas

A JT se faz num campo de diversas disputas, sejam elas no âmbito jurídico, político, social, histórico, memorialístico, informacional, entre outros. Há, de certa forma, uma grande discussão em volta da memória. Provavelmente, é onde ocorrem os maiores debates na atualidade. Mas isso não desmerece as outras lutas que são travadas, pois todas elas estão de certa forma intimamente ligadas.

Não há que se pensar o campo como consolidado ou com uma metodologia única de aplicação que dispensa as reivindicações sociais e políticas. Souza (2014, p. 101) busca demonstrar

o caráter disputado da JT [Justiça de Transição] já que muitos hoje em dia procuram retratar a JT como algo pacífico e estabelecido, devendo-se simplesmente aplicar o direito internacional, já que este estabelecerá, acima de qualquer politização, os padrões globais a ser seguidos por todos os países transicionais. Tal disputa sobre se a implementação dos mecanismos da JT levam ou não aos ambiciosos objetivos propostos em feito com que um dos mais recentes desenvolvimentos do campo de estudo da JT seja a avaliação empírica do seu impacto.

O autor coloca em debate a visão pacifista que se tem sobre a ação da JT. Esse campo busca a paz por meio da instauração da democracia, mas isso não exclui as lutas que são travadas no seio do processo da transição. E ainda mais importante que a visão errada sobre a área, é o complemento em que diz sobre a possibilidade de não ocorrer da forma como esse campo é desenhado ou teorizado na academia. Nem sempre as condições postas para a transição serão alcançadas para uma implementação completa e satisfatória.



As questões das disputas se iniciam antes mesmo da JT e a acompanham por todo o processo. Os movimentos sociais são os atores necessários para que as mudanças ocorram da forma como devem ser. Ou seja, da forma almejada pela sociedade. Mesmo levando em consideração a fala de Souza (2014) sobre a possibilidade de não ocorrer da forma idealizada, é importante a ação dos movimentos sociais como vigilantes da própria transição, como defensores de suas reivindicações e de suas expectativas. A ênfase está no embate entre a significação promovida pelas novas e velhas organizações, que sugira o sentido ao movimento da transição e que a participação dos movimentos sociais é fundamental em dar sentido ao processo (CAMPOS, 2016).

O papel dos atores da JT nas disputas, então, é fundamental. De um lado, os movimentos sociais que lutam pelos Direitos Humanos, e do outro os agentes dos regimes autoritários, quando falamos em ditaduras. Os dois buscam seu papel dentro da transição. Cada um tentando fazer a significação do processo da forma que lhe é mais conveniente. Os dois geram a tensão apontada por Campos (2016). No que convém a essa posição, Quinalha (2012, p. 151) complementa dizendo que

É evidente que há uma disputa de interesses entre os setores civis-militares que sustentaram os regimes autoritários e os agentes que, de fato, lutaram pela democracia e por sua radicalização até o presente. No entanto, reconhecida essa tensão objetivamente instalada no seio dessas sociedades, que ainda se reviram em torno do legado das suas ditaduras, é preciso ter tranquilidade para assumir a posição de promoção dos princípios democráticos e dos direitos humanos.

Não é somente a tensão entre os agentes do processo que irá direcionar o caminho adotado e percorrido pela transição, pois alguns fatores, como o tempo, também influenciam nesse processo. Tavares (2015) identifica que nas transições com uma grande polarização entre os vitoriosos e derrotados, o tempo de implementação dos mecanismos da transição e a sua efetividade são dependentes dos resultados. Para ele, quanto mais rapidamente implementados, maior será a resposta à atribuição de culpa aos agentes perpetradores de violação aos Direitos Humanos. Por outro lado, nas transições em que as tensões entre derrotados e vitoriosos é mais suave, o distanciamento temporal é capaz de provocar uma negociação das disputas que podem levar a uma atuação distorcida da JT, com resultados como a autoanistia.

A mesma tensão e disputas é evidenciada por Torelly (2010, p. 123):

Em transições por transformação onde, em algum momento, insurgiu uma nova ordem constitucional democrática, tal tensão é ainda mais severa, uma vez que a ordem constitucional nestes contextos vive, permanentemente, uma disputa entre fundamentos de legitimidade democráticos e autoritários que vão se equacionando pela via hermenêutica ao longo do tempo.

Outro fator determinante sobre as transições, que afetará diretamente o seu resultado e a sua permanência, está ligada aos motivos que determinaram o fim de um regime e os motivos que declaram a necessidade de instauração de uma nova ordem política. Dessa forma, é preciso saber que nem sempre os motivos que foram causadores das rupturas dos regimes autoritários serão o bastante para a implementação de um novo regime político (QUINALHA, 2012). O autor complementa:

Soma-se a isso o fato da legitimidade do sistema político estar em compasso de renovação, voltada para uma redefinição futura em disputa no presente, pois as regras do passado precariamente vigentes não mais contam com a aceitação social e a adesão plenas no âmbito da comunidade política. (p. 29)

Vê-se, então, uma disputa formada entre uma antiga ordem, regime autoritário, com uma nova ordem, instauração da democracia. Essas disputas ocorrem, principalmente, de acordo com o autor, nos âmbitos social e político. No âmbito social, devido as regras antigamente aplicáveis não serem mais aceitas e, no âmbito político, por uma tentativa de conciliação entre passado e presente. Com um foco no contexto latino-americano, Baggio (2014, p. 92) coloca no centro das disputas os textos constitucionais, pois esses serão o embasamento e solidificação da nova ordem a ser instaurada pela transição:

Em qualquer desses cenários, a existência de direitos e dispositivos de melhoria das condições relacionais da vida em sociedade nos textos constitucionais indica a potencialidade normativa de questões que estão abertas a transformar-se em novos focos de disputas político-sociais e processos capazes de “despertar” os textos constitucionais. E é nesse sentido que a existência de campos de tensão sociais que alcancem o âmbito institucional deve ser compreendida como imprescindível para o avanço dos processos de redemocratização latino-americanos.

No contexto brasileiro, o processo da JT sofreu com as disputas de significado entre Estado, ator que nesse momento compreendia parte dos perpetradores das violações aos Direitos Humanos, e os movimentos sociais, geralmente formado pelas vítimas diretas e indiretas da ação do Estado. Assim, quando uma demanda enviada

ao Estado pelos movimentos sociais tinha alguma resposta, nem sempre eram atendidas da forma como foram reivindicadas (CAMPOS, 2016). Isso ocorria porque o Estado ainda era formado por aqueles que precisavam de proteção para não responderem sobre seus atos do passado. Havia, então, um embate entre a atuação do Estado em sua posição como ente coletivo e sua atuação com vistas a entidade individual.

As lutas, como dito anteriormente, não ficam somente no campo jurídico, político e social. Elas também invadem fortemente o âmbito da formação de significado, envolvendo a história e a memória a serem repassadas às gerações futuras. É nesse campo que as disputas que são travadas têm o maior impacto para a implementação da JT a longo prazo, pois elas irão afetar a forma como os fatos ocorridos serão interpretados no futuro. Entra-se, então, nas lutas pelas memórias. De acordo com Teitel (2011, p. 160), as

Transições apresentam uma escolha de limiar. Por definição, estas são ocasiões de disputas em torno de narrativas históricas. Transições apresentam o potencial para a criação de contra-histórias. A pergunta que volta a ser levantada com o transcurso do tempo é a que ressalta o desafio que se coloca a respeito do limiar de permanecer na história, assim como nos limites da transformação.

Verifica-se que cada ator tentará indicar sua própria memória ou visão histórica dos fatos ocorridos. Isso implica dizer sobre a presença de pelo menos duas memórias ou duas versões históricas que estarão em debate para serem aceitas como memórias oficiais. A JT trabalha buscando a memória ou a história real, aquela que é verdadeira diante dos fatos. Nem sempre a memória oficial sobre um fato é a que está sendo veiculada, pois, por força do regime político vivido, ainda é impossível que venha à tona, em contrapartida, encontra-se em disputa com a memória oficial. Temos, dessa forma, que

As memórias são sempre resultados de disputas e negociações. Existem as memórias dominantes e as memórias dominadas, subterrâneas, silenciadas. Mas também estas disputam entre si e esperam o momento adequado de vir à tona. As disputas pela memória são também influenciadas pelos movimentos de conjuntura, pela correlação de forças, pelos problemas e questões do presente que pressionam e modificam a memória. Ou seja, a memória muda em função do presente. (ARAÚJO, 2015, p. 76)

Os contornos das disputas entre memórias e histórias é apontado por Jelin (2017), trazendo o contexto particular das experiências vividas no Cone Sul em suas

ditaduras e transições. A autora faz uma análise sobre as lutas dos movimentos sociais em busca de afirmação de suas memórias frente àquelas que foram impostas pelo Estado, ainda composto pelos perpetradores de violações aos Direitos Humanos. É por meio da ação de luta desses movimentos sociais que memórias antes silenciadas ganham voz e espaço dentro do cenário social.

Se trata acima de qualquer coisa de uma luta de poder. De um lado uma memória oficial que foi imposta pelo Estado, perpetrador de violências, e de outro, o mais fraco, os movimentos sociais. Por isso, é relevante

destacar que as iniciativas não-oficiais de memória, por seu caráter tipicamente coletivo, dão lugar a recriações simbólicas do passado que disputam com as versões que foram transmitidas ou impostas pelos setores sociais mais poderosos ou pelas instituições culturais da sociedade, como a escola pública ou os meios de comunicação em massa. (REÁTEGUI, 2011, p. 370)

Vale ainda notar que esses conflitos de poder não se encerram facilmente. O caso brasileiro é exemplo disso. Mesmo com vários anos passados do início da transição, mesmo se imaginando como um processo com certa consolidação e com atores fortes na disputa, vê-se frente às situações recentes que alteram a ordem. Como é o caso apresentado por Campos (2016, p. 48):

O impacto gerado pela crise no campo político brasileiro, que levou ao impeachment da presidenta Dilma Rousseff e ao governo interino do vice-presidente Michel Temer, certamente atinge as disputas no campo de justiça de transição dando muito mais poder aos atores dominantes. A desigualdade de forças na disputa pelo tema, que também perdeu visibilidade frente a tantas outras disputas destacadas, faz com que a unidade de governança não tenha interesse em dialogar com os desafiantes, que por sua vez perdem qualquer poder de demanda. Assim o campo atravessa um momento de crise cujo desfecho ainda é imprevisível.

A ação da JT em reconhecer a memória das vítimas é uma forma de reparação. Isso em uma complementação aos objetivos dessa justiça que tem na verdade e na memória duas de suas dimensões. Assim, “a disputa pela construção da memória coletiva oculta o fato de que existem danos, culpas e responsabilidades sociais, que, se reconhecidos, teriam efeitos reparatórios sociais, mas também para as vítimas” (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2017, p. 268).

Assim, entende-se que “A questão de como abordar as contas com o passado recente se converteu, então, no eixo das disputas entre diferentes estratégias

políticas”<sup>9</sup> (JELIN, 2002, p. 47). Assim, elas se formam em relações políticas e sociais de contestação e de reconhecimento. Os movimentos sociais mesmo com poder político mais fraco, conseguem a repercussão necessária dentro da JT para estabelecer suas disputas e memórias.

Essas disputas não se encerram no processo da JT. “O que importa afirmar, nesse ponto, é que a busca por uma transição justa é geradora de disputas valorativas que desembocam em tensionamentos políticos e institucionais importantes” (BAGGIO, 2014, p. 99). Será, então, as tensões de disputa que irá dar movimento à transição.

### **2.3 A Informação em Justiça de Transição**

A informação, assim como a memória, também é disputada pelos agentes da transição. Sejam eles os perpetradores de violações aos Direitos Humanos ou os movimentos sociais de vítimas. Essa disputa se dá tanto no campo material, identificação, organização, disponibilização e uso das informações, como também no campo simbólico, de interpretação, que é dada a essas informações.

Memória e informação são vistas como dois elementos de convivência íntima na relação com a JT. Essa relação é destacada por Quinalha (2012) que identifica nas dimensões da memória e verdade, a relação estrita com a informação. A verdade se faz pelo acesso a informação e a memória em divulgar as informações úteis a recuperação e solidificação da memória. Dessa forma,

O direito à verdade e ao acesso à informação é, sem dúvida, um exemplo por excelência do que esta conclusão pretende apontar. Todos temos direito a um Estado transparente e que preste contas à população sobre seus atos. Esse é um exemplo de legado transicional que deve ser universalizado. (ABRÃO; TORELLY, 2015, p. 38)

A informação é, portanto, o meio de objetivação de reconciliação nacional, que incluem a verdade e a memória em seu plano central. Assim, o esclarecimento dos fatos ocorridos nos períodos de exceção auxilia no processo de superação do passado e contribuem a perspectiva da JT de não repetição dos atos de desrespeito

---

<sup>9</sup> la cuestión de cómo encarar las cuentas con el pasado reciente se convirtió entonces en el eje de disputas entre estrategias políticas diversas

aos Direitos Humanos. Para isso, é dever do Estado assegurar o acesso a essas informações, tão necessárias ao exercício da dignidade humana (MACÊDO, 2017).

Como apontado anteriormente, cada transição possui suas características e peculiaridades inerentes as suas experiências e possibilidades de implementação dos instrumentos da TJ. Quanto as informações, essa premissa também é verdadeira. Cada país irá responder de acordo com os contextos vividos a essas questões informacionais, isto é, quais e como essas informações serão coletadas, organizadas, utilizadas e disponibilizadas (SOUZA, 2012). Nesse sentido, faz-se necessário esclarecer sobre a abrangência do acesso a informação, visto que nem todas as informações podem ser ou serão divulgadas integralmente, devido a questões legais e de proteção à vida privada da pessoa diretamente ligada à informação.

Dessa forma, “é possível observar a partir da análise dessas experiências internacionais, o direito de acesso a informações é limitado pelo direito à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem das pessoas” (BOLONHA; RODRIGUES, 2013, p. 10). Isso impõe uma limitação ao acesso a informação, que, nesse caso, deve ser usada única e exclusivamente para a proteção da vida privada. Por isso, é tão importante, dentro da JT, a criação de políticas de acesso à informação. São elas que darão norteamento sobre os procedimentos relativos a essa proteção. Ressalta-se, entretanto, que as políticas de informação também são uma forma de exercício de poder.

Embora a política de informação esteja entre as formas mais antigas de governança, houve uma mudança de fase - uma mudança de estado - na medida em que os governos deliberadamente, explicitamente e consistentemente controlam a criação, processamento, fluxo e uso de informações para exercer poder<sup>10</sup>. (BRAMAN, 2009, p. 1)

É necessário romper com antigos poderes e evitar a interferência por parte de atores contrários ao movimento dado a JT, que são alvo de sua ação de penalização. Pensando em como essas políticas são elaboradas, novamente percebe-se a possibilidade do exercício do poder. Enquanto alguns são considerados e levados a

---

<sup>10</sup> While information policy is among the most ancient forms of governance, there has been a phase change – a change of state – in the extent to which governments deliberately, explicitly, and consistently control information creation, processing, flows, and use to exercise power.

participarem da elaboração dessa política, outros são colocados de lado. Sobre essa questão, González de Gómez (2011, p. 186) afirma que

a questão das políticas de conhecimento, comunicação e informação passa a ocupar um lugar no cerne da própria possibilidade da política – políticas públicas ou coletivas –, já que os modos de sua definição, alargando ou restringindo as redes de atores sociais que participam dessa elaboração, assim como condicionando as formas de participação, afetarão não só a orientação de fins e interesses das políticas, mas também o domínio de responsabilidade e eficácia de sua implementação.

Para a autora, há uma dupla atuação da informação nos processos de exercício de poder. A informação como acesso ao poder, isto é, ela como elemento essencial para alcançar um poder e em outro ponto a informação como exercício de um poder (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2011). O que interessa sobre a JT é entender que o acesso a informação tanto permite que os atores sociais possam obter poder, como exercê-lo. Se de um lado os movimentos podem conseguir o poder de reclamar por verdade e memória, do outro os perpetradores podem utilizar de seu acesso privilegiado à informação para manipular os discursos, a memória e a história.

Como forma de dar acesso e de tornar os processos informacionais mais transparentes, surgem as iniciativas de acesso à informação, muitas por meio de instrumentos legais, como é o caso brasileiro. A Lei de Acesso à Informação, Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, cumpriu papel importante para a Comissão Nacional da Verdade, proporcionando a essa comissão o acesso a informações que antes eram classificadas em sigilo e que impediam a dimensão da verdade da JT (BOLONHA; RODRIGUES, 2013).

Para que a informação da JT esteja disponível de forma transparente, ordenada e acessível é necessário que seja organizada com instrumentos que reconheçam sua especificidade de área imbricada em disputas. Para tanto, os instrumentos de organização do conhecimento precisam ser repensados e construídos pensando a área de forma aberta e dinâmica. Isso significa partir de modelos de construção desses instrumentos que entenda a atividade de organizar por lentes sociais, culturais e políticas.

As informações necessárias à transição são as mais diversas possíveis. São vistas como informações dentro da JT tudo aquilo que possa remeter a fatos ocorridos nos momentos de repressão e o que ocorre após esse período também. Assim,

Consultar arquivos históricos, fotografias, periódicos, imagens em pinturas, gravuras, mapas, plantas, estudos antropológicos e arqueológicos, modos de preparar alimentos, elementos musicais e registros sonoros, além de outras fontes de informações não passíveis de enumeração, constituem modo de preservação da identidade, desejável se contiver fatos que interessam aos destinatários e lhes fazem recordar elementos do seu querer. (SILVA, 2015, p. 108)

Como forma de explicitação do que são essas informações e o seu papel para transição, elencou-se as principais fontes de informação usadas nos processos de verdade e de memória.

### 2.3.1 As Legislações

As legislações são, de forma geral, entendidas como o “um conjunto de leis com valor jurídico, nos planos nacional e internacional, para assegurar estabilidade governamental e segurança jurídica às relações sociais entre cidadãos, instituições e empresas.” (CÂMARA..., 2017, *online*). É, dessa forma, o conjunto normativo legal de um determinado as ações de um país.

As legislações como informação dão aos movimentos sociais e ao Estado o *modus operandi* da transição e estão diretamente ligadas à dimensão da reforma das instituições. Instituições aqui vistas de um plano mais geral, não somente os órgãos criados pelos regimes autoritários, mas qualquer por dispositivo que impeça a transição.

Por fim, o quarto e último eixo da justiça de transição é caracterizado pela necessidade de reforma das instituições. Este, sem dúvida, é o eixo que de forma mais evidente demonstra o caráter também prospectivo da justiça de transição. A reforma das instituições deriva da necessidade de consolidação do Estado Democrático de Direito e do total afastamento dos ideais totalizantes e autoritários do estado. A concretização da reforma das instituições se dá através da derrocada dos pilares do estado autoritário e da construção de um novo paradigma de estado fundado nos anseios do Estado Democrático de Direito. Para tanto, a reforma das instituições implica em: expurgos; atualização da legislação; estabilidade e equiparação entre as instituições democráticas do estado; reformas institucionais, visando à não repetição e, portanto, suprimindo órgãos estatais voltados ao desrespeito aos direitos humanos; realização de eleições democráticas; e mesmo a promulgação de uma nova constituição. (MARTINS, 2013, p. 107)

A função de renovação das leis fica a cargo do Poder Legislativo. Esse tem a missão de retirar, por meio da criação de leis, os empecilhos ao bom progresso da



transição. Dessa forma, as leis antigas se tornam parte da história e da memória de um passado recente, ao ponto de que a nova legislação se torna informação necessária ao exercício da cidadania proporcionada pela democracia (ABRÃO; TORELLY, 2010).

A Declaração e Programa de Ação de Viena, documento elaborado na Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, em 1993, trouxe em seu sexagésimo item o seguinte texto:

60. Os Estados deverão revogar a legislação que conduza à impunidade dos responsáveis por violações graves dos Direitos Humanos, tais como a tortura, devendo igualmente instaurar ações judiciais contra tais violações, fazendo assim prevalecer os princípios do Estado de Direito. (DECLARAÇÃO..., 1993, p. 17)

Tal fato demonstra a importância Renovação das legislações. Essa necessidade de renovação do aparato legal de um Estado é fundamental, pois a JT funciona dentro de um ambiente legal, isto é, faz-se necessário que existam leis que determinem a ação da transição (MARTINS, 2013). Tal fato implica dizer que as legislações do período de transição trazem informações importantes sobre o período de transição e sobre o amadurecimento de um país em transição.

### 2.3.2 Os Documentos

Antes de comentar sobre os documentos no contexto da JT, é necessário fazer uma indicação clara de que tipo de documento está em questão. Em CI, essa diferenciação é necessária. No campo dos estudos da arquivologia, o documento tratado é aquele decorrente da atividade administrativa de algum ente, seja ele pessoa física ou jurídica, ou que sirvam de prova judicial de um fato. São, de certa forma, aqueles documentos encontrados em arquivos.

Já no contexto da CI temos os estudos em Documentação. Nessa área, o conceito de documento é ampliado. Tem-se, então, que o documento pode ser qualquer objeto que por sua existência seja suporte de alguma informação (MEYRIAT, 2016). Nesse entendimento, vários objetos poderiam ser apontados como documentos, além daqueles que foram produzidos pela atividade administrativa de

um ente. Para o mencionado autor, não é somente a informação escrita que daria *status* de documento a um objeto, visto que

Todo objeto pode ser encarregado desta função. Por esta razão a noção de "documento" é muito mais ampla do que aquela de "escrito". Os documentos escritos são um caso privilegiado, porque a escrita é a forma mais comumente utilizada para comunicar uma mensagem. No entanto, é necessário observar que se pode escrever sobre muitos objetos diferentes: pedras, cerâmica, conchas, pergaminho, papel, filme... Também se pode escrever utilizando diferentes sistemas de signos: alfabético, fonético, ideográfico... (MEYRIAT, 2016, p. 241)

Assim, os documentos podem assumir diversos suportes (objetos) desde que estes possuam informação e sirvam à finalidade de informar. Tem-se, então, que o documento de arquivo também é um documento no contexto da Documentação. A diferenciação fez-se necessária para evitar entendimentos e interpretações que levassem à multiplicidade de possibilidades que a Documentação possui. No caso da JT, o documento pode assumir outros suportes do que aquele do documento arquivístico, como fotografias, materiais audiovisuais, roupas, ossos (das vítimas desaparecidas) entre outros.

O Estado, em suas atividades, mesmo aquelas exercidas em períodos de exceção, acaba por registrar de forma consciente ou inconsciente as suas ações. Isso vem inerente à teoria burocrática, que entende que a ação dos órgãos públicos pressupõe o registro com detalhes, datas, nomes e assinaturas, entre outros elementos informativos (RODRIGUES; SILVA, 2001). Se pensar que em um Estado em que os atos de violação dos Direitos Humanos não eram compactuados entre os três poderes (executivo, legislativo e judiciário) como parte do exemplo vivido pela Argentina, a produção de documentos era cautelosa em registrar a ação de violação. Já no caso brasileiro, os três poderes convergiam nas ações de repressão. Dessa forma, a produção de documentos não necessitava de tanta cautela.

Se pensarmos nas ações cotidianas do Estado (sempre tomando o caso dos Estados nacionais ocidentais), das instituições, dos grupos (associações, clubes, famílias) e dos indivíduos, é possível imaginar que poucos acontecimentos não deixam vestígios. Grande parte das condutas são capturadas(áveis) por papéis, agendas, cartas, receitas, impressões, imagens ou qualquer outro tipo de suporte. (CATELA, 2011, p. 386)

É desse material, incluindo também aqueles do âmbito privado, as cartas, os papéis soltos, as fotografias e os outros documentos, que a JT busca para efetivação

de suas ações. Esses documentos irão servir para provar e buscar a culpabilização dos perpetradores de violações, de reparações, e do reconhecimento da verdade e da memória de um período de repressão.

O material que documenta esse período é essencial à justiça de transição e o Poder Judiciário é um espaço em que se busca a garantia dessa condição, seja determinando a proteção ou o acesso a arquivos em poder de outros atores, seja como uma via de estabelecimento da ocorrência de determinados fatos. (OSMO; SANTOS, 2016, p. 29)

Por serem registros passíveis de indicar culpados e aplicação de penalidades, os documentos estão envolvidos em relações de poder. As informações que eles possuem são passíveis de mudar o entendimento da história e da justiça. Por isso, partem de várias disputas para reconhecer o acesso a esses documentos (CATELA, 2011). Muitos desses documentos acabam sendo destruídos, para que não sejam fonte da ação da justiça. Isso impediu e ainda impede que os perpetradores fiquem impunes e as vítimas não possam ter sua devida reparação por parte do Estado, além do fato de terem sua história e sua memória silenciada.

É a partir do acesso a documentos que por muito tempo estiveram escondidos ou protegidos por leis de sigilo que a JT pode proporcionar às vítimas e à sociedade a construção da memória dos períodos de violência (CATELA, 2011). Há, portanto, nos documentos, um elemento informacional de ação multidimensional, para constituição da memória, reconstrução da história e efetivação da justiça.

### *2.3.3 Os Relatórios das Comissões de Investigação*

É necessário perceber a própria JT é produtora de informações, algumas delas são encontradas em relatórios das comissões de investigação que são organizadas pelos países com intuito de ir ao encontro das dimensões da transição. Recorrentemente, as comissões de investigação estão relacionadas a penalização dos perpetradores de violações aos Direitos Humanos e as reparações as vítimas.

Existem comissões que extrapolam essa perspectiva e acabam sendo instrumentos de verdade e de memória dos tempos de exceção, como é o caso das Comissões de Verdade. Essas comissões

emergiram no cenário internacional principalmente durante a década de 1980, como parte da terceira onda de democratização, particularmente na América Latina e na África do Sul. Estes corpos temporários, investidos de autoridade oficial para investigar e reportar as graves violações aos direitos humanos cometidas no passado, têm sido experimentados como mecanismos de justiça transicional por mais de 40 países desde o final dos anos 1970. (FERRARI, 2016, p. 189)

As comissões de verdade são os instrumentos do Estado dotadas de poder, para a busca da verdade sobre os períodos de exceção. Seu foco principal está na vítima e subsidiariamente nos perpetradores de violações (HAYNER apud TORELLY, 2014). A primeira comissão de verdade instituída no mundo ocorreu na década de setenta, em Uganda. O nome utilizado no país foi “Comissão de Inquérito sobre o Desaparecimento de Pessoas”. Mesmo que não tenha explícito em seu nome o termo “verdade”, essa comissão tinha em sua finalidade.

Outras comissões foram se formando e ganhando novas denominações, a exemplo: Comissão de Esclarecimento Histórico (Guatemala); Comissão da Verdade e Reconciliação (África do Sul, Chile, Peru, Honduras); Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (Argentina); Comissão de Tratamento do Passado e Consequências da Ditadura (Alemanha); Comissão Nacional de Investigação de Desaparecimentos Forçados (Bolívia); e Comissão de Verdade e Justiça Equador (Paraguai) (REDE..., 2018).

A experiência brasileira conta com a formação de três comissões, que são: a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos, de 1995, a Comissão de Anistia Brasil, de 2002 e a Comissão Nacional da Verdade Brasil, de 2011. Todas elas tinham a verdade como ponto fundamental. A Comissão Nacional de Mortos e Desaparecidos Políticos e a Comissão de Anistia tinham funções específicas delimitadas.

A importância dessas comissões está consolidada em seus relatórios. Além de servir como instrumento de divulgação da verdade por trás das violações dos direitos humanos, ainda proporciona à justiça um meio de responsabilização e reparação. No Brasil, a Comissão Nacional da Verdade tinha como missão

a produção de um relatório que permita à sociedade o conhecimento dos detalhes do regime que oprimiu e violou, assim como apresentam recomendações que visam aprimorar as instituições do Estado, notadamente aquelas que lidam com a segurança pública, e contribuir para uma política definitiva de não repetição. (NÚCLEO..., 2011?, p. 8)

Esses relatórios geram à sociedade as informações e a verdade sobre seu passado, que por muito tempo ficou escondido, disfarçado ou até mesmo esquecido e que serão instrumento também à memória. Como parte de um cenário político e social, a atuação das comissões de verdade são alvo de diversas disputas de poder, principalmente pelos seus objetivos em relação à responsabilização dos perpetradores de violações e de reconstrução da memória.

#### *2.3.4 Depoimentos das Vítimas*

Os depoimentos das vítimas são também parte da ação das comissões de verdade, que utilizam desses instrumentos para remontar o período de exceção. Todavia, finalizadas as ações das comissões, esses testemunhos prestados a JT ficam disponíveis como fonte de informação a pesquisadores e às próprias vítimas.

Como campo de estudo, o depoimento ou o testemunho das vítimas e perpetradores de violações se torna multidisciplinar e envolve desde a crítica literária e cultural até as várias áreas do conhecimento, como a filosofia, a História, Psicanálise, Sociologia e Antropologia (JELIN, 2002). Outras áreas são envolvidas, como o Direito, principalmente no que se refere à validade desses testemunhos, em termos de justiça. É do entrelaçamento das discussões dessas diversas áreas que se pode traçar o depoimento como um instrumento auxiliar às comissões de verdade.

Alguns argumentos se tornam mais pertinentes nos discursos sobre a não validade desses testemunhos. Uns afirmam que se deve “especialmente devido às mazelas do trauma que provoca um rompimento da memória, tornando as falas confusas ou incongruentes temporalmente” (SILVA; REIS, 2017, p.41). A intenção da JT, ao contrário dessa afirmação, não é traçar uma verdade completa e minuciosa, mas compreender quais foram as ações de violação utilizadas pelos perpetradores de violações.

Por se tratar de uma fonte de informação predominantemente oral, são necessários mecanismos de registro desses testemunhos com finalidade de prova de um fato e de mecanismo a história e com a memória.

No que tange às fontes testemunhais, também merecem destaque as ações de registro, quer sejam por meio de documentários, entrevistas, audiências públicas ou outras formas, que estão produzindo novas fontes para pesquisas

e dando visibilidade às lutas de resistência e enfrentamento à Ditadura Militar por meio da voz dos seus protagonistas. Muitas histórias de vida ainda precisam ter visibilidade, muitas pessoas ainda não romperam o silêncio sobre as suas atividades clandestinas, ou não conseguem verbalizar os sofrimentos e angústias daquela época. (FERREIRA, 2014, p. 260)

Uma afirmação necessária sobre a importância dos depoimentos é dada por Núcleo... ([2011?]) em que os testemunhos não servirão somente como base ao que ocorreu nos períodos de exceção e das violações dos Direitos Humanos. Eles se tornam os mecanismos das vítimas de mostrarem sua verdade e reconstroem a história dos fatos, que nem sempre é a mesma veiculada como verdade oficial. É, então, uma forma de reparação com as vítimas em relação à sua dignidade, pelo reconhecimento das não verdades e da reconstituição moral da vítima. Todo o processo de reconhecimento da verdade é sempre permeado pela presença das vítimas e dos perpetradores, principalmente, naqueles momentos em que não há a presença de registros matériais e oficiais. O testemunho torna-se a ligação entre as partes das histórias não contadas.

Esses registros são informações valiosas para a transição e efetivação da justiça. Em referência ao caso brasileiro, Torelly (2014, p. 228) aponta que

A informação trazida pelo perseguido político às comissões existentes (e também a que será trazida as por criar) sempre será no formato de um depoimento, por mais estruturada que seja, será sempre uma memória, e não um documento. É uma fonte de informação que mistura na narrativa fatos, experiências, sensações, todos fortemente matizados pela experiência do trauma e da violação de direitos.

Nesse caso, a experiência de testemunhar sempre estará ligada a memória da testemunha. Aponta-se para uma fonte de informação com grande potencial subjetivo das experiências das vítimas sobre os traumas vividos e experienciados. Para a subjetividade, não importa dizer a não validade dos testemunhos, mas reconhecer neles um potencial além de fatos e que “no contexto de uma Comissão da Verdade, o mais relevante é o lugar da narrativa, seu simbolismo e importância na recuperação e reestruturação social” (SILVA; REIS, 2017, p.53).

### 2.3.5 Lugares de Memória

No que se refere à informação com a JT, ainda se pontuam os lugares de memória. Geralmente, esses lugares são conhecidos por abrigarem algum tipo de informação relativa ao período de repressão. Conceitualmente “os lugares de memória são então os lugares onde a memória se cristaliza e se refugia, lugares de ancoragem da memória, lugares salvos de uma memória que não mais vivenciamos” (HOFFMAN, 2015, p. 37).

Portanto, os lugares de memória são aqueles em que há a existência de elementos que são capazes de reavivar ou manter viva a memória de algo ou algum fato vivenciado no passado. Hoffman (2015, p. 38), sobre esses elementos complementa, afirma que

é preciso deixar claro que a noção de lugar de memória se estende para além da materialidade e monumentalidade. Esta abarca registros, artefatos diversos, eventos e comemorações. Dialoga então com o que viríamos a conhecer na atualidade como os aspectos, materiais e imateriais da categoria de patrimônio. Grande parte destes registros e documentos são preservados nas instituições de memória e compõem os instrumentos pelos quais podemos contextualizar os testemunhos do passado que restaram na paisagem.

A existência desses lugares está ligada diretamente à dimensão da verdade e da memória. Ao ponto que esses locais guardam a verdadeira memória, não aquela disseminada pelos regimes autoritários e pelos perpetradores de violações. São locais de rememoração das vítimas, de reconhecimento da história, de pesquisa de um passado traumático, entre outros. Alguns lugares se destacam na função de serem pontos de informação e de memorialização, são eles os memoriais, os museus e os arquivos.

Os locais mencionados cumprem uma função basilar da JT. Por serem o elo entre o passado e o presente, esses lugares são usados de forma também para o conhecimento, de tal forma que não ocorra a repetição das graves violências aos Direitos Humanos, como ocorreu no passado. Portanto, eles cumprem na sociedade em transição a função educativa.

Os memoriais são representações dotadas de materialidade e que mantêm relação com o imaginário das comunidades e com a forma como essas comunidades se verão no futuro. É campo em disputas entre aquilo que deve ou não ser lembrado

(NAIDU, 2015, p. 36). O contexto da transição compõe também uma reparação moral para as vítimas, vêm na explicitação da verdade e do memorial um reconhecimento do sofrimento vivenciado.

Os Museus para a paz, Museus de memórias traumáticas, Museus de memórias difíceis, Museus de direitos humanos (HOFFMAN, 2015, p. 91) são perfis de museus que tratam de temas sociais predominantemente sensíveis. De acordo com o autor, englobam os assuntos tratados nesses museus as violações de direitos e as violências.

Dessa forma, são compatíveis com os objetivos e características da JT. De um lado, os objetivos de memorialização, de verdade e de não repetição e, do outro, as características de serem baseados em tempos de violação de direitos que, geralmente, apontam para o uso da violência. Os museus são, então, entidades destinadas à guarda de bens que possam informar e rememorar tempos de violência dos países em transição.

Por sua vez, arquivos aqui não são os documentos em si, mas a união de vários documentos organizados e que servem a função de informar.

Em síntese, pode-se dizer que o arquivo é o espaço que resguarda a produção, a organização e a conservação de objetos (na maioria dos casos papéis manuscritos ou impressos) que documentam e ilustram as ações de indivíduos, famílias, organizações e órgãos do Estado. Um arquivo implica um conjunto de acervos documentais, sonoros e visuais, localizados em um local ou edifício, com agentes que os produzem, classificam e velam por sua existência e consulta. A tripla relação acervos espaço físico-agentes estará sempre presente e caracterizará o tipo de arquivo, sua utilidade e finalidade. (CATELA, 2011, p. 382)

Por serem locais de informação e memória, de reconstrução da verdade, há uma disputa em relação à abertura desses lugares e de seus documentos ao público. A liberação desses lugares e de seus documentos depende das leis de acesso a informação de cada país. Isso importa dizer que a atuação dos arquivos como lugar de memória depende também de um amparo legal para esse exercício.



### 3 ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: PODER E DOMINAÇÃO

A informação e o conhecimento sempre foram protagonistas nas relações humanas e sociais, entretanto, pouco se pensou nos estudos informacionais, até pouco tempo atrás, sobre o papel de poder desempenhado pela informação e pelo conhecimento.

Os estudos relativos à Sociedade da Informação, também conhecida como Sociedade do Conhecimento, estiveram inicialmente focados em entender o protagonismo econômico que a informação incitava, principalmente no setor de serviços. O destaque estava no perfil provocado pelas mudanças e nas estruturas e possibilidades de emprego da informação. Eram, em suma, estudos em sentido amplo e pouco se considerava sobre o papel de poder desempenhado pela informação (ALBAGLI; MACIEL, 2011).

Por seu papel de poder, a informação e o conhecimento geram impactos no campo social, seja por meio da redução de desigualdades ou da reafirmação e manutenção de desigualdades e discursos. Deixa-se, então, de se pensar a informação como algo unicamente ao bem social, mas possível de ser utilizado como forma de dominação. Essas formas de dominação vão muito além de somente o uso dado às informações e aos conhecimentos, mas também aos instrumentos que acabam por tornar possível o exercício do poder.

Os estudos e pesquisas em Organização do Conhecimento também mudaram de perspectiva e acabaram por incluir o papel da importância social que os SOC desempenham no exercício de um poder que nem sempre é tão visível, mas que provoca alterações sobre a realidade. Em entendimento sobre essas mudanças nos estudos sobre Organização do Conhecimento, Arboit (apud GUIMARÃES, 2017, p. 90) afirma que houve

uma gradativa migração de uma perspectiva mais técnica, idealista e cognitiva de conhecimento, pautada principalmente nas ideias de Dahlberg e Ranganhatan, para uma orientação de cunho mais social, por meio de enfoques genealógicos, pragmáticos, culturais e éticos, a partir de autores como Hjørland, Frohmann, e Olson, entre outros.

Nessa relação de mudança apontada pela autora, é possível identificar que os estudos de Organização do Conhecimento deixam de ser somente tecnicistas para

incluir outras perspectivas, principalmente, a social, a cultural e a ética de que os SOC podem desempenhar. Esses estudos colocam os SOCs no centro de poder que é desempenhado pela informação. Encontra-se, então, amparo para compreensão de “guerra cultural”, que “pode ser entendida como um conflito para preservar ou conquistar o controle das representações e significações, que envolvem símbolos e valores” (MILANI et al., 2009, p. 208).

Nas abordagens teóricas sobre os SOCs, é recorrente encontrar a palavra “neutralidade” para se referir a um dever de não posicionamento crítico de determinada realidade por esses sistemas. Contudo, a prática demonstra que essa neutralidade é utópica, devendo mais aos profissionais um posicionamento ético do que neutro. Na falta desse posicionamento ético

os sistemas de representação condicionam a um modo determinado de leitura que contribui para a manutenção de padrões pré-estabelecidos, uma vez que impõem uma visão particular do conhecimento, que é geralmente atribuída por seu idealizador. Assim, quando os profissionais da informação aplicam esse sistema estão dando aos usuários essa visão particular de mundo. (GUIMARÃES; PINHO, 2007, p. 9)

Nessa neutralidade utópica, os profissionais da informação podem estar reproduzindo discursos sem questionamento e partindo do uso dos SOCs, de forma que esses produzam distorções na organização e na representação da informação e do conhecimento em relação à diversidade. As classificações, como exemplos de SOC, são bastante estudadas quanto à sua representação de uma realidade tendenciosa “talvez todas as classificações na superfície possam parecer inocentes e perfeitamente boas, e que, em inspeções íntimas, todas as classificações revelam conseqüências e suposições reais sobre o mundo”<sup>11</sup> (MAI, 2013, p. 243). Complementando, o mesmo autor é enfático em dizer que

Classificações refletem a realidade. A realidade é tendenciosa, injusta e cheia de contradições. Um desafio para os profissionais da informação — especialmente para bibliotecários que trabalham em grandes bibliotecas com coleções e bases de usuários consideráveis e diversificadas — é fornecer ferramentas de acesso que minimizem o dano causado pelas classificações<sup>12</sup>. (p. 242),

<sup>11</sup> perhaps all, classifications at the surface may look innocent and perfectly fine, and that on close inspections all classifications reveal real consequences and assumptions about the world”

<sup>12</sup> Classifications reflect reality. Reality is biased, unjust, and full of contradictions. One challenge for information professionals—especially for librarians working in large libraries with sizeable and diverse collections and user bases—is to provide access tools that minimize the harm done by classifications.

As consequências do uso indiscriminado são geralmente advindas do que Guimarães e Pinho (2007) colocam como visões de mundo, ideologias e preconceitos de seus idealizadores. Isso pode provocar o que relata Garcia Gutiérrez (2014, p. 2)

Como arma de dominação, a classificação sempre acompanhou os projetos de colonização territorial e, sobretudo, cultural e cognitiva, e esteve nos bastidores de numerosos atos de violência simbólica, atingindo seu clímax paranoico na ideologia e nos arquivos classificados do nazismo. Como qualquer outra instituição humana (línguas, organizações, crenças, ciência ...), a classificação se dobra instintiva ou racionalmente em si mesma para defender sua ação colonizadora, revelando estruturas e objetivos totalitários (mesmo dos "autores" um "autoritarismo" natural emergiria). Em uma direção, ou em outra, a classificação usurpa, distorce, sobrepõe, subordina, coloniza o fluxo ilimitado de significado (a semiose), tornando praticamente impossível a livre circulação no mundo que controla suas categorias<sup>13</sup>.

A interação do usuário frente aos SOCs, com desvios e visões muito particulares de mundo, projetarão um não reconhecimento frente ao sistema, isso por apresentar ao usuário termos ou notações com uma imagem discriminatória, desvalorizante e por vezes até mesmo agressiva daquilo que ele é (MILANI et al., 2009), por exemplo, as questões gênero. Nesse caso, os SOCs não refletem a realidade, mas sim uma ideologia daqueles que o construíram e que por vezes tentam impor essa visão aqueles que irão fazer a representação.

Essas visões de mundo e que, geralmente, são frutos das já citadas “guerras culturais” influenciarão de forma direta em todas as decisões tomadas tanto na construção quanto no uso do SOC. Vemos, então, que “se determinado sistema tem a ele atribuído uma ideologia dominante, isso se refletirá nas decisões sobre as classes principais, as divisões, as subdivisões e sua ordenação” (GUIMARÃES; PINHO, 2007, p. 9).

Dessa forma, os sistemas de representação condicionam a um modo determinado de leitura que contribui para a manutenção de padrões pré-estabelecidos, uma vez que impõem uma visão particular do conhecimento, que é geralmente atribuída por seu idealizador. Assim, quando os

---

<sup>13</sup> como arma de dominación, la clasificación siempre acompañó los proyectos de colonización territorial y, sobre todo, cultural y cognitiva, y estuvo en la trastienda de numerosos actos de violencia simbólica alcanzando su clímax paranoico en el ideario y en los archivos clasificados del Nazismo. Como cualquiera otra institución humana (lenguas, organizaciones, creencias, ciencia...), la clasificación se pliega instintiva o racionalmente sobre sí misma para defender su acción colonizante, desvelando estructuras y objetivos totalitarios (hasta de los “autores” brotaría un natural “autoritarismo”). Em una dirección, o en otra, la clasificación usurpa, tergiversa, solapa, subordina, coloniza el flujo ilimitado de sentido (la semiosis), haciendo prácticamente imposible el libre movimiento em el mundo que controla sus categorías.

profissionais da informação aplicam esse sistema estão dando aos usuários essa visão particular de mundo. (GUIMARÃES; PINHO, 2007, p. 9)

Esse também é o entendimento de Barité (2011, p. 7), que aponta que “os sistemas de organização do conhecimento fortemente impregnados com os valores de uma cultura resultam sendo excludentes em assuntos importantes para uma comunidade em relação aos de outras”<sup>14</sup>. Como forma de evitar essas exclusões, principalmente de minorias ou grupos socialmente excluídos é que se faz necessário uma abertura cultural dos SOCs. Essa abertura é chamada por Beghtol de “hospitalidade cultural”. Conceitualmente essa hospitalidade

Implica a necessidade dos sistemas de organização do conhecimento serem permeáveis a diferentes percepções e concepções culturais. Trata-se de uma noção que pretende contribuir para um mar conceitual que privilegie as particularidades de certas culturas, seja ela cultural nacional, étnica de um domínio ou disciplinar, em um ambiente que tende a acessar e recuperar informações em forma globalizada<sup>15</sup>. (BARITÉ, 2011, p. 7)

É inegável que os SOCs são instrumentos de poder. Eles agem por meio dos discursos tendenciosos em visões de mundo particulares que colocam em evidência algumas informações e levam a obscuridade outras. Todo esse processo, de construção de um sistema hospitaleiro a cultura, depende profundamente do posicionamento ético do profissional da informação.

Como forma de enfrentamento e resistência ao poder desempenhado pelos SOCs é que alguns pesquisadores vêm se debruçando em estudar os sistemas mais amplamente usados como, por exemplo, a CDU e CDD. As principais análises apontam resultados de distorções nas classificações no que se refere a religiões, a gênero, à sexualidade e à etnia.

O que importa não é a criação de um SOC neutro ou universal, mas sim “as posições epistemológicas e ontológicas que uma classificação assume e que criadores e mantenedores de classificações são responsáveis pelas escolhas e

---

<sup>14</sup> “los sistemas de organización del conocimiento fuertemente impregnados de los valores de una cultura resultan siendo excluyentes en cuestiones importantes para una comunidad respecto a los de otras”.

<sup>15</sup> implica la necesidad de que los sistemas de organización del conocimiento sean permeables a diferentes percepciones y concepciones culturales. Se trata de una noción que pretende aportar a un mar co conceptual que privilegie las particularidades de ciertas culturas, tanto si se trata de culturales nacionales, étnicas de un dominio o disciplinarias, en un entorno que tiende al acceso y a la recuperación de la información en forma globalizada.

decisões tomadas na classificação particular”<sup>16</sup> (MAI, 2013, p. 244). Essa posição deve comportar a redução de desigualdades e não as reafirmar.

A mudança de postura frente ao exercício de poder dos SOCs indica que

outros elementos foram se transformando ou ressignificando, como a passagem de sistemas universais para sistemas globais de organização do conhecimento, o enfoque linguístico e terminológico dando lugar a abordagens mais discursivas, e a crescente busca pela contextualização e pela dialogicidade, em abordagens interdisciplinares e culturalmente situadas. Por outro lado, a questão epistemológica permanece como uma constante, o que reflete uma busca do campo por sua própria identidade científica. (GUIMARÃES, 2017, p. 90)

García Gutierrez (2006) inicia uma discussão sobre os conhecimentos marginalizados, isto é, que não estão dentro do que ele chama de um conhecimento ordenado e elitista, aquele que é registrado. Parte do conhecimento socialmente produzido, no caso, a maior parte dele, não atinge esse *status*, por continuar no plano tácito, ou seja, transmitido pela oralidade e sujeito a modificações. Como é o caso dos conhecimentos tradicionais, que muitas vezes não são registrados por suas comunidades. Nisso, o autor traz ao debate a desclassificação como ferramenta útil à essa elitização ou marginalização dos conhecimentos produzidos pela sociedade.

Para esse mesmo autor a desclassificação seria “desmontar uma estrutura de ordenação dominante – geralmente hierárquica –, implica reclassificar com parâmetros diferentes aos dessa estrutura” (2006, p. 110). Também é entendimento dele que o ato de desclassificar também significa classificar, mas partindo de categorias abertas que estariam em contraponto com o “hermetismo” da classificação, ou seja, da sua característica fechada e reservada a poucos. Assim,

a desclassificação teria um caráter aberto, operando com categorias abertas. Tais categorias abertas seriam mais condizentes com a preocupação de garantir que aspectos éticos sejam observados nos processos e produtos da organização da informação e do conhecimento. (ZAMBONI; FRANCELIN, 2016, p. 8)

Se pensar a proposta de García Gutierrez (2006) de apresentação dos conhecimentos marginalizados, aqueles que não são reconhecidos formalmente, como é o conhecimento científico e acadêmico e a desclassificação, teríamos como

---

<sup>16</sup> “the epistemological and ontological positions that a classification takes and that creators and maintainers of classifications are responsible for the choices and decisions made in the particular classification”

proposta pensar a desclassificação, também, a partir dos conhecimentos marginalizados e não só daqueles que são elitizados.

Em complemento ao entendimento do autor mencionado, temos que a própria ciência é um lugar de privilégio, que exerce influência de poder sobre os SOCs, já que a criação desses instrumentos é fortemente influenciada pelo conhecimento científico. Dessa forma, a ciência auxiliaria o exercício do poder indiscriminado dado pelos SOCs que possuem desvios éticos. Tal autor aponta que é necessário entender que

A ciência não seria, para a desclassificação, um lugar privilegiado de enunciação, mas um lugar que se auto-privilegia. Um lugar que não precisa ser desmontado porque, em sua própria dialética, se autodesmonta em direção a um suposto, e utópico, conhecimento absoluto. A ciência não produz todo conhecimento, produz conhecimento científico, um tipo de conhecimento sujeito a rigorosas restrições e fechamentos em seus métodos construtivos e uma frívola cegueira à respeito da porosidade de seu aparato conceitual. Milhares de culturas, ao longo da história, produziram conhecimentos eficientes em selvas, lagos e desertos, na ausência de epistemologia.<sup>17</sup> (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2006, p. 102)

Para explicar a relação de dominação da ciência, o autor, coloca três elementos explicativos dessa relação. O primeiro seria a ciência possuir um discurso privilegiado e produzir conhecimentos somente para àqueles que conseguem entender e se comunicar por meio dela, excluindo todos os outros. Em segundo, a ciência ser auto proclamadora da verdade que ao mesmo tempo aumenta seu conhecimento o limita em acesso. E, em terceiro, o que o autor coloca como a “negação de qualquer fé ou crença” implica que os cientistas só acreditam nos seus próprios discursos, excluindo todos os outros.

Apreende-se dessa colocação que somente o uso do discurso da ciência na construção dos SOCs pode ser limitador de contextos e de realidades. É necessário que se promova uma ampliação dos discursos, para que assim chegue-se a hospitalidade cultural proposta por Beghtol. Como é o caso dos tesouros que acabam por fazer uma escolha dos discursos científicos e acadêmicos em detrimento de outros que poderiam contribuir para uma diversidade cultural. Em Organização do

---

<sup>17</sup> La ciencia no sería, para la desclasificación, un lugar privilegiado de enunciación aunque sí un lugar que se autoprivilegia. Un lugar que no necesita ser desmontado porque en su propia dialéctica se autodesmonta hacia un supuesto, y utópico, conocimiento absoluto. La ciencia no produce todo el conocimiento, produce conocimiento científico, un tipo de conocimiento sujeto a rigurosas restricciones y cierres en sus métodos de construcción y a una frívola ceguera respecto a la porosidad de su aparato conceptual. Miles de culturas, a lo largo de la historia, han producido conocimiento eficiente en las selvas, lagos y desiertos, en ausencia de epistemología.

Conhecimento, há muito tempo já se aborda o uso de garantias semânticas que trariam aos SOCs segurança quanto a representação da realidade. Existem várias, cada uma com intento de garantir algum aspecto ao instrumento de Organização do Conhecimento.

### **3.1 Tesouros e a Diversidade Cultural**

Vivemos tempos de construção social onde as minorias, aqueles deixados à parte na estrutura da sociedade, reivindicam seus espaços e suas vozes. Temos, dessa forma, a necessidade de repensar todos os elementos sociais, com o intuito de dar o devido espaço a todos aqueles que fazem parte e contribuem para a construção da sociedade. Isso implica na inclusão da diversidade cultural em todos os setores, seja no âmbito do trabalho, acadêmico, político, científico, informacional entre outros.

No âmbito informacional, a diversidade cultural tem demandado discussões da CI que colocam em perspectiva desde a função das instituições portadoras de informação – bibliotecas, arquivos, museus e outras unidades de informação –, como por exemplo a atuação dessas para a redução das desigualdades, até as questões de mediação, de memória, de estudos de usuários, das práticas informacionais, da organização da informação e do conhecimento e outras impossíveis de descrever nesse trabalho, como exemplo citar as pesquisas que estão analisando questões de intolerância religiosa na CDU (TRIVELATO; MOURA, 2017).

É ponto nuclear, para que se alcance uma diversidade cultural no âmbito informacional, que todas as instâncias de estudo da CI se preocupem com a questão da inclusão social das minorias. A Organização da Informação e do Conhecimento parte em busca de representar, através dos seus instrumentos, de suas ferramentas e de seus produtos informacionais as diversas formas de diversidade cultural para que disso importe uma maior identificação dos usuários das instituições, dos sistemas ou dos serviços de informação.

Os tesouros são instrumentos de Organização da Informação amplamente utilizados por profissionais, como bibliotecários, arquivistas, museólogos e outros. Durante muito tempo esses instrumentos foram conhecidos por serem facilitadores da representação e recuperação da informação. Contudo, os avanços das TICs

proporcionaram uma maior interação cultural ao nível mundial numa velocidade inimaginável a sessenta anos atrás, e os tesouros não conseguiram acompanhar a expectativa de indexação de informações que abrangessem uma diversidade cultural ao nível global.

Um dos elementos que acabaram provocando essa falta de representatividade nos tesouros foi a sua característica de ser portador de uma única voz, ou seja, de um único discurso, geralmente o científico-acadêmico. Essa característica proporcionava o que Cintra et al. (2002) e Dodebei (2002) chamam, de “economia”. Não sendo, esta, no sentido de área do conhecimento, mas em relação a uma economia de significado, pois reduz a abrangência de um termo dentro de um contexto.

Com a redução de um conceito, em relação a um termo dentro de um contexto, é possível falar também de uma economia de tempo de busca. Esse papel “econômico” apontado como uma qualidade dos tesouros pode deixar de contemplar outras vozes dentro do contexto social e cultural. Ao fazer isso é possível camuflar questões que estejam além da tão comentada quarta lei de Ranganathan – “poupe o tempo do leitor”. Pesquisas com os sistemas de classificação como CDU e CDD têm apontado relações de discriminação, como por exemplo, de gênero e de etnia (TRIVELATO; MOURA, 2017). É preciso avançar em relação aos paradigmas da CI, pois os modelos de construção de tesouros parecem ainda estar parados no paradigma físico da informação.

É necessário pontuar que não foi somente a questão da diversidade cultural que implica no uso dos tesouros. As TICs possibilitaram a recuperação das informações de forma automatizada com o uso da WEB, como por exemplo o uso do Google. O avanço na estruturação de algoritmos que proporcionassem uma melhor recuperação de informações acabou por deixar de lado o auxílio por tesouros, Hjørland (2016). Isso possibilitou, em certos casos, uma aproximação cultural linguística, por fazerem associação entre termos e melhorarem a resposta de documentos e informações pertinentes no contexto da busca.

Mesmo com o avanço das TICs para a recuperação de informações na WEB, os tesouros ainda são instrumentos altamente necessários para os sistemas de informação em suas diversas personificações, de biblioteca, de arquivo, de hospital,



de periódicos científicos. Mesmo na WEB, a busca da informação acaba tendo seus problemas referentes à quantidade de documentos recuperados e à qualificação desses para a resolução do problema informacional. A possibilidade de indexação desses documentos, proposta do Dublin Core<sup>18</sup>, permitiria a recuperação mais consistente de documentos.

Entretanto, o foco está no uso dos tesouros de forma a acolher os pontos de vista e valores de uma cultura, ou melhor, possibilitar uma hospitalidade cultural (BEGHTOL, 2002). A habilidade de um SOC de incorporar mais de uma voz no processo de organização do conhecimento é conhecida como hospitalidade cultural, termo criado por Clare Beghtol em 2002. A autora busca incluir como ponto de discussão nos SOCs as diversas culturas como um fator preponderante ao cumprimento de uma garantia ética. Dessa forma, a hospitalidade cultural traria ao tesouro uma multiplicidade de vozes.

A garantia ética foi uma proposta de Beghtol (2002), em seu artigo intitulado “Uma proposta de garantia ética para sistemas globais de representação e organização do conhecimento”<sup>19</sup>. Seu entendimento sobre um cumprimento ético parte do ponto que os SOCs devem aceitar que no mundo há uma diversidade social infinita e que partindo dessa aceitação é necessária a vigilância quanto ao desrespeito. Isso implica que os SOCs devem tornar-se inclusivos à diversidade. O respeito seria a base de sustentação da garantia ética. Por fim, percebe-se que há uma relação entre a garantia ética, como uma vigilante ao desrespeito, e a garantia cultural com sua vigilância à diversidade.

A cultura “conduz-nos a um universo conceitual complexo, constituído por inúmeras vertentes teórico-ideológicas que reflete nas diferentes visões sobre sua concepção e dimensões existentes” (BOCCATO; BISCALCHIN, 2014, p. 39) e é necessário que os tesouros, assim como outros SOCs, sejam sensíveis à inclusão de pontos de vistas e de valores compartilhados por várias comunidades possíveis de interesse nas informações representadas.

Os tesouros como sistemas de representação da realidade não podem ser excludentes ou discriminatórios das formas como as diferentes pessoas, comunidades

---

<sup>18</sup> Modelo de metadados para a representação de informações na web.

<sup>19</sup> A proposed ethical warrant for global knowledge representation and organization systems.

e culturas veem determinada apreensão sobre algo ou alguém. No momento que os tesouros deixam de incluir perspectivas sobre um mesmo objeto, eles acabam por colocar de lado uma comunidade de possíveis usuários do sistema de informação, primeiro por esses usuários não conseguirem se comunicar com o sistema e segundo por não se verem representados ou não incluídos.

Para que se alcance a diversidade cultural “considera-se que não há como o profissional manter uma postura neutra, sobretudo em relação à realidade social. Essa necessidade exige do profissional uma postura voltada para mediação de diversas visões de mundo” (ARBOIT, 2017, p. 111). É necessário que se abandone a perspectiva de que os SOCs e os profissionais da informação devem ser neutros. A postura ética do profissional deve estar para além dessa neutralidade, na inclusão das diversas visões de mundo. Manter uma postura neutra parece pequena frente à possibilidade de um SOC de ser inclusivo da diversidade.

Na busca da diversidade cultural no contexto informacional e das bibliotecas, encontra-se o uso do termo “multiculturalidade”, esse, envolvido em diversos níveis da biblioteca e os sistemas de informação. Uma das referências é o Manifesto pela Biblioteca Multicultural<sup>20</sup> onde a Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias<sup>21</sup> (IFLA) identifica que a multiculturalidade “se referem a convivência e interação harmoniosa de diferentes culturas [...] são a base de nossa força coletiva, tanto em nossas comunidades locais como em nossa sociedade global”<sup>22</sup> (INTERNATIONAL, [2006], p. 1).

Quanto ao uso do termo “multiculturalidade”, é necessário fazer a apreensão da diferença entre “multiculturalidade” e “multiculturalismo” que é abordada por Hall (2003). O autor interpõe que o primeiro termo se refere conceitualmente a um adjetivo, ou, como chamado por ele, a um “termo qualificador”. Ele é usado para descrever as características e problemas sociais que o convívio de diferentes comunidades culturais apresenta na tentativa de convívio. Já o segundo, o multiculturalismo, é um substantivo usado para conceituar as estratégias e as políticas governamentais

---

<sup>20</sup> Manifesto pela Biblioteca Multicultural

<sup>21</sup> International Federation of Library Associations and Institutions

<sup>22</sup> “se refieren a la coexistencia e interacción armónica de culturas diferentes [...] son la base de nuestra fuerza colectiva, tanto en nuestras comunidades locales como en nuestra sociedad global.

implementadas para tentar solucionar os problemas da multiculturalidade que advêm das sociedades multiculturais.

Nesse contexto, a IFLA usa o termo “multiculturalidade” para qualificar a nova forma com a qual as bibliotecas devem ser. Por outro lado, o multiculturalismo são as estratégias e as políticas que precisam ser adotadas para que a biblioteca se qualifique como multicultural. Todo o contexto de uso desses dois termos parte do entendimento de que a convivência cultural é conflitiva (HALL, 2003) e que levam em consideração questões como a globalização, que provocou uma maior interação e convívio de culturas diferentes.

Vivemos em um mundo onde as interações culturais se tornaram muito próximas e acabaram por provocar o que Garcia Canclini (2015) chama de “culturas híbridas”. No entendimento do autor, essa hibridização é o processo de interação de diferentes culturas que acaba provocando uma mesclagem culturas. Essa percepção, de culturas híbridas é necessária para a Organização da Informação no momento em que falamos de uma diversidade de pessoas, de culturas diferentes, acessando, interagindo e recuperando informações no mesmo sistema de informação.

Muito pautada na necessidade de um respeito à diversidade, a IFLA, no mesmo manifesto supracitado, indica alguns princípios básicos relativos a bibliotecas, que servem para pensar tanto essa instituição milenar como qualquer outro sistema de informação mais recente. Tais princípios são:

- Servir todos os membros da comunidade sem qualquer discriminação devido a origem cultural ou linguística;
- Oferecer informações em idiomas e alfabetos apropriados;
- Fornecer acesso a uma ampla gama de materiais e serviços que reflitam todas as comunidades e suas necessidades;
- Ter pessoal que reflita a diversidade da comunidade, treinado para trabalhar e servir diversas comunidades<sup>23</sup>. (INTERNATIONAL, [2006], p. 1)

Há uma preocupação dos organismos de representação internacional em inclusão da diversidade cultural na biblioteca, nesse caso específico. Percebe-se que a questão cultural, de uma diversidade, assim como a questão linguística, é o primeiro

---

<sup>23</sup> • Servir a todos lo miembros de la comunidad sin discriminación alguna por origen cultural o lingüístico;

- Oferecer información en lenguas y alfabetos apropiados;
- Dar acceso a un amplio rango de materiales y servicios que reflejen a todas las comunidades y sus necesidades;
- Disponer de personal que refleje la diversidad de la comunidad, formados para trabajar y dar servicio a comunidades diversas.

princípio colocado pela IFLA. Em seguida volta-se novamente a intervenção da questão linguística com disponibilização de informação em diversas línguas e alfabetos. Tem-se uma preocupação com a seleção de materiais e serviços que reflitam toda a diversidade cultural da comunidade de usuários. Por fim, a disponibilidade de pessoal, para o trabalho, que esteja preocupado e atento em tornar possível os outros três princípios.

Em se tratando de Organização do Conhecimento é possível analisar que esses princípios se adequam as atividades, mas não a todos os processos que hoje permeiam esse trabalho. É necessário, então, uma reformulação desses processos para que se adaptem a inclusão da diversidade cultural. Uma possibilidade é a inclusão de garantias além das literária e de uso, que são as mais utilizadas, para incluir, por exemplo, a garantia cultural.

### **3.2 As Garantias para Construção de Tesouros**

As garantias são estudadas no contexto dos SOCs e a literatura específica em CI demonstra uma grande produção relacionada aos sistemas de classificação. Entretanto, a aplicação dessas garantias convém também ao estudo e construção dos tesouros.

Inicialmente temos que o termo “garantia” está associado a uma segurança ou meio de prova. De acordo com GUEDES (2016, p. 75), a garantia “é o ato ou efeito de responsabilizar por algo, de afirmar como certo, de asseverar, de certificar”. Para essa colocação, o autor buscou no dicionário de significados gerais, o que vem a ser a garantia de forma mais ampla. Quanto à sua variação em outras línguas, temos que

Sua grafia vem do idioma francês, *garantie*, que é análogo à ação de certificar, aprovar, confirmar, atestar, entre outros. [...] Entretanto, a circunstância de significado da expressão no âmbito da BCI [Biblioteconomia e Ciência da Informação] procede do conceito inglês *warrant* — variante do francês antigo *guarant*. Na língua inglesa o termo está associado a algo que dá autoridade para uma ação ou decisão, remetendo à noção de autorização, sanção e justificação. (GUEDES, 2016, p. 76)

Tennis (2005) aponta que a garantia é a racionalização da escolha de um termo ou conceito para ser incluído ou não em um vocabulário controlado, pois é ela que irá dar os limites necessários para a inclusão ou para a exclusão com base na

terminologia. Assim, Feinberg (2010, p. 492) afirma que é a garantia que “define as fontes potenciais e a razão pela qual um designer de classificação determina o conteúdo da classificação”<sup>24</sup>.

Os tesouros são construídos e formados tendo por base decisões que não podem ser meramente da vontade ou da personalidade de alguém. É necessária a construção de bases sólidas para a tomada dessas decisões que, geralmente, estão relacionadas à inclusão, à exclusão ou à realocação de termos dentro do tesouro. As garantias, então, “são importantes para validar os conceitos e termos usados para representar um dado domínio” (DIAS, 2015, p. 10). Seguindo esta linha de pensamento, Zeng (apud CARLAN, 2010, p. 31) indica que “o processo de seleção de termos e os testes sob os princípios da “garantia”, são muito importantes no desenvolvimento de qualquer SOC”.

Temos, então, que as garantias são fundamentais para a construção dos SOCs e mais precisamente, dos Tesouros, pois, como apontado pelos autores supracitados, as decisões sobre a inclusão ou exclusão de termos devem ter base racional para que não se tornem um instrumento construído com termos coletados aleatoriamente que não irão representar a Linguagem Especializada de uma área do conhecimento.

As garantias são muitas e alguns autores divergem sobre a quantidade. As que mais aparecem são a garantia semântica, a literária, a de uso, a organizacional, a filosófica, a cultura e a educacional.

### *3.1.1 Garantia Semântica*

Com o intuito de tornar o SOC um instrumento que tenha uma base de significado coerente e que todas as relações sejam consistentes, é necessário que se criem as garantias para alcançar esse objetivo. Todo o processo tem de ser confiável para que apresente qualidade suficiente e, assim, representar adequadamente uma área do conhecimento. Desta forma, é necessário

---

<sup>24</sup> defines the potential sources and rationale by which a classification designer determines the content of the classification.

arquitetar instrumentos de representação do conhecimento úteis e confiáveis, que reflitam a realidade dos sujeitos e atendam às necessidades de exprimir e retratar conhecimentos, revela a importância de fundamentos semânticos no processo de criação destes dispositivos. (GUEDES, 2016, p. 77)

É necessário pensar que os SOCs precisam ter uma coerência de aplicabilidade. Não há que se pensar que qualquer inclusão dentro do sistema ganhará significado ou que será útil. As decisões a serem tomadas devem refletir a organização da realidade do domínio que está se representado. Temos então que “a garantia semântica de um sistema, portanto, fornece a autorização principal para supor que alguma classe ou conceito ou dispositivo notacional será útil e significativo para os classificadores e, por fim, para os usuários de documentos”<sup>25</sup> (BEGHTOL, 1986, p. 111).

As relações de significado dentro do SOC possuem uma complexidade de aplicação que tornam o trabalho de construção destes uma atividade altamente rigorosa. Em se tratando de LD, essas relações de significado ganham ainda mais importância, Guedes e Moura (2016, p. 9) dizem que

a garantia semântica é o princípio que valida o significado da linguagem documentária, isto é, confere a ela uma medida de valor, de qualidade e de utilidade perante o fim a que ela se destina. Embora a noção de legitimar o significado de uma linguagem documentária seja inerente à sua criação, é tarefa difícil definir os critérios ou estipular condições avaliativas que referendem a representatividade da linguagem de um SOC.

Os autores ainda apontam que o primeiro a se debruçar em compreender as garantias foi o bibliotecário E. W. Hulme, que buscou fazer um levantamento dos métodos e regras que eram indicados para a definição de um conceito dentro de uma área de especialidade, ou, como eles colocam, domínio do conhecimento. No entendimento deles o “autor [Hulme] questionou o que poderia ser admitido como a garantia necessária para determinar o conjunto de termos que reproduziria o domínio conceitual das áreas do conhecimento” (GUEDES; MOURA, 2016, p. 9).

---

<sup>25</sup> “the semantic warrant of a system thus provides the principal authorization for supposing that some class or concept or notational device will be helpful and meaningful to classifiers and ultimately to the users of documents”

A todo o momento a garantia será colocada aos profissionais responsáveis pelo SOC para que delas possam compreender e tomar as decisões cabíveis. Para Beghtol (1986), a garantia deve primeiro justificar e depois ser um parâmetro para a verificação sobre a inclusão, a ordem e as divisões que devem ser feitas dentro do sistema. Desta forma, a garantia seria também um instrumento de controle da qualidade.

Desta forma, a garantia semântica é a responsável pela qualidade relativa aos significados que se colocam dentro do SOC. É importante que essa garantia possa refletir a organização conceitual da área e que possa servir de orientação para os que dele fizerem uso. Um SOC com problemas semânticos, provavelmente, apresentará problemas tanto na entrada do sistema, momento em que uma informação é representada, como na saída, momento em que um usuário faz a recuperação da informação. Essa garantia é, então, uma forma de

validar o significado da linguagem documentária, isto é, conferir a ela uma medida de valor, de qualidade e de utilidade perante o fim a que ela se destina, é conhecido como garantia semântica. Embora a noção de legitimar o significado de uma linguagem documentária seja inerente à sua criação, é tarefa difícil definir os critérios ou estipular condições avaliativas que referendem a representatividade da linguagem de um SOC. (GUEDES, 2016, p. 73)

Como forma de alcançar a supracitada coerência e aplicabilidade, a garantia semântica acaba por provocar o surgimento de outras garantias que estão ligadas ao seu objetivo. Com isso, apresenta-se algumas dessas garantias como forma de apresentar como a interferência de cada tipo de garantia provoca resultados no produto final do SOC.

### *3.1.2 Garantia Literária*

A garantia literária é a mais comentada quando se fala da construção de LD, como aponta Dias (2015, p. 12) “a garantia da literatura é uma condição necessária para a construção de sistemas de classificação, tesouros e outros vocabulários controlados”. Sua importância vem da terminologia que é guardada na literatura. Assim, essa garantia é aquela que busca nas fontes de informação validação para a tomada de decisão e coleta de termos e conceitos que farão parte do SOC.

Para atender a esse objetivo [validação] a literatura apresenta a garantia oferecida pela própria literatura através das suas fontes de informação onde estão registrados os diversos termos adotados em determinado domínio e reconhecido pelos pares, como o caminho para realizar a validação dos sistemas de organização do conhecimento. A literatura oferece o aval dos pares que reconhecem e validam a linguagem de especialidade/ terminologia própria de cada domínio. (DIAS. 2015, p. 11)

Segundo Barité et al. (2010, p. 125), o

princípio de garantia literária não parte de uma organização do conhecimento apriorística ou baseada em aspectos formais da teoria da classificação. Também não propugna uma teoria do conhecimento própria à Biblioteconomia e Documentação, uma vez que é a documentação que efetivamente atua como fonte de validação dos termos a serem incluídos em um sistema de organização do conhecimento, pois o que se classifica e se indexa são temas presentes nos documentos.

Para a os autores, é na documentação, ou literatura especializada de uma área, que se encontra a validação necessária para a tomada de decisão relativa às inclusões, exclusões e/ou modificações que serão feitas no SOC. É uma lógica que parte do que é documentado, o real, para a criação de um instrumento. Essa é uma indicação que também é feita por Carlan (2010, p. 43) em que um “só se justifica a inclusão de um termo se este ocorrer na literatura da área”.

É o que confirma Hulme (apud DIAS, 2015, p. 12) ao dizer que “em primeiro lugar que a garantia da literatura estabelece que um determinado cabeçalho está associado a sua existência na literatura da área”. Nisso, o autor coloca que é naquilo que está documentado que se encontrará aporte de validação. Ele também aponta que “em segundo lugar a garantia de literatura oferece um valor e o quanto o termo encontrado na literatura possui um grau de precisão para descrever tal área” (p.12). Hulme, em suas considerações sobre a garantia literária, aponta que ela está muito próxima aos estudos sobre bibliométrica, pois, como diz esse segundo apontamento, é a frequência de um termo que mostraria sua importância para a área.

Essa é uma visão bem quantitativa da representatividade de um termo para uma área do conhecimento. Entretanto, é apontado pela norma técnica da American National Standards Institute/National Information Standards Organization (ANSI/NISO) Z39.19 de 2005, também, como um elemento indicativo para alcançar a garantia literária. Podemos verificar este fato no próprio conceito apresentado para



garantia literária onde essa é a “justificativa para a representação de um conceito em uma linguagem de indexação ou para a seleção de um termo preferencial por sua ocorrência frequente na literatura”<sup>26</sup> (NATIONAL..., 2005, p. 6).

Como dito, todo o processo envolvido na garantia literária busca encontrar nos títulos que estão documentados a base para a proposição de um SOC. Como geralmente os SOCs são elaborados para uma área específica, busca-se na linguagem que a comunidade de especialistas usa para apontar aquilo que é mais adequado. É, então, uma proposta que

leva em conta o consenso científico, educacional e especializado das comunidades usuárias das linguagens documentárias de cada domínio específico. Sob um ponto de vista biblioteconômico, a garantia literária encontra-se estreitamente vinculada aos aspectos semânticos das formas de representação próprias à classificação e à indexação (descritores, cabeçalhos de assunto, notações classificatórias.). (BARITÉ, apud DIAS, 2015, p. 12)

É preciso que “a linguagem usada para descrever o conteúdo de objetos, as palavras ou frases escolhidas devem se aproximar ao máximo das usadas na literatura da área de domínio” (CARLAN, 2010, p. 31). Para tanto a ANSI/NISO Z39.19 de 2005 aponta que

avaliar a garantia literária envolve revisar os conteúdos primário ou secundário dos objetivos que o vocabulário será usado para indexar, bem como consultar fontes de referência, como dicionários ou livros, e vocabulários para um determinado domínio de conteúdo. As fases da palavra escolhidas devem corresponder, tanto quanto possível, à literatura do domínio de uso predominante<sup>27</sup>. (NATIONAL..., 2005, p. 16)

A colocação da documentação como fonte para a produção dos SOCs é uma das garantias que se apresenta. A importância dessa garantia se faz na comunicação, pois cada área possui seus modos e é com base nesses modos que surgem peculiaridades que ressaltam alguns assuntos.

---

<sup>26</sup> justification for the representation of a concept in an indexing language or for the selection of a preferred term because of its frequent occurrence in the literature.

<sup>27</sup> assessing literary warrant involves reviewing the primary or secondary content objects that the vocabulary will be used to index as well as consulting reference sources such as dictionaries or textbooks and existing vocabularies for the content domain. The word phases chosen should match as closely as possible the prevailing usage domain's literature.

O fato de basear a garantia literária antes naquilo que se encontra efetivamente documentado do que em classificações científicas ou filosóficas do conhecimento ou em uma suposta autoridade científica dos classificacionistas, reforça a concepção de que o universo da documentação possui leis ou, pelo menos, manifestações diferentes das do universo das classificações do conhecimento. (BARITÉ et al., 2010, p. 126)

Ainda na linha de pensamento de Barité et al. (2010) podemos dizer que a documentação especializada, principalmente a científica, possui uma lógica própria onde os pesquisadores fazem colocações de ordem a privilegiar, a intercambiar, a acordar, a analisar ou a associar certos assuntos em detrimento de outros. É o modo como um grupo cria sua própria forma de comunicação: a Linguagem Especializada da área.

### 3.1.3 *Garantia de Uso*

A garantia de uso, ou também chamada de garantia do usuário, é aquela em que o usuário determina das escolhas que serão feitas pensando em suas práticas como usuário de informação. Quando falamos de LD nos referimos a “linguagem de usuários geralmente identificada pelos termos usados em sistemas de buscas”, isto é, o usuário irá identificar, de acordo com sua linguagem, quais os termos serão atribuídos como principais pela sua prática de busca nos sistemas. (CARLAN, 2010, p. 31)

Assim, é pela recorrência de um termo, ou seja, aquele que o usuário tem como preferido, no momento das buscas em um sistema que será feita a atribuição dos conceitos dentro do SOC. Na conceituação da Norma ANSI/NISO Z39.19 de 2005 essa colocação fica melhor entendida quando diz que é a

Justificativa para a representação de um conceito em uma linguagem de indexação ou para a seleção de um termo preferencial devido a pedidos frequentes de informações sobre o conceito ou pesquisas de texto livre sobre o termo pelos usuários de um sistema de armazenamento e recuperação de informações.<sup>28</sup> (NATIONAL..., 2005, p. 8)

---

<sup>28</sup> Justification for the representation of a concept in an indexing language or for the selection of a preferred term because of frequent requests for information on the concept or free-text searches on the term by users of an information storage and retrieval system

Gilchrist (apud GRACIOSO, 2010, p. 146) analisa a garantia de uso “como uma força paralela de pensamento, na qual o leitor, como usuário e frequentemente criador de literatura, deveria ser empregado como uma fonte para se conhecer a linguagem mais apropriada para a indexação”. Nesse pensamento, como é o usuário quem cria e modifica a Linguagem Especializada de uma área, seria ele o melhor para identificar qual o termo mais adequado, ou por ele preferido, para a identificação de um conceito.

Guedes (2016) corrobora com o que foi dito. Para ele, a garantia de uso é utilizada para melhorar a representatividade dos termos dentro dos SOC. Além disso, ela é uma aliança entre a garantia literária com a perspectiva do usuário tendo por base as suas práticas informacionais no momento da busca nos sistemas. Dessa forma, pela recorrência, ou frequência, do pedido de um termo dentro do sistema é que se identificaria qual o melhor para o SOC.

### *3.1.4 Garantia Organizacional*

Essa garantia é aquela em que os SOCs se circunscrevem, principalmente, para as atividades de organização. Com isso, seriam as “suas necessidades e prioridades da organização identificando termos que devem ser usados em vocabulários controlados” (CARLAN, 2010, p. 31). Essa garantia se daria muito em relação aos modos de comunicação e cultura da organização.

Zeng (apud GUEDES, 2016, p. 83) aponta que

“a determinação da garantia organizacional requer a identificação da forma ou formas de termos que são preferidos pela organização ou organizações que irão fazer uso de um sistema de vocabulário controlado. Nesse sentido, a garantia organizacional cobre conceitos de um domínio ou justifica a seleção de um termo preferido baseado nas características ou contexto da organização a qual está se desenvolvendo o SOC.)

Já a norma ANSI/NISO Z39.19 de 2005 coloca uma grande importância dessa garantia nos processos de construção de tesouros. Para ela, essa garantia vai “requer a identificação da forma ou formas de termos que são preferidos pela organização ou

organizações que usarão o vocabulário controlado”<sup>29</sup> (NATIONAL..., 2005, p. 16). Assim, seria a organização, baseada nas suas expectativas, missão, visão e valores, que faria a identificação do que entraria no SOC, ou, no caso específico da norma, os termos que entrariam no tesouro. Na norma ainda aparece que a “justificativa para a representação de um conceito em uma linguagem de indexação ou para a seleção de um termo preferencial devido a características e contexto da organização”<sup>30</sup> (p. 7). Novamente, seriam os interesses organizacionais a ditar a elaboração do SOC.

### 3.1.5 *Garantia Filosófica*

A garantia filosófica, que também pode ser encontrada como garantia científica “é consistente com o consenso científico e filosófico e baseia-se na autoridade da academia e de pesquisa” (GUEDES; MOURA, 2016, p. 83). Para tanto, a construção de SOC deveria voltar-se à ciência, ou às práticas científicas, para a tomada de decisão quanto à elaboração do sistema.

É um dos modos de se ver e de construir os SOCs, baseado em uma maior estabilidade e maior padronização. Essa é uma garantia que está muito próxima ao objetivo das LDs, pois estas buscam uma padronização da linguagem dentro de um sistema de informação. Entretanto, vale ressaltar que as LDs buscam uma padronização e não uma regularidade do uso da linguagem. Tanto é que vários autores comentam sobre a necessidade de revisão e adequação dos termos das LDs. Bilss (apud GUEDES; MOURA, 2016, p. 83) comenta que

a importância do relacionamento de princípios baseados em estruturas clássicas do pensamento para o desenvolvimento de um sistema classificatório e sugere aliar princípios práticos, lógicos e filosóficos na orientação no desenvolvimento dos esquemas classificatórios.

Beghtol (1986) indica que a garantia filosófica é apontada como a mais indicada para a construção de SOC por buscar na ciência, ou na academia, a base para a identificação do que possui relevância para o sistema. Isto se dá, devido à constância que a ciência possui sobre os assuntos e temáticas. Sua estabilidade em

---

<sup>29</sup> requires identifying the form or forms of terms that are preferred by the organization or organizations that will use the controlled vocabulary

<sup>30</sup> “justification for the representation of a concept in an indexing language or for the selection of a preferred term due to characteristics and context of the organization”

termos de linguagem variaria menos que a utilizada pelo especialista de uma área ou pelos usuários.

### *3.1.6 Garantia Cultural*

A cultura vem sendo estudada há muito tempo e por diversas áreas do conhecimento. As principais contribuições para a construção do conceito do que é cultura vieram dos estudos em antropologia e percorreu um caminho extenso até um entendimento, ainda não unanime e não fechado, do que é cultura. Os estudos dessa área na CI não são recentes, porém vêm ganhando notoriedade nas pesquisas com o passar do tempo.

Em uma busca de um conceito de cultura que se relacione com a intencionalidade da garantia cultural, podemos encontrar em Geertz (1989) e Hall (2003) sustentação para a importância dos estudos da cultura para a organização da informação. O primeiro autor afirma que a cultura se relaciona com as significações, ou melhor, com o significado que cada sociedade dá ao símbolo. Os símbolos sendo tudo aquilo que está no campo material e que possa ser percebido pelos sentidos, um objeto, um som, um gesto, entre outros. Seu enfoque sobre a cultura é dado sobre o relacionamento dado as várias significações, o que ele chama de “teia de significados”.

Hall, ainda na mesma linha de pensamento do primeiro, aborda a cultura como o campo humano das representações em que as coisas ganham significado de acordo com a sociedade que a percebe. Isto importa dizer que aquilo que Geertz chama de símbolo e que possui um significado ganha uma representação enquanto um elemento de ordem social. Assim sendo, a informação, como um elemento material e com significado para aqueles que a utilizam ganha importância para a Organização do Conhecimento, pois esse é um espelho da realidade e que está diretamente relacionada a forma como cada sociedade interpreta o seu significado.

Portanto, na demanda da construção de SOCs é necessário levar em consideração o significado e representação que cada elemento possui para a sociedade na qual se insere. Mas mais do que isso, é necessário pensar tais Sistemas de forma a abarcar a diversidade cultural advinda das diversas formas de ver o mundo

que os estudos culturais ajudam a entender. É nesse sentido que se justifica a necessidade de inclusão da garantia cultural na construção dos SOCs.

O conceito de garantia cultural ganhou destaque principalmente com Beghtol, em 1986, em seu artigo “Validade semântica: conceitos de garantia em sistemas de classificação bibliográfica”<sup>31</sup>. Vários autores recorrem a ela para entender o conceito de garantia cultural. Temos que essa garantia significa que em “qualquer tipo de sistema de organização e/ou representação do conhecimento pode ser maximamente conveniente e útil para as pessoas de uma cultura apenas se estiver baseado nos pressupostos, valores e predisposições da mesma cultura” (GUEDES; MOURA, 2016 p. 13). Os autores ainda colocam, em seguida, que

a perspectiva da garantia cultural é um modo de alcançar noções e ideias de difícil reconhecimento por demais parâmetros semânticos em que, tanto as comunidades de usuários possam se identificar como os SOCs sejam capazes de representar abstrações destas ideias. (p. 14)

A garantia cultural é, então, o meio de inserção dos valores dos usuários em um SOC que, posteriormente, será acessado pelo próprio usuário. Isso faz com que ele tenha uma maior aproximação com o sistema de informação, pois este irá refletir alguns de seus pressupostos, de seus valores e de suas predisposições, como apontaram os autores. Alargando mais o entendimento dessa garantia, temos ainda que

a garantia cultural faz com que o sistema preserve as suposições, as crenças, os valores e a língua daquela determinada cultura. Entretanto, a garantia cultural aumenta a complexidade de representar o conhecimento, uma vez que esse será acessado por indivíduos de diferentes culturas. (PINHO, 2006, p. 100)

É então compreensível que um SOC construído com base também na garantia cultural poderá ser mais representativo na forma de organização e compreensão que um grupo de pessoas tem de uma área específica. É uma forma de buscar no usuário o significado que ele dá aos elementos do SOC e ao próprio sistema. Com vista à interpretação e proposições de J. M. E. Lee e Clare Beghtol entende Guedes (2016 p. 86) que “um sistema será mais representativo e útil para as

---

<sup>31</sup> “Semantic validity: concepts of warrant in bibliographic classification systems”

peças de uma determinada cultura se se basear nos pressupostos, valores e predisposições daquela cultura na qual estão inseridas”.

Beghtol (2002) diz que a garantia cultural é uma “forma de flexibilizar os sistemas de organização e representação do conhecimento a abrangerem aspectos relativos à diversidade cultural a serem representados” (apud PINHO, 2006, p. 64). Essa colocação é importante, pois cada grupo cria e faz parte de uma cultura específica. Se os SOCs puderem agregar, essas especificidades culturais se tornarão, como coloca o autor, mais flexíveis, pois darão ao usuário uma localização de uma perspectiva conhecida e compartilhada por ele.

No entendimento de Gracioso (2010), a inclusão da garantia cultural seria uma forma de reforçar as relações semânticas dentro dos SOCs. Desta maneira, ao final da elaboração de um SOC existiria uma relação de significados mais próxima ao conhecimento dos usuários desses sistemas. É de certa forma previsível que com essas relações mais próximas culturalmente dos usuários, que os profissionais da informação poderiam entender melhor as relações de significado no momento de seus trabalhos com a informação.

Uma questão que é compartilhada por alguns autores é em relação à utilização dos sistemas pelos usuários. Como dito anteriormente, a garantia cultural traria uma grande aproximação do usuário com o sistema de informação. Sobre essa proximidade, Pinho (2006, p. 92) afirma que “um sistema que não é estabelecido sob o aspecto da garantia cultural não será adotado para busca e recuperação, uma vez que o usuário não reconhecerá nele sua visão de mundo representada”.

Entretanto, deve-se levar em consideração que se um SOC for construído de acordo com uma cultura específica, é possível que outras culturas que não compartilhem das mesmas visões de mundo tenham problemas em acessar o conhecimento representado com o SOC. Nessa situação, temos que

um sistema de organização do conhecimento que seja apropriado para os elementos de uma cultura pode não reconhecer elementos que são altamente importantes para alguma outra cultura, e tais exclusões apresentam problemas porque precisamos integrar o conhecimento através de fronteiras

culturais, geográficas e lingüísticas.<sup>32</sup> (BEGHTOL apud MARTÍNEZ-ÁVILA; BUDD, 2017, p. 705)

Para minimizar esse problema, é possível a inclusão de mais de uma garantia na elaboração de um SOC. Um ponto importante que é colocado por Beghtol (apud PINHO, 2006, p. 92) é que a

garantia cultural oferece suporte teórico à estrutura ética para os sistemas de organização e representação do conhecimento, pois significa que as culturas profissional e pessoal do usuário e do profissional da informação garantem o estabelecimento apropriado de campos, termos, categorias e classes nesses sistemas.

Outra colocação que a autora faz, e que é reconhecida por Guedes (2016), é quanto o entendimento da garantia cultural como um conceito guarda-chuva que abrigaria todas as outras garantias. Deste modo, elas seriam uma forma de complemento que daria aporte à garantia cultural. Essa ilustração do guarda-chuva foi dada pela autora já em 1986 e ganhou um retorno com Guedes (2016) e Guedes e Moura (2016).

Por último, Beghtol (1986, p. 121) coloca que

garantias culturais influenciam a operacionalização racional subjacente sobre o qual os sistemas de classificação dependem de significado e utilidade. Para investigar a garantia cultural além do nível intuitivo ou observacional, as técnicas e os resultados de campos como sociologia, sociologia do conhecimento e antropologia social / cultural deveriam ser aplicados ao estudo dos sistemas de classificação bibliográfica<sup>33</sup>.

Entende-se, então, que para a inclusão dessa garantia seria necessário recorrer a técnicas sociológicas que dessem conta da parte cultural para ser inserida dentro do SOC. Algumas que podem ser indicadas são àquelas destinadas a coleta de dados, entrevista, grupo focal, observação, e que poderiam ser utilizadas para

---

<sup>32</sup> a knowledge organization system that is appropriate for the elements of one culture may not recognize elements that are highly important for some other culture, and such exclusions pose problems because we need to integrate knowledge across cultural, geographic, and linguistic boundaries.

<sup>33</sup> cultural warrants influence the underlying operational rationale upon which classification systems depend for meaningfulness and utility. To investigate cultural warrant beyond the intuitive or observational level, the techniques and findings of such fields as sociology, the sociology of knowledge and social/cultural anthropology would have to be applied to the study of bibliographic classification systems.



entender o processo de significação dos elementos a serem incluídos no Sistema, com intuito de torná-lo mais diverso em termos visão de mundo.

Dessa forma, os estudos de Geertz (1989), Hall (2003) e Beghtol (1986; 2002) ajudam a entender como a formação dos SOCs podem corroborar para o desvanecimento de um *status quo* de não respeito à diversidade cultural para um novo paradigma, que é a inclusão e o respeito.

Dentre as garantias apresentadas, é possível verificar uma maior ou menor abertura a possibilidade de inclusão da diversidade cultural dentro dos SOCs. Contudo, aponta-se para a garantia literária, de uso e cultural como adequadas a se pensar a possibilidade de fazer a integração cultural em tesouros. A garantia literária, por sua concepção para os tesouros induz a utilização da literatura científica e acadêmica, mas que é necessária para uma consistência em relação a representação do tesouro como uma área do conhecimento. A garantia de uso possibilita a verificação da terminologia na perspectiva do usuário. E a garantia cultural traz ao processo a possibilidade de abertura da forma como Garcia Gutierrez coloca na proposta da desclassificação.

## 4 METODOLOGIA

Com intuito de alcançar o objetivo geral e os específicos, a metodologia elaborada consiste em subsidiar a experimentação de um modelo de construção de tesouro, partindo de Cervantes (2009), entretanto, adotando uma perspectiva crítica sobre o papel social das LDs e inclui preceitos da garantia cultural e que também se adequem à International Organization for Standardization (ISO) 25964 (2011, 2013). Com isso, pretende-se demonstrar como esse modelo é pertinente para a construção de um tesouro sobre JT no contexto da América Latina.

No contexto da pesquisa, o conceito de modelo parte do entendimento dado por Domingues (2004) onde aponta que os modelos são os elementos formais advindos dos conceitos de um corpus teórico, paradigmas, e que são capazes de representar os "diferentes estados das coisas e nos contrastes com o real empírico" (p. 51). Para tanto, partiu-se da análise conceitual e teórica de duas áreas distintas, a CI com a Organização do Conhecimento e os tesouros e a JT, como área de aplicação do modelo.

É uma pesquisa empírica, de natureza qualitativa, ao ponto que busca nas evidências não quantificáveis a base para interpretação da realidade (FLICK, 2009). Esse tipo de pesquisa acaba por formar "um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano" (CRESWELL, 2010, p.43). Assim, como apontado nesta pesquisa, o foco está na exploração da realidade subjetiva de um problema social, a construção de tesouros de atenda as especificidades de áreas construídas em disputas sociais e políticas.

Em consonância aos objetivos, essa pesquisa se caracteriza como do tipo exploratória e descritiva, pois busca uma aproximação com o tema da pesquisa e não possui a intenção de interferir na realidade (APPOLINÁRIO, 2006), e sim esclarecer, de entender e de descrever de forma complexa a relação da construção de um tesouro no âmbito da JT e que seja um elemento para a representação das informações desse campo.

#### 4.1 Pesquisa Bibliográfica

A pesquisa bibliográfica foi feita em acordo com a proposta de criação de um modelo. Por ser uma materialização da parte conceitual teórica, seria necessário partir da teoria que daria sustentação para a representação da realidade em um instrumento formal. Iniciou-se, então, com um levantamento bibliográfico para entender o surgimento, a construção e as lutas políticas e sociais da JT no Brasil e no mundo. A busca por autores de referência nos estudos da transição na América Latina deu-se de forma a valorizar o conhecimento produzido nessa área e a caracterização das especificidades nesta região.

As publicações do Ministério da Justiça do Brasil se mostraram uma fonte de informação rica em conteúdos voltados às demandas políticas e sociais da transição. Mesmo apresentando muitas obras relativas às experiências brasileira, há algumas com conteúdo geral e voltado a América Latina. Também foram importantes as publicações de Universidades e artigos de periódicos científicos. Algumas obras que se destacaram foram: Justiça de transição: análises comparadas Brasil-Alemanha; Justiça de Transição na América Latina: panorama 2015; Justiça de Transição: manual para a América Latina; Justiça de transição: direito à justiça, à memória e à verdade; Justiça e arquivos no Brasil: perspectivas de atores da justiça de transição.

Para a pesquisa bibliográfica em Organização Social do Conhecimento foram utilizados materiais bibliográficos diversos de cunho teórico e prático. As fontes principais consultadas foram de contexto científico e acadêmicos com a intenção de trazer a pesquisa a bibliografia mais recente de conceituação e construção dos Sistemas de Organização Social do Conhecimento.

Das fontes consultadas, encontrou-se nos materiais publicados pela International Society for Knowledge Organization (ISKO), seja da sua sede (Alemanha) ou da unidade regional no Brasil, uma grande fonte de informação. Das publicações mais relevantes destaca-se o Knowledge Organization journal e os livros da série Estudos Avançados em Organização do Conhecimento. Essa série de livros é formada pelos anais do Congresso Brasileiro em Organização e Representação do Conhecimento que, em 2017 teve a sua quarta edição.

Em 2016 o Knowledge Organization journal publicou um volume com vários artigos com relação a Organização Social do Conhecimento. O número três desse mesmo volume foi dedicado aos tesouros. A proposição da ISKO com esse número vem do questionamento posto no próprio editorial “esta casa acredita que o tesouro tradicional não tem lugar na recuperação de informação moderna”<sup>34</sup> (DEXTRE CLARKE; VERNAU, 2016, p. 135). Na verdade, essa proposição veio do volume anterior, volume 42 de 2015, onde começou-se o debate acerca dos tesouros tradicionais e o seu lugar nos SOCs modernos para a recuperação da informação. Em relação a série de livros Estudos Avançados em Organização do Conhecimento encontrou-se discussões importantes para o delineamento dessa pesquisa. A temática central do primeiro volume foram os “desafios e perspectivas científicas para a organização e representação do conhecimento na atualidade”; o segundo volume foi dedicado à “complexidade e organização do conhecimento, desafios de nosso século”; no terceiro, a “organização do conhecimento e diversidade cultural” foram ponto central; e já o último e quarto volume a “memória, tecnologia e cultura na organização do conhecimento”.

Os debates provocados pela ISKO em suas publicações mais recentes mostram a necessidade de repensar os modelos tradicionais de construção dos SOCs para que tenham utilidade no ambiente moderno de uso da informação. Isso leva a pensar o papel social que esses sistemas possuem e como o fator social deve ser levado em consideração no momento da criação dos modelos.

A escolha dessas fontes não impossibilitou que outros materiais bibliográficos fossem consultados e utilizados. Viu-se nas publicações da ISKO o início de uma pesquisa bibliográfica muito mais complexa.

## **4.2 Modelo para a Construção de Tesouros**

Como base para análise dos instrumentos tradicionais de construção de tesouros, escolheu-se o Modelo Metodológico Integrado para a Construção de Tesouros (MMICT). Este modelo foi escolhido por permitir uma estruturação de alguns

---

<sup>34</sup> “this house believes that the traditional thesaurus has no place in modern information retrieval”

instrumentos e construção de tesouros em um único documento e por trazer uma sintetização de todas as etapas, diretrizes, descrições e orientações desses instrumentos, facilitando, assim, a análise. Além do MMICT, também foi incluída para análise a norma ISO 25964-1:2011 (informação e documentação: thesouro e interoperabilidade com outros vocabulários: parte 1: thesouro para recuperação de informação)<sup>35</sup> e a norma ISO 25964-2:2013 (informação e documentação: thesouro e interoperabilidade com outros vocabulários: parte 2: interoperabilidade com outros vocabulários)<sup>36</sup> dois dos instrumentos mais recentes para a construção de tesouros.

A construção do MMICT foi feita por Brígida Maria Nogueira Cervantes, em 2009 em sua tese de doutorado em Ciência da Informação. Na construção de seu trabalho, a autora buscou a integração de vários autores e normas sobre criação de tesouros para a consolidação em um único instrumento.

Entre as normas utilizadas encontram-se as da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Temos a NBR 12676/1992 (métodos para análise de documentos: determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação), NBR 13789/1997 (terminologia: princípios e métodos: elaboração e apresentação de normas de terminologia), NBR 13790/1997 (terminologia - princípios e métodos - Harmonização de conceitos e termos); a norma da Organização Nacional de Normas de Informação ANSI/NISO Z39.19/2005 (diretrizes para a construção, formato e gerenciamento de vocabulários controlados monolíngües)<sup>37</sup>; normas da Organização Internacional de Normalização ISO 1087:1996 (terminologia: vocabulário)<sup>38</sup>, ISO 1087-1:2000 (trabalho terminológico: vocabulário parte 1: teoria e aplicação)<sup>39</sup>, ISO 2788:1986 (documentação: diretrizes para o estabelecimento e desenvolvimento de tesouros monolíngües)<sup>40</sup>; ISO 5964:1985 (diretrizes para o estabelecimento e desenvolvimento de tesouros multilíngües)<sup>41</sup>, além das Diretrizes para o Estabelecimento e Desenvolvimento de Tesouros monolíngües da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) de 1993 e as

---

<sup>35</sup> (information and documentation: thesauri and interoperability with other vocabularies: part 1: thesauri for information retrieval

<sup>36</sup> information and documentation: thesauri and interoperability with other vocabularies: part 2: interoperability with other vocabularies

<sup>37</sup> guidelines for the construction, format, and management of monolingual controlled vocabularies)

<sup>38</sup> terminology: vocabulary

<sup>39</sup> terminology work: vocabulary part 1: theory and application

<sup>40</sup> documentation: guidelines for the establishment and development of monolingual thesauri

<sup>41</sup> guidelines for the establishment and development of multilingual thesauri

Diretrizes para Elaboração de Tesouros Monolíngues do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) de 1984.

O modelo é dividido em cinco etapas que possuem orientações à construção do tesouro, conforme o quadro 2:

**Quadro 1 - Sistematização de etapas da construção de tesouros**

<b>MODELO METODOLÓGICO INTEGRADO PARA CONSTRUÇÃO DE TESAURO</b>	
<b>Sistematização de etapas da construção de tesouros (normalização, literatura e tesouros) - Procedimentos terminográficos</b>	
<b>1. Trabalho preliminar</b> (Orientações gerais/Usos de equipamento automático de processamento de dados)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- escolha do domínio e da língua do tesouro;</li> <li>- delimitação do subdomínio;</li> <li>- estabelecimento dos limites da pesquisa terminológica temática;</li> <li>- consulta a especialista do domínio/subdomínio.</li> </ul>
<b>2. Método de compilação</b> (Abordagem de compilação)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- coleta do <i>corpus</i> do trabalho terminológico;</li> <li>- estabelecimento da árvore de domínio;</li> <li>- expansão da representação do domínio escolhido.</li> </ul>
<b>3. Registro de termos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- coleta e classificação de termos.</li> </ul>
<b>4. Verificação de termos</b> (Admissão e exclusão de termos /Especificidade)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- verificação, classificação e confirmação de termos;</li> <li>- elaboração de definições;</li> <li>- uso do vocabulário de especialidade para o estabelecimento de relações entre os descritores e de relações entre descritores e não descritores.</li> <li>- organização das relações entre descritores.</li> </ul>
<b>5. Forma de apresentação de um tesouro</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- trabalhos de apresentação do tesouro.</li> </ul>

Fonte: Cervantes (2009, p. 163).

As cinco etapas são descritas a seguir:

1. No trabalho preliminar se dá a escolha do domínio, subdomínio e a língua de apresentação do tesouro, a delimitação do limite da coleta de termos que será feita e a consulta ao especialista para o auxílio na escolha de um corpus que represente a área de especialidade;

2. Na segunda etapa de aplicação do MMICT é o método de compilação onde será definido o modo de construção do tesouro: dedutivo, indutivo ou misto, a coleta do *corpus* documental, estabelecimento de uma categorização macro ou estrutura conceitual com a consulta ao especialista para verificar a necessidade de aumentar, reduzir ou manter o domínio e subdomínio definido.

3. O registro dos termos é o momento da leitura técnica e coleta dos vocábulos dentro dos documentos identificados constituintes de representação da

Linguagem Especializada. Nesse momento, as expressões são inseridas em uma ficha terminológica onde é registrado: o termo, contextos de uso, fonte (documentos de onde foi extraído), definição, relações e notas.

4. Na verificação ocorre o relacionamento dos termos com intuito de formar as relações entre eles e a criação de notas de escopo para a explicação de uso de cada termo referente à delimitação do tesouro e o conceito.

5. A forma de apresentação se refere ao modo como o tesouro será disponibilizado, isto é, de forma alfabética ou sistemática.

### **4.3 ISO 25964**

A norma ISO 25964 trata da interoperabilidade com outros vocabulários e foi lançada em duas partes. A primeira parte, do ano de 2011, possui conteúdo geral voltado à estrutura e à função dos tesouros na recuperação da informação. De acordo com o próprio comitê elaborador a norma não traz grandes novidades ao que já estava posto nas normas anteriores que foram revogadas (ISO 2788:1986 e ISO 5964:1985), entretanto, incluiu cinco novos capítulos que ainda não tinham aparecido anteriormente.

Esses novos capítulos tratam de diretrizes para software de gerenciamento de tesouro, modelo de dados, integração de thesauri com aplicações, formatos de troca e protocolos, respectivamente. Por ter sido apontado pela norma que os capítulos anteriores correspondem amplamente ao conteúdo das normas revogadas, partiu-se da leitura e análise da norma somente em seus capítulos inéditos, pois a sistematização do MMICT já incluía as normas canceladas com o lançamento da ISO 25964.

Já a parte dois, datada do ano de 2013, trata de conteúdo ainda não publicado pela ISO. Seu conteúdo volta-se mais diretamente a interoperabilidade com outros vocabulários, tanto que seu subtítulo repete o título da norma. Nela são dadas as orientações e conceituações que vão desde modelos estruturais para o mapeamento de vocabulários até as especificações relativas a cada tipo de vocabulário com o qual um tesouro pode interoperar.

Todo o conteúdo da segunda parte da norma foi analisado para identificar quais orientações poderiam ser consideradas perante a construção de um modelo de construção de tesouros que seja mais aberto à hospitalidade cultural pensando o instrumento para a aplicação na JT.

A inclusão da norma ISO 25964 no processo de construção desse modelo traz uma atualização, visto que o MMICT é de 2009 e as referidas normas datam de 2011 e 2013. A inclusão dos preceitos teóricos que visam a inclusão da garantia cultural também é um elemento que encontra respaldo nessa norma que passa a entender o tesouro como um instrumento que conversa com outros instrumentos, que se abre a apreender novas formas de estruturação do conhecimento.



## 5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os tesouros são instrumentos usados e estudados pela CI há muitos anos, remetendo a 1950, quando foi usado o termo *thesaurus* para significar um sistema organizado de controle terminológico. Chegaram a se consolidar como os mais adequados para a representação e a recuperação da informação devido às suas características padronizada e unívoca, isto é, que não gera duplo entendimento ou interpretação. Entretanto, com o avanço das TICs, principalmente, as digitais e online, a velocidade e a intensidade com a qual as pessoas se comunicam e compartilham informações acabou por provocar a necessidade de uma recuperação da informação a nível global, e não mais local ou regional.

A língua, então, apresenta grande importância para a recuperação da informação. Por consequência, há implicações quanto a representação das informações e quanto a linguagem. Torna-se necessário que os instrumentos de representação da informação passem a ser multilíngues para que pessoas com proficiência em línguas diferentes daquela para qual o instrumento foi inicialmente criado possam interagir com o sistema de recuperação da informação sem grandes entraves ou ruídos na comunicação. Além disso, a língua é um elemento de uma construção cultural – mas que por si só não assegura a garantia cultural – isso faz com que ocorra uma diversidade de conceitos para um mesmo termo, assim como uma diversidade de termos para um só conceito. Desse modo, o trabalho de construção de tesouros é um processo tão complexo.

Portanto, os termos e os conceitos se relacionam com questões culturais e podem ser entendidos de formas diferentes em diversas partes do mundo, um mesmo termo em um mesmo contexto pode ter conceitos diferentes ou similares. É necessário que o instrumento de representação da informação e do conhecimento esteja preparado para receber essas peculiaridades das linguagens especializadas pensando nos diversos usuários, que respondem à sua formação cultural, para que o sistema de recuperação da informação responda às diversas formações culturais.

Iniciou-se a adaptação do modelo com o entendimento dos preceitos dados pela garantia cultural e em como ela pode ser aplicada nos Tesouros para que os mesmos possam ser mais dinâmicos nas áreas que ainda estão em fase de consolidação e nos campos de disputas. Em seguida, houve a leitura e a compreensão

da ISO 25964, partes 1 e 2, (2011; 2013) para fazer a devida atualização do MMICT, pois esse modelo não possui integralmente as inovações trazidas pelas duas partes da ISO, já que foi construído em 2009, dois anos antes da primeira e quatro anos antes da segunda parte.

Como a intenção de adequação do modelo, faz-se inicialmente para o âmbito da JT, buscou-se, também, alimentar a análise dos dados de adequação do modelo com elementos que pudessem subsidiar uma proximidade maior com essa área que demonstra ser tão plural nos diversos países em que está presente e com tamanha disputa política e social. Foi apontado anteriormente que essa pesquisa não tinha por objetivo criar um modelo específico para a JT, mas em tornar o modelo mais dinâmico. Com isso, foram usados esses apontamentos da JT que subsidiassem uma discussão para a inclusão ou alteração das etapas.

Não houve retiradas de nenhuma das etapas do modelo original, somente a inclusão de quatro novas nas subetapas. Vale ressaltar que o MMCIT baseia-se somente nas etapas terminográficas da construção de tesouros, isso implicou que a continuidade do trabalho seria feito também com essas etapas.

Dessa forma, deu-se por resultado a elaboração de um novo modelo com os dois elementos de análise apontados acima, que são: a garantia cultural e a ISO 25964. Em parte, a JT permitiu pensar os desafios, os procedimentos e as etapas do novo modelo, que é apresentado no quadro 2, onde estão incluídas as etapas e as adaptações necessárias.

**Quadro 2 - Nova sistematização de etapas da construção de tesouros**

MODELO METODOLÓGICO INTEGRADO PARA CONSTRUÇÃO DE TESAURO	
Sistematização de etapas da construção de tesouros (normalização, literatura e tesouros) - Procedimentos terminográficos	
<b>1. Trabalho preliminar</b> (Orientações gerais/Usos de equipamento automático de processamento de dados)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- escolha do domínio e da língua do tesouro;</li> <li>- delimitação do subdomínio;</li> <li>- <b>busca de vocabulários para interoperar</b></li> <li>- estabelecimento dos limites da pesquisa terminológica temática;</li> <li>- consulta aos <b>produtores de informação e conhecimento</b> do domínio/subdomínio.</li> </ul>

<b>2. Método de compilação</b> (Abordagem de compilação)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- coleta do <i>corpus</i> do trabalho terminológico;</li> <li>- estabelecimento da árvore de domínio;</li> <li>- expansão da representação do domínio escolhido.</li> </ul>
<b>3. Registro de termos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- coleta e classificação de termos.</li> </ul>
<b>4. Verificação de termos</b> (Admissão e exclusão de termos /Especificidade)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- verificação, classificação e confirmação de termos;</li> <li>- elaboração de definições;</li> <li>- uso do vocabulário de especialidade para o estabelecimento de relações entre os descritores e de relações entre descritores e não descritores.</li> <li>- organização das relações entre descritores.</li> <li>- <b>mapeamento dos vocabulários interoperáveis;</b></li> <li>- <b>consulta aos produtores de informação e conhecimento do domínio/subdomínio.</b></li> </ul>
<b>5. Forma de apresentação de um tesauro</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- trabalhos de apresentação do tesauro.</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelo autor em adaptação a Cervantes (2009)

A inclusão na etapa do trabalho preliminar da subetapa “busca de vocabulários para interoperar” foi uma das novidades apresentadas pela ISO 25964. ainda nessa etapa foi mudado o nome da subetapa “consulta a especialista do domínio/subdomínio” para “consulta a pessoas de notório saber no domínio/subdomínio”. A referida norma ISO também ensejou a criação de uma subetapa “mapeamento dos termos e conceitos dos vocabulários interoperáveis”.

O trabalho não se encerrou com a inclusão e a elaboração do novo modelo. Foram feitas adaptações nas orientações de condução de cada etapa. É neste momento que encontram-se os maiores resultados para análise. Para tanto, foi realizada a leitura crítica dos textos e dos autores usados como base por Cervantes (2009) para esmiuçar o contexto, o objetivo e a função de cada etapa para em seguida pensar nas contribuições da garantia cultural e da ISO 25964 com a aplicabilidade na JT.

A organização da apresentação desses resultados segue a forma como os elementos estão apresentados no quadro, primeiro as etapas e em seguida as subetapas.

## 5.1 Trabalho Preliminar

O trabalho preliminar é a etapa inicial de construção de tesouros no que se refere à construção terminográfica. Estágios anteriores, como a escolha do software a ser utilizado no processo, e que não se referem à parte terminológica não se encontram descritas nessa parte da construção, mesmo que sejam indicações não terminográficas presentes na ISO 25964 em sua primeira parte. É necessário, dessa forma, que os envolvidos na elaboração do tesouro estejam atentos a outras instruções presentes nas normas nacionais e internacionais de construção de tesouro.

Nessa etapa, de trabalho preliminar são feitas duas indicações importantes quanto à continuidade do projeto de construção do tesouro. Com isso é necessário que a equipe de construção além de capacidade técnica tenha um pensamento crítico sobre a prática da construção do modelo e das etapas do modelo resultante dessa investigação. É interessante a formação de uma equipe multidisciplinar para uma maior integração de conhecimentos.

A primeira refere-se à comunicação de intenção, isto é, a publicação em periódicos envolvidos em CI e das áreas de domínio e subdomínio do tesouro. Isso importa uma maior divulgação do instrumento que está sendo preparado e uma maior conscientização dos profissionais da informação e usuários sobre o uso do tesouro em questão.

Quanto a essa primeira indicação, faz-se necessário apontar que a comunicação de intenção estava presente no livro *Diretrizes para elaboração de tesouros monolíngües* do IBCT, publicado em 1984. Esse era um momento em que o uso das tecnologias pelos centros de informação e documentação ainda era limitado, assim como para os usuários. Com isso, e pensando também na garantia cultural, faz-se necessário incluir a disseminação do instrumento em outros canais que não só os de leitura científica e acadêmica.

É importante que a comunidade tenha conhecimento do tesouro para representar e recuperar as informações no domínio e no subdomínio. Em se tratando da JT, é necessária uma divulgação que alcance as vítimas dos regimes autoritários, pois são usuários ativos na busca de informação relativa à manutenção de seus

direitos de memória e verdade, bem como os de reparação, de justiça e de reforma institucional.

A segunda indicação, também presente no mesmo livro, é a de evitar a construção de um instrumento que já existe, portanto é parte do trabalho dessa etapa a busca de outros tesouros que cubram os mesmos domínio e subdomínio. É necessário ressaltar que dentro dessa indicação faz-se o lembrete de que cada tesouro deve refletir a comunidade de usuários da qual está se delineando. Portanto, nesse momento é necessário de que se faça a indicação de qual é essa comunidade e seus interesses e pontos de vistas específicos.

Por muito tempo falou-se numa atuação neutra dos instrumentos de representação da informação e do conhecimento. Hoje sabe-se bem que essa atuação não é livre das visões de mundo daqueles que os criam, como apontado por Arboit (2017). O importante, no que toca esse quesito, é não buscar uma neutralidade que não existe, mas sim em apontar e deixar claro quais pontos de vista o tesouro toma para si.

No caso da JT temos pontos de vistas diferentes e que representam visões de mundo conflitivas, uma delas é uma visão conservadora em relação ao passado recente que compactua com o autoritarismo, reafirma a anistia e nega violações de direitos humanos e medidas de Justiça Transicional e promove o autoritarismo. De outro lado, as vítimas e aqueles que entendem o custo que o autoritarismo e as violações graves aos direitos humanos provocaram para a democracia e que afirmam a necessidade das medidas transicionais. Nesse caso, apontar qual visão de mundo está sendo adotada pelo tesouro é mais importante do que a busca da neutralidade comentada.

Como apontado acima, esse conflito, no plano da representação, poderia ser visto no termo “tortura”, que é negado pelos perpetradores de graves violações aos direitos humanos e por outro lado afirmado pelas vítimas que possuem uma relação de experiência traumática e que se reflete bem a compreensão e a definição de um conceito. Outro termo que poderia ser conflitivo com as visões de mundo seria o “milagre econômico”, que, para um lado é o benefício por trás de todo o período de autoritarismo no Brasil e compensaria as torturas, as mortes e os desaparecimentos forçados. Já o outro grupo compreende o milagre econômico como uma ação do

governo militar brasileiro, que potencializou o crescimento do país por meio de privatizações e de empréstimos, o que geraria uma crise anos depois.

Vê-se, então, que existem dois pontos de vistas diferentes e conflituosos em relação à JT. O preceito ético em relação a um tesouro para essa área não estaria em buscar uma neutralidade entre os dois campos, mas sim em deixar transparente e delineado qual o ponto de vista é adotado e justificá-lo.

### *5.1.1 Escolha do domínio e da língua do tesouro*

A escolha do domínio e da língua do tesouro diz respeito à escolha da área de especialidade, ou domínio, que o tesouro irá representar. A definição desse domínio é de extrema importância, pois é o item balizador da construção do tesouro no processo de sua construção. E também será influenciado pelos estudos de necessidade de usuários, pelo seu tamanho e nível de especificidade que pretende chegar.

Observa-se que nessa etapa também são decididas a língua ou línguas de apresentação. Essa escolha é feita levando em consideração o público-alvo, a língua da equipe de trabalho e deve, também, ponderar sobre o envolvimento dos produtores de informação do domínio escolhido. As decisões tomadas nesse momento influenciarão todo o processo de construção do tesouro.

Para que o tesouro alcance a possibilidade de uma hospitalidade cultural, proposta por Beghtol (2002), é necessário que além de ser receptivo as várias vozes em um mesmo domínio e contexto cultural, que se apresente em mais de uma língua. Essa orientação é mais de um reforço quanto a necessidade de tradução dos tesouros, mas que já se entende, principalmente pensando num contexto mundial de acesso à informação, que deve ser feito. Em alguns países é uma prática consolidada, em outros ainda precisa ser fomentado.

Foi referenciado acima que é “necessário levar em consideração o envolvimento dos produtores de informação do domínio escolhido”. A proposta inicial deste trecho era que deveria se levar em consideração o envolvimento dos especialistas do domínio escolhido. A troca do termo por produtores de conhecimento deu-se com a finalidade de reconhecer que não só a academia e a ciência são produtoras de uma linguagem especializada. Isso promove ao tesouro uma abertura

a uma quantidade maior de usuários se identificando com o sistema e de fontes de informação envolvidas na construção desse instrumento.

A possibilidade de uma diversidade de línguas seria importante para a JT, isso principalmente se pensado no contexto dos países da América Latina, que têm forte estudo na área e que possuem um intercâmbio grande de conhecimentos. A Rede Latino-Americana de Justiça de Transição seria um importante mediador dessas informações e dos conhecimentos nos contextos desses países. A recuperação da informação e do conhecimento seria, então, influenciada pelas peculiaridades de semelhanças e diferenças que a JT possui nesses países. O entendimento que um termo pode ter variações conceituais dentro de um mesmo contexto, se visto por realidades diferentes, seria crucial para a eficiência da busca de informações.

### *5.1.2 Delimitação do Subdomínio*

A delimitação do subdomínio se refere a uma delimitação dentro da especialidade escolhida, isto é, dentro do domínio apontado anteriormente. Essa delimitação refere-se muitas vezes em tornar mais específica a atuação de utilização do tesouro. Cervantes (2009, p. 165) ainda afirma que “recomenda-se considerar o tipo de usuário, suas necessidades para delimitar a subárea de especialidade do tesouro, além do nível de especificidade”.

A JT é uma área interdisciplinar e que conta com várias possibilidades de subdomínio para fazer a delimitação nessa etapa. Do mesmo modo, é possível dentro do estudo dessa área verificar especialidades e subdivisões que também podem ser usadas como critério de limitação. Uma possibilidade, para exemplificar essa delimitação e pensando a interdisciplinaridade da área, seria a escolha do direito como campo estruturador do tesouro. Dentro dessa escolha ainda poderia delimitar pela especialidade dentro da área como, um tesouro aplicável ao campo do direito que fosse específico para a verdade e a memória, remetendo a divisão em dimensões apontada por autores como Abrão e Genro (2012), como a reparação, a memória e a verdade, a justiça e a reforma das instituições.

### *5.1.3 Busca de Vocabulários para Interoperar*

A busca de vocabulários é a primeira nova subetapa incluída no MMIT. É proveniente da ISO 25964 em sua parte 2 de 2013 que trata diretamente da interoperabilidade de um tesouro com outros vocabulários. Esses vocabulários podem ser esquemas de classificação, taxonomias, ontologias e outros. O tesouro vai interagindo com todos esses termos para formação terminológica.

Como cada um dos vocabulários citados acima são construídos de uma forma e possuem estruturas singulares, para tanto, era necessário um esquema de interoperabilidade distinto a cada um desses vocabulários. Esse foi o trabalho da ISO 25964: criar um padrão de interoperabilidade específico para cada um desses e dar orientações de como proceder para que houvesse comunicação com o tesouro.

A interoperabilidade aqui vista como a capacidade de um SOC, seja ele o tesouro ou não, de se comunicarem e interagirem entre si. Essa interação pode acontecer pela contribuição de dados e de informações para o outro sistema. Dessa forma, uma interoperabilidade de um tesouro com outros vocabulários seria possível o compartilhamento da terminologia entre cada um desses.

Essa subetapa entra para o modelo por representar um novo modo para a formação terminográfica do tesouro. Não abandona-se a pesquisa terminológica em fontes de informação clássicas, como livros e periódicos, apenas inclui os vocabulários como uma forma de reduzir gastos e esforços se já existem vocabulários que permitem esse compartilhamento.

A busca dos vocabulários para interoperar entra também como uma subetapa dentro do trabalho preliminar, pois é necessário a identificação dos vocabulários que possam interoperar com o tesouro para saber se possuem estrutura que possibilite essa interoperabilidade e para facilitar no reconhecimento dos esforços que serão necessários para a construção do tesouro. Isso poderá ser visto na próxima etapa, que busca limitar a pesquisa terminológica. Assim, dependendo da quantidade de vocabulários e uma estimativa de termos e cada um deles será possível fazer uma delimitação mais sólida.

Se falamos em uma troca de informações é necessário que no momento dessa busca de vocabulários, os elaboradores tenham em mente que os instrumentos



que estão sendo pesquisados ressoam pontos de vista e a forma de estruturação desse instrumento. Isso implica que é necessário que seja feita uma análise sobre quais são esses pontos de vista. Isso tornará o processo de interoperabilidade mais consistente e coerente.

Mais à frente será tratado mais uma vez sobre essa interoperabilidade. Nessa etapa, trabalho preliminar, só nos importa de início essa identificação de possíveis vocabulários para fazer essa contribuição terminológica.

#### *5.1.4 Estabelecimento dos Limites da Pesquisa Terminológica Temática*

Na subetapa de estabelecimento dos limites da pesquisa terminológica temática, ocorre delimitação da quantidade de termos que serão levantados e coletados para serem levadas as próximas etapas. Essa etapa deve levar em considerações o objetivo do tesouro e os recursos disponíveis para a sua construção, sejam eles financeiros, tecnológicos, humanos e outros. Cervantes (2009) aponta para 300 termos em um levantamento básico e por volta de 2.500 em uma pesquisa exaustiva.

Não há comentários ou resultados a serem analisados nessa etapa, pois não houveram mudanças nem questionamentos de como a garantia cultural, a ISO 25964 ou a JT poderia contribuir para melhorá-la.

#### *5.1.5 Consulta aos Produtores de Informação e Conhecimento do Domínio/Subdomínio*

A subetapa de consulta aos produtores de informação e de conhecimento do domínio/subdomínio, conhecida no modelo anterior como consulta ao especialista do domínio/subdomínio, tinha como orientação anterior procurar a opinião de um especialista, aquele com formação acadêmica, na área de domínio para obtenção de sua opinião especializada em relação ao *corpus* que poderia ser representativo no momento da coleta dos termos e também do envolvimento do usuário nesse trabalho. Entretanto, mudou-se a busca por um especialista, por aqueles que são produtores

de informação e conhecimento na área, aqueles que mesmo não tendo titulações acadêmicas possuem notório saber na área de domínio.

Se a garantia cultural busca uma hospitalidade de diversos pontos de vistas, diversas vozes em um mesmo instrumento, seria necessário quebrar com o paradigma de valorização da academia e da ciência como foco da elaboração de tesouros. Uma das prerrogativas lançadas pela garantia cultural seria a possibilidade de o usuário se ver refletido, sentir-se identificado, dentro do SOC (GUEDES; MOURA, 2016). Partiu-se, dessa forma, do questionamento “como os usuários de origens diversas se sentiriam refletidos no tesouro, se esse só contempla a voz da ciência?”.

Com essa pergunta em mente, percebeu-se que somente uma voz a delinear a linguagem especializada estaria limitando a identificação dos usuários com o tesouro. Isso poderia ser um entrave para a JT, pois tratam-se de usuários com as mais diversas formações em uma área interdisciplinar, são usuários de diversas partes do mundo, são usuários sem formação específica e são também usuários sem formação que estão em busca de informações.

## **5.2 Método de compilação**

Na etapa do método de compilação são definidas as formas de seleção e de reunião dos termos. É nesse momento que algumas decisões importantes são tomadas e que resultarão na imagem que o tesouro terá, isto é, como ele refletirá a área do domínio escolhido. A principal será a escolha do *corpus* usado para a coleta terminológica. É um momento de tomada de decisão que deve levar em conta, também, a opinião dada pelos produtores de informação e o conhecimento do domínio/subdomínio que foram consultados na etapa anterior.

Por esse motivo, é importante que as pessoas consultadas, além de conhecimento amplo da área, não somente um conhecimento técnico ou acadêmico reconhecido pela ciência, possuam um pensamento alinhado com o ponto de vista do qual o tesouro pretende delinear. Pensando nessa relação com a hospitalidade cultural, seria interessante que mais de uma pessoa pudesse auxiliar, para que a diversidade de pensamentos pudesse refletir no momento da construção.

É no momento de planejamento dessa etapa que ocorre a escolha do método de compilação. Existem três métodos apontados pela literatura: o dedutivo, o indutivo e o misto. Cada um reserva peculiaridades relativas à forma como os termos serão coletados e depois reunidos para a formação integral do tesouro.

O primeiro método apontado é o dedutivo, onde ocorre a compilação dos termos e a sua organização por meio de uma lógica que sai do mais genérico para o mais específico, isto é, parte-se de categorias mais gerais e em seguida são subdivididas em categorias mais específicas, dependendo da forma com a qual os termos são coletados e aceitos para a inclusão. Já no método indutivo, a compilação segue a lógica inversa, isto é, do mais específico para o mais geral.

O método misto compreende a combinação dos métodos dedutivo e indutivo, o que implica afirmar que tanto pode-se partir de categorias mais genéricas como das mais específicas. Essa possibilidade de mesclagem de métodos é a que mais se aproxima da prática de construção dos tesouros.

Se for levado em consideração a ISO 65964 sobre a interoperabilidade, a forma mais adequada de compilação seria a mista, supra apresentada, por permitir uma aceitabilidade de termos de forma mais dinâmica, seja ela de uma categoria mais genérica para mais específica, que ocorre com o método dedutivo. Há também a possibilidade de se agrupar uma certa quantidade de termos para, somente depois, iniciar a construção das categorias mais genéricas e mais específicas. Da mesma forma que pode partir de categorias mais específicas para a mais genérica, método indutivo, com a possibilidade dos termos serem incluídos com o andar da construção do tesouro.

### *5.2.1 Coleta do Corpus do Trabalho Terminológico*

Nesta subetapa de coleta do corpus do trabalho terminológico foram coletados os documentos necessários para a coleta terminológica. É, como dito anteriormente, uma das mais importantes no tocante à formação de uma representação da área do domínio. Responsável também pela identificação dos usuários no futuro quando forem utilizar a linguagem. Portanto, é o momento crítico

para a garantia cultural. Quanto mais diversas forem as fontes terminológicas, mais diversos serão os termos no tesouro.

A CI reconhece uma infinidade de fontes de informação para a construção do conhecimento, entretanto, no que consta na literatura de construção dos tesouros, há uma maior valorização pelas fontes científicas, acadêmicas e técnicas, o que responde a garantia filosófica. Isso não exclui as outras, somente aponta para uma ênfase maior nessas três anteriormente apontadas.

É difícil pensar em uma diversidade de vozes em um SOC quando se fala no uso de um único tipo de fonte de informação. Isso fará ressoar somente uma visão de mundo sobre o SOC e fazendo com que somente um grupo de usuários, ou potenciais usuários, se identifiquem com a linguagem usada para a indexação de documentos. É necessário que a diversidade venha de uma integração de vozes na elaboração de um tesouro.

Para a composição desse *corpus* terminológico, alguns autores comentam sobre o uso das fontes escritas e orais. As fontes escritas são livros, periódicos e documentos técnicos, já as fontes orais são entrevistas e depoimentos, mas novamente um apontamento para os especialistas da área de domínio.

Uma das fontes que devem ser incluídas de acordo com a ISO 25964 são os vocabulários. Por isso, na primeira etapa do modelo, incluiu-se a busca de busca por vocabulários que poderiam no compartilhamento terminológico para a elaboração do tesouro. A inclusão desses vocabulários como fontes de informação aparenta agregar uma maior diversidade ao processo de construção do tesouro com possibilidade de interação entre instrumentos com suas peculiaridades e visões, mas que conversam em certo ponto.

Para a JT, por ser uma área multidisciplinar e com uma diversidade grande quanto a seus usuários, é preciso que as fontes sejam as mais diversas possíveis, que extrapolem o campo acadêmico, científico e técnico. É preciso que essas fontes cheguem também àqueles que cumpriram e cumprem parte da prática da JT, sejam eles os operadores do Direito, os criadores e gestores de políticas públicas, os movimentos sociais ou as vítimas, diretas e indiretas, dos regimes autoritários, para que eles possam oferecer um ponto de vista sobre o que foi o período autoritário.

Uma das fontes que se apresenta como adequada à coleta terminológica dessa área são os depoimentos das vítimas dos governos autoritários, por possuírem um ponto de vista particular com o domínio/subdomínio que o tesouro pretende representar. Isso traria ao tesouro uma forma de atuação política, pois se viu que a neutralidade é utópica. É necessário, portanto, pensar esse tesouro como um instrumento de resistência a discursos que ferem a democracia, é preciso que esses instrumentos cumpram função na preservação da memória e da verdade sobre os períodos de rompimento da ordem democrática.

O pensamento ideológico das obras a compor o corpus documental também deve ser objeto de análise, pois detém o contexto em que são coletados, levam consigo o significado que foi dado a ele na obra de origem. Para isso, a participação de pessoas que são produtoras de informação na área é importante, indicando possíveis fontes e obras a serem usadas.

A elaboradora do MMICT (CERVANTES, 2009) indica que é fundamental que os responsáveis pela coleta terminológica transcrevam as definições encontradas, a fonte de retirada do termo e eventuais explicações necessárias. Essa identificação de localização é fundamental para a inserção no contexto e é tratada em etapas seguintes.

### *5.2.2 Estabelecimento da Árvore de Domínio*

O estabelecimento da árvore de domínio corresponde à criação de categorias ou estrutura conceitual do domínio de especialidade. Uma das recomendações para a construção dessa estrutura, que irá representar o domínio e o subdomínio do tesouro, é que a equipe responsável pela construção busque elementos formais que já demonstrem um delineamento de uma estrutura. É o caso de se usar algum sistema de classificação, glossários, tesouros e outros.

Se for o caso de ter no trabalho preliminar identificado, vocabulários com o qual o tesouro pode interoperar, é possível que existem estruturas básicas que permitam aos profissionais traçarem uma árvore do domínio com maior facilidade. Essa ação pode facilitar e reduzir esforços por parte dos envolvidos por já partir de uma estrutura reconhecida de formação do domínio.

Entretanto, nem sempre haverá áreas tão bem organizadas em termos de uma estrutura conceitual, como é o caso da JT, que ajude aos profissionais nessa tarefa. A JT ainda é uma área relativamente recente e que ainda passa pelos seus processos de consolidação em termos conceituais e de estruturação. Como visto no capítulo dois, ainda existem disputas acerca da origem do termo e do conceito. As próprias disputas no campo político e social acabam não consolidando essa estruturação.

Na exposição das etapas do MMICT a autora (CERVANTES, 2009) aponta que existem três modelos usados para auxiliar na formação da estruturação da árvore de domínio, ou estrutura conceitual, tais como o currículo, a estrutura departamental e o conhecimento de um especialista. Dessa forma, mesmo na inexistência de instrumentos formais como os documentos apontados, ainda existe a opção de consulta ao especialista de possibilite a construção das categorias.

Novamente, a presença do especialista aqui ampliada para pessoas que contribuem com a produção de informações e conhecimentos na área e que possuem notório saber. A perspectiva e olhar de mais de uma pessoa nessa estruturação seria o mais correto, não somente para evitar uma visão única, mas para uma construção colaborativa dessa estrutura.

### *5.2.3 Expansão da Representação do Domínio Escolhido*

Nesse momento, da expansão da representação do domínio escolhido, como o próprio nome da etapa diz, há a ampliação da representação do domínio selecionado. Essa etapa vem após a delimitação do domínio de especialidade e o estabelecimento da estrutura conceitual, pois tem função influenciada por essas duas. Será feita uma nova análise para verificar necessidade de repensar o domínio do tesouro. Para tanto, indica-se o auxílio de uma pessoa com conhecimento da área para direcionar os trabalhos dessa etapa e verificar os resultados obtidos até esse ponto.

É o momento de uma reavaliação dos trabalhos para, se necessário, fazer um replanejamento ou uma alteração no projeto ou nos trabalhos já finalizados. A

presença de mais de uma pessoa com conhecimento do domínio representado pode resultar em uma análise com maiores contribuições.

### **5.3 Registro de termos**

A etapa do registro dos termos refere-se à coleta dos termos propriamente dita, isto é, à identificação e à coleta do termo nas fontes de informação que foram selecionadas. Para tanto, os documentos passam por profissionais especializados e/ou por um sistema automatizado que irá fazer a leitura e reconhecimento dos termos mais importantes.

Em se tratando de sistemas automatizados, os termos são, geralmente, reconhecidos por sua recorrência dentro do documento. Isso significa que quanto mais aparece no documento maior será sua relevância para o domínio de especialidade que está sendo pesquisado. É a forma mais rápida de coleta dos termos para a construção dos tesouros e implica em menos recursos humanos.

Por outro lado, a leitura técnica realizada pelos profissionais especializados em análise documentária é mais complexa, gera maior necessidade de recursos humanos e demanda mais tempo. Entretanto, pode ser uma boa opção para áreas como a JT, pois pode reconhecer termos e conceitos que não são tão recorrentes nas fontes de informação, mas que constituem parte importante e fundamental para a representação da área.

O uso do sistema automatizado também pode envolver problemas de não reconhecimento de termos relevantes, já que esse nem sempre, ou nunca, é capaz de reconhecer o valor simbólico de um termo e conceito para o reconhecimento da área da JT como um disputas no campo social e político.

A utilização de sistemas automatizados em colaboração aos profissionais seria também uma possibilidade viável e interessante em todos os contextos de construção de tesouros, pois apresentariam dois pontos de vista interessantes ao processo de coleta dos termos e conceitos, um seria quantitativo e o outro qualitativo.

### 5.3.1 Coleta e Classificação de Termos

Selecionado o *corpus* terminológico, passa-se ao momento de coleta dos termos. Para tal coleta indica-se o uso de técnicas que auxiliem na leitura e coleta dos termos e conceitos mais relevantes. Uma das técnicas que pode ser usada é a análise documentária.

Para essa atividade Cervantes (2009) propõe um modelo de ficha terminológica (Quadro 3) onde as informações necessárias serão registradas juntamente ao termo.

**Quadro 3: Ficha terminológica-guia de registro de termos.**

<b>Termos</b>	<b>Contextos de uso</b>	<b>Fonte(s) <i>corpus</i></b>	<b>Definição</b>	<b>Relações:</b>	<b>Domínio/Área de Especialidade</b>
Indicar o termo  Variante(s) gráfica(s)	Descrever o contexto em que o termo candidato aparece. (SOBRENOME, ano)	Sigla da fonte, v., n., art., p., ano	Descrever a(s) definição(ões) presentes(s) no <i>corpus</i> .  Pesquisar em dicionários, glossários, vocabulários, e outros.	Indicar o equivalente em outra(s) língua(s):  em inglês:  em espanhol:  Termos Relacionados:  Termos Sinônimos:	
<b>Notas:</b> As normalizações do termo ou observações devem ser anotadas neste local.				<b>Resp. Registro:</b> Indicar nome	<b>Data coleta:</b> dd/mm/aaaa

Fonte: Cervantes (2009, p. 169)

No quadro proposto pela elaboradora do MMICT identifica-se como fundamental, no contexto da garantia cultural e perspectiva de uso para JT na América Latina, a utilização sempre que possível das colunas “contextos de uso” e “definição”.



Isso porque em momento futuro será necessário fazer as devidas correspondências entre os termos nas línguas que aparecerá e suas variações quanto a isso.

É importante que sejam anotadas informações úteis para o posicionamento de respeito a diversidade cultural, pois o trabalho de construção de tesouros não é um trabalho solitário, mas em equipe. Nessa relação de trabalho nem sempre um profissional que estava na coleta de dados é o mesmo que irá formular as relações e as possíveis descrições daquele termo, portanto, deixar anotações importantes sobre questões da formação cultural que possam servir de base para a tomada de decisão nas etapas futuras é essencial, principalmente, vendo que a na América Latina a formação da língua como construção cultural, é bem diversa e precisa ser respeitada.

#### **5.4 Verificação de Termos**

A verificação de termos além de ser o momento de, como diz o título, conferir se os termos estão adequadamente descritos, busca também fazer um detalhamento desses para a sua futura utilização, seja pelo usuário, cumprindo aqui uma relação com a Garantia de Uso, ou pelo profissional da informação. É um momento também de buscas de definições e da organização dos termos coletados para que sejam elaboradas as relações, hierárquicas, de coordenação e de associação, na próxima etapa.

Nessa etapa de verificação foram incluídas duas subetapas. A primeira delas foi o “mapeamento dos vocabulários interoperáveis”, com vistas a atender a ISO 25964, e a segunda “consulta aos produtores de informação e conhecimento do domínio/subdomínio”, por entendimento de aspectos da garantia cultural. Esses acréscimos ao modelo original são propostas de tornar os procedimentos terminológicos de construção de tesouros mais dinâmicos, abertos e com qualidade.

##### **5.4.1 Verificação, Classificação e Confirmação de Termos**

Na verificação, na classificação e na confirmação, os termos coletados são verificados e classificados, assim, cada termo é reexaminado e analisado em busca de adequações que sejam necessárias. Essa “análise refere-se: a) ao seu conteúdo -

através de comparações entre as definições e os contextos; e b) ao seu lugar na rede nocional da área de especialidade/domínio ou subárea/subdomínio” (CERVANTES, 2009, p. 169).

Para essa atividade, volta-se novamente as fontes de informação para identificar a adequação de cada termo e conceito coletado. Algumas das fontes indicadas são instrumentos de organização da informação, como os tesouros e os esquemas de classificação. Outras fontes são também os dicionários especializados, tratados e manuais. Novamente, àquelas fontes clássicas na construção dos tesouros. É importante a identificação e a inclusão de fontes que sejam mais receptivas a uma diversidade de pontos de vista, senão estará novamente elegendo a ciência como único discurso válido.

Se os instrumentos de organização do conhecimento podem exercer certo poder, é importante que eles possam exercer esse poder para a diversidade cultural. Essa reformulação do MMICT busca esse alinhamento, trazer ao tesouro a possibilidade de influenciar na consolidação da JT como área do conhecimento por meio da correta representação da área para em seguida organização das informações. Isso implicará em uma atuação indireta do instrumento em trazer as diversas vozes ao campo das discussões.

Refere-se a elaboração de notas de escopo e notas de aplicação para situar o usuário ou o profissional indexador sobre as instruções de uso dos termos. São, de certa forma, uma posição de inserção do termo em um contexto de uso. São elas que dão significado ao termo, podendo ampliá-lo ou restringi-lo, conforme a política de informação. É nesse momento que o tesouro passa a ganhar forma de instrumento político em sua atuação como futuro instrumento de organização da informação.

Essa atuação política não deve ser baseada em valores pessoais dos profissionais responsáveis pela elaboração, mas em fatos históricos, em pesquisas acadêmicas e/ou científicas. Aqui não é uma valorização do discurso da ciência, mas um entendimento que o ponto de vista adotado na elaboração de definições não reflita a mera subjetividade.

É importante que as definições reflitam também a comunidade de usuários e potenciais usuários que farão utilização do tesouro. O contexto ao qual o tesouro se

inscreve será importante nessa construção. Quanto à JT, essas definições precisam ser descritas de forma muito clara para que não haja uma dupla interpretação contextual. Uma das preocupações dos tesouros é por conta da duplicidade de significados de um mesmo termo, por isso a inclusão dele dentro de um contexto. Mas é necessário o cuidado com a duplicidade de contextos.

#### *5.4.3 Uso do Vocabulário de Especialidade para o Estabelecimento de Relações entre os Descritores e de Relações entre Descritores e Não Descritores*

O uso do vocabulário de especialidade para o estabelecimento de relações entre os descritores e de relações entre descritores e não descritores aponta para uma criação de categorias dos termos coletados e a tomada de decisão de quais serão os termos descritores e quais não serão. Para isso, a autora, Cervantes, aponta a utilização de um vocabulário de especialidade que indique quais os termos mais apropriados.

Este vocabulário de especialidade seria um instrumento que indicaria o relacionamento entre os termos dentro de suas formações conceituais. Não se faz nenhuma indicação de que esse vocabulário de especialidade seja um tipo único de fonte de informação, como por exemplo revistas científicas, mas no ensejo da garantia cultural é interessante a verificação dessas relações em mais de um tipo de fonte.

É necessário apontar que o vocabulário não surge somente da linguagem escrita, mas também da linguagem oral. Por isso, seria possível a inclusão de um ou mais produtores de informação e conhecimento da área do domínio do tesouro para fazer apontamentos sobre esses relacionamentos entre termos descritores e não descritores. Essa possibilidade não figurou a criação de uma nova etapa, pois é possível a criação dos relacionamentos com a utilização somente de documentos textuais.

#### *5.4.4 Organização das Relações entre Descritores*

Essa subetapa trata do estabelecimento e da organização das relações entre os termos. A literatura aponta para uma organização baseada em três tipos de

relacionamentos, sejam eles, relacionamentos hierárquicos, os relacionamentos associativos e relacionamentos de equivalência. Quanto a essa formação não houveram indicações da leitura da ISO 25964 nem de preceitos da garantia cultural.

#### 5.4.5 Mapeamento dos Vocabulários Interoperáveis

O mapeamento é a fase mais importante incluída pela ISO 25964, parte dois de 2013. É nessa parte da norma que são descritas as formas de mapeamento para cada tipo de vocabulário com possibilidade de interoperabilidade e os tipos de mapeamentos. Para isso, parte-se do conceito de que o mapeamento é um processo que visa a identificação de um conceito que possa ser utilizado, aproveitado ou incluído no tesouro em construção ou atualização.

A primeira parte para a interoperabilidade está na etapa do Trabalho Preliminar com a identificação de vocabulários que possuam temática e requisitos técnicos para interoperar com o tesouro. Após isso, caso haja vocabulários, eles serão incluídos como fontes de informação para a coleta terminológica. Mas é na subetapa de mapeamento que os termos e conceitos identificados serão devidamente relacionados com o tesouro.

São elencadas especificações para os vocabulários como os esquemas de classificação, taxonomias, cabeçalhos de assuntos, ontologias, terminologias, lista de nomes de autoridades e anéis de sinônimos. Para cada um são identificadas as formas de relacionamentos e os componentes semânticos. Essa disposição de orientações facilita no momento da identificação e relacionamento com o tesouro.

É necessário apontar também as formas de mapeamento. A primeira delas é a *one-to-one mapping* ou um para um. Nesse tipo de mapeamento, um único conceito é relacionado com outro conceito do tesouro. A segunda é a *one-to-many mapping* ou uma para muitos. Nesse tipo de mapeamento, um conceito de um vocabulário se relaciona com dois ou mais conceitos do tesouro.

Seja uma interoperabilidade com qualquer um dos tipos de vocabulários ou em qualquer forma de mapeamento, o importante para essa etapa é que os profissionais atentem para o contexto em que os conceitos estão dispostos antes da

interoperabilidade, para que haja uma coerência do trabalho que está sendo desenvolvido.

#### *5.4.6 Consulta aos Produtores de Informação e Conhecimento do Domínio/Subdomínio*

Nesta subetapa, acrescentada por influência da garantia cultural, busca-se a verificação de qualidade dos termos coletados e da representação conceitual do tesouro. Como todo o processo foi permeado por pontos de vista e relações culturais sobre um mesmo domínio, é importante que haja uma verificação anterior à divulgação do instrumento para analisar e apontar, se for o caso, a necessidade de adequações. É recomendada a participação de mais de uma pessoa nesse momento.

Em se tratando da JT, por sua característica interdisciplinar, seria recomendada a participação de mais de várias pessoas nas diversas áreas de inserção da JT e de pessoas com notório saber também, pois é uma área que se construiu também a partir dos movimentos sociais de vítimas diretas e indiretas dos regimes autoritários.

### **5.5 Forma de apresentação de um tesouro**

Consiste em uma apresentação final do tesouro como um todo, isto é, a forma como será disponibilizado. É nessa etapa que será decidido a forma como o tesouro será visualizado pelos usuários e pelos profissionais da informação. A escolha deve ser baseada, principalmente, na competência do usuário em navegar pelos termos em busca daquele mais adequado à sua pesquisa.

#### *5.5.1 Trabalhos de Apresentação do Tesouro*

Os tesouros podem ser apresentados de duas formas, em ordem sistemática ou em ordem alfabética. Na primeira, os termos são dispostos de forma a representar de forma gráfica o próprio domínio a ser representado. Nesse caso, os termos com relacionamento direto estarão próximos e demonstrando a sua relação com os outros

termos, ou seja, se são termos hierarquicamente relacionados, se possuem relacionamento por associação ou por relacionamentos de equivalência.

Não existem indicações de escolha de uma única forma de apresentação, portanto, é interessante que a apresentação dos tesouros siga as duas lógicas de apresentação, pois pode facilitar aos grupos de usuários uma maior dinâmica na busca de termos.

Nesta subetapa, não foram incluídas nenhuma orientação que possam alterar o modelo inicial, apenas a indicação da possibilidade do uso das duas formas de apresentação ao mesmo tempo. Entretanto, é importante pensar na comunidade de usuários e em sua competência em usar o tesouro para que ele não fique em desuso por conta de falta de orientações em como utilizar o instrumento.

## 5.6 Planejamento das Etapas do Tesouro para a Justiça de Transição

Foi possível, até certo ponto a análise dos resultados, sistematizar um quadro com um planejamento de como o novo modelo se organizaria para a construção de um tesouro para a JT, quadro 4.

**Quadro 4** - Planejamento de aplicação do novo MMICT à Justiça de Transição

<b>PLANEJAMENTO DAS ETAPAS DO NOVO MMICT PARA A JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO</b>	
<b>Pessoas</b>	Cientistas e professores (diversas áreas interdisciplinares da JT), líderes de movimentos sociais, vítimas, advogados, psicólogos, museólogos, historiadores e dirigentes de instituições de memória.
<b>Métodos de coleta das opiniões</b>	Entrevistas, grupos focais e análise do discurso, análise de conteúdo (partindo do entendimento teórico que a equipe ache mais adequado)
<b>Materiais terminológicos</b>	<i>Fontes científicas:</i> artigos, anais de congresso e relatórios de pesquisa. <i>Fontes acadêmicas:</i> livros, manuais e dicionários. <i>Fontes técnicas:</i> relatório das comissões de anistia e verdade, processos judiciais, relatórios técnicos de instituições, documentos arquivísticos e vocabulários controlados.

	<i>Outras fontes:</i> depoimentos das comissões de anistia e verdade, documentários, jornais, revistas e documentos pessoais.
<b>Estratégias de leitura</b>	Necessária a criação de estratégias de leituras, para a análise documentária, voltadas a cada tipo de fonte terminológica. As mais usuais são as bibliográficas e que possuem sistematizações na literatura da Ciência da Informação. Entretanto, as fontes mais diversas como, depoimentos, documentários e documentos pessoais precisam de estratégias de leitura mais abertas, pois não se constroem de forma padronizada. Assim sendo, as estratégias seriam caminhos predefinidos, mas não fechados, com o qual o profissional iria perfazer para identificar termos e conceitos relevantes para a inserção no tesauro.
<b>Processo</b>	O processo precisa levar em consideração as especificidades da JT que é uma área ainda em construção e que está imbricada de lutas e disputas sociais no campo material e simbólico. É preciso que os profissionais envolvidos na construção tenham conhecimentos e habilidades para trabalhar com as fontes terminológicas apontadas, assim como, os métodos de coleta das opiniões, leitura bibliográfica e de outras obras.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Essa sistematização do planejamento é um resumo das etapas para a JT. Nela vê-se a divisão do trabalho de construção partindo das pessoas que são indicadas a participar do processo para torna-lo mais aberto e dinâmico e chegando também aos processos em que estão implicados o processo de construção.

Por ser um planejamento inicial e genérico é necessário que haja uma imersão em cada etapa de construção e em cada categoria do planejamento para uma especificação mais clara sobre quem (apontado nome), com quê (objeto) e como (procedimento) será a metodologia de aplicação do modelo.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa dedicou-se a entender o processo de construção de tesouros para torná-los mais dinâmicos e aplicáveis a campos sócio-políticos complexos, como a Justiça de Transição, em que fosse possível, por meio da garantia cultural e da atualização da ISO 25964 de 2011 e 2013, abrir a perspectiva do trabalho terminológico para incluir pontos de vistas além daqueles tradicionalmente conhecidos, científico e acadêmico. Para tanto, buscou-se a inclusão da participação dos atores sociais que constituem esse campo, como as vítimas das ditaduras militares vividas na América do Sul.

É nesse ponto, também, que constitui sua contribuição para a Justiça de Transição, pois importa incluir os conflitos políticos e sociais que essa área está imersa e como os instrumentos de Organização da Informação poderiam ser utilizados para dar voz a vários pontos de vista dos atores que constituem a JT. Aborda-se também como os tesouros poderiam servir as dimensões da verdade e memória para ressaltar as disputas, tanto simbólicas como materiais, pelo discurso sobre os períodos de autoritarismo.

Para a Ciência da Informação, importa a avaliação dos modelos de construção de tesouros e como torná-los aplicáveis a campos do conhecimento que são constituídos de tensões e conflitos sociais e políticos. Essa perspectiva está correlacionada ao entendimento de que os Sistemas de Organização do Conhecimento são instrumentos de exercício do poder. De acordo com revisão crítica da literatura feita no capítulo três, questiona-se a posição de que os SOCs seriam instrumentos neutros. Importa dizer que ainda não representa uma ruptura teórica total, mas aponta dimensões para pensar em um futuro modelo que de fato se coloque centralizado na garantia cultura e que suscite nos profissionais uma reflexão crítica.

Os procedimentos metodológicos foram suficientes para auxiliar no alcance dos objetivos específicos e partiram inicialmente da pesquisa bibliográfica que deu base teórica para o entendimento da JT e suas disputas. A pesquisa bibliográfica também auxiliou na compreensão da Organização do Conhecimento com foco em como esses podem exercer poder e na garantia cultural, já que são os elementos principais da proposta de dinamização dos modelos de construção de tesouros.



Na segunda etapa metodológica foi necessário a escolha de um modelo de construção que desse base para a análise e adaptação. Para tanto, encontrou-se no Modelo Metodológico Integrado para Construção de Tesouros uma proposta que consolidava outros instrumentos e outros autores em um único instrumento. Esse modelo está dividido em cinco etapas básicas que perfazem o trabalho terminológico de construção dos tesouros. Essas cinco etapas foram analisadas em perspectiva com suas orientações para entender o processo e propor, se necessário, a alteração ou inclusão de outras etapas e/ou subetapas.

A última orientação dos procedimentos metodológicos foi a inclusão da ISO 25964 de 2011 (parte um) e 2013 (parte dois). Essa norma é posterior ao MMICT, que data de 2009. Portanto, era recomendado e necessário a atualização desse modelo com as normas mais recentes. Essa norma trata da possibilidade de interoperabilidade do tesouro com outros vocabulários controlados, isso permite uma maior diversidade ao tesouro e também a possibilidade de potencialização dos recursos disponíveis.

O resultado da pesquisa foi um modelo que incluiu as atualizações necessárias vindas da ISO 25964 e prerrogativas para a inclusão da garantia cultural. O novo modelo continua com as cinco etapas do modelo original. As mudanças ocorreram nas subetapas que ganharam novas e algumas modificações nas que já existiam, seja no título ou nas orientações de como proceder no momento da construção do tesouro. Ao final, é possível verificar a inclusão de três novas subetapas, a alteração do nome de uma e a modificação de seis das orientações de procedimento.

Como parte também dos resultados, fez-se a análise das etapas à luz da JT, pois pretende-se que esse novo modelo seja uma proposta para aplicação nessa área. Dessa forma, foi possível verificar a adequação da área a construção de um tesouro. É necessário informar que o estudo das etapas com vista a JT não ensejou nenhuma mudança no modelo original do MMICT, somente discussões para sua aplicabilidade futura.

A ISO 25964, principalmente sua parte dois, motivou a inclusão de duas subetapas. As duas motivadas pela possibilidade de interoperabilidade do tesouro com outros vocabulários controlados. A primeira subetapa foi incluída no trabalho

preliminar e foi intitulada de “busca de vocabulários para interoperar” e tem por objetivo, dentro dos procedimentos terminológicos, de localizar vocabulários que tratem da temática do tesouro que está em construção. Essa busca inicial possibilita que os profissionais responsáveis tenham uma ideia da possibilidade de uso de conceitos vindos de outros instrumentos já finalizados.

A outra subetapa acrescida ao modelo está na etapa de verificação dos termos e foi denominada “mapeamento dos vocabulários interoperáveis”. Nesse momento do processo de construção é que os vocabulários identificados no trabalho preliminar serão mapeados de forma coerente com o tipo de vocabulário, taxonomias, ontologias, anéis de sinônimos e outros, para a interoperabilidade entre os conceitos e termos que forem possíveis no contexto do domínio do tesouro.

As duas etapas trazem ao processo de construção a possibilidade de utilização de conceitos e termos com pontos de vista diferentes daqueles que estão na equipe de elaboração do tesouro. É importante colocar como observação a necessidade da análise dos vocabulários para saber os contextos de sua criação e identificar se estão alinhados ao do novo tesouro que está sendo criado.

A garantia cultural foi fundamental para pensar um instrumento que seja possível de ser utilizado por áreas, especialmente das Ciências Humanas e Sociais, que são constituídas de disputas sociais e políticas que acabam por provocar tensionamentos em relação ao próprio campo, isso pode ser visto em relação a JT com os preceitos da garantia cultural.

Também aponta-se das discussão dos resultados que a garantia cultural abriu a possibilidade de uso de diversas fontes de informação para a pesquisa terminológica. Fontes essas que tradicionalmente estão focadas nos pontos de vista científico e acadêmicos foram ampliadas para a pluralidade de fontes que são reconhecidas pela Ciência da Informação. Isso provocará no tesouro a possibilidade de convivência de uma diversidade de pontos de vista que eram negligenciados.

Houve, por força da garantia cultural, a alteração do nome de uma das etapas do MMIT. A etapa anteriormente chamada de “consulta a especialista do domínio/subdomínio” passou ter o título de “consulta aos produtores de informação e conhecimento do domínio/subdomínio”. Isso ocorreu porque a indicação do especialista remete a pessoas com conhecimento científico e acadêmico do domínio

e a busca pela diversidade de pontos de vista permite que não somente essas pessoas possam ser consultadas, mas também pessoas com notório saber. Essa subetapa foi incluída também na etapa de verificação dos termos como forma de controle de qualidade antes da apresentação do tesouro.

As novas alterações propostas ao MMICT propõem para a JT a possibilidade de uso de fontes de informação como os depoimento das vítimas que foram gravados e transcritos pelas comissões de investigação dos períodos de autoritarismo e grave violação dos direitos humanos, é o caso do Brasil com a Comissão de Anistia, Comissão Nacional da Verdade e a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. É possível também que as vítimas, diretas ou indiretas, possam participar do processo de construção do tesouro como consultores.

Em certa medida é necessário pensar a formação dos profissionais bibliotecários e cientistas da informação (em nível de pós-graduação) pois é um modelo que sai dos padrões conhecidos e que já possuem consolidação e métodos automatizados ou mais fáceis de trabalhar. É necessário que os profissionais que saem da academia sejam capazes de identificar nas linguagens documentárias e na prática da profissão formas de aumentar a diversidade cultural da biblioteca, sistemas de informação e unidades de informação (aqui pensada de forma aberta para incluir vários locais possíveis que o bibliotecário possa atuar).

Por mais que a análise tenha tido a JT como área de discussão, é necessário indicar que a nova estruturação pode ser usada por diversas áreas do conhecimento que julguem que a ampliação para a garantia cultural nos tesouros seja benéfica à representação e à recuperação da informação. Para tanto, indica-se que a equipe de elaboração antes do início dos procedimentos de construção faça uma análise crítica de adequação do modelo para a área que se pretende aplicar. Uma outra observação é que no momento da análise do modelo não foram dispensadas as fontes científicas e acadêmicas para o processo, mas apenas a ampliação para novas fontes. Intenta-se a convivência da diversidade de pontos de vista no tesouro.

O novo Modelo Metodológico Integrado de Construção de Tesouros tornou-se mais adequado à JT e outras áreas que passem por disputas similares. Essa pesquisa não se encerra com a elaboração desse novo modelo. É importante que

outras pesquisas surjam das discussões como a aplicação do modelo à JT e outras áreas para verificação de efetividade.

Esse modelo atualizado desponta em um momento em que verifica-se no campo social e político brasileiro uma disputa pela verdade relacionada à Ditadura Militar de 1964. É nesse contexto que o tesouro como instrumento de informação pode dar visibilidade a informações e documentos dentro de um sistema de informação dando destaque às perspectivas vindas das vítimas do regime, e não apenas àquelas que foram criadas e disseminadas pelo regime militar para validar suas ações criminosas. E todo o processo de construção do tesouro, representação e recuperação da informação com a perspectiva daqueles que fazem da JT uma área de estudo necessária não só ao restabelecimento da democracia, mas também à história e à memória.

## REFERÊNCIAS

ABRÃO, Paulo; Direito à verdade e à justiça na transição política brasileira. In: ABRÃO, Paulo; GENRO, Tarso. **Os direitos da transição e a democracia no Brasil**: estudos sobre Justiça de Transição e teoria da democracia. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo D. Justiça de transição no Brasil: a dimensão da reparação. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**. Dossiê Reparação, Brasília, n. 3, p. 108-139, 2010.

\_\_\_\_\_. Mutações do conceito de anistia na Justiça de Transição brasileira: a terceira fase da luta pela anistia. In: Cornelius Prittowitz et al. (Orgs.). **Justiça de transição**: análises comparadas Brasil-Alemanha. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, 2015.

ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lucia. Informação, poder e política: a partir do Sul, para além do Sul. In: \_\_\_\_\_ (Orgs.). **Informação, conhecimento e poder: mudança tecnológica e inovação social**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

APPOLINÁRIO, Fabio. **Metodologia da ciência**: filosofia e prática da pesquisa. São Paulo: Cengage Learnig, 2006.

ARAÚJO, Maria Paula. Anistia no Brasil: história e memória. In: Cornelius Prittowitz et al. (Orgs.). **Justiça de transição**: análises comparadas Brasil-Alemanha. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, 2015.

ARBOIT, Aline Elis. É possível uma organização e representação do conhecimento sem partidos? **P2P & inov.**, v. 3 n. 1, p. 110-129, 2017

ARTHUR, Paige. Como as “transições” reconfiguraram os direitos humanos: uma história conceitual da justiça de transição. In: REÁTEGUI, Félix (Coord.). **Justiça de Transição**: manual para a América Latina. Brasília: Comissão de Anistia, Ministério da Justiça; Nova Iorque: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011.

BAGGIO, Roberta Camineiro. Tensionamentos sociais e Justiça de Transição: contribuições ao constitucionalismo latino-americano. In: TOSI, Giuseppe et al. (Orgs.). **Justiça de transição**: direito à justiça, à memória e à verdade. João Pessoa: UFPB, 2014.

BARBOSA, Ana Carolina Couto P. Pinto; CARVALHO, Claudia Paiva; FREITAS, Hellen Cristina Rodrigues de. Chile: panorama da Justiça de transição em 2015. In: CARVALHO, Claudia Paiva; GUIMARÃES, José Otávio Nogueira; GUERRA, Maria Pia (Orgs.). **Justiça de Transição na América Latina**: panorama 2015. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, RLAJT, 2016.

BARITÉ, Mario et al. Garantia literária: elementos para uma revisão crítica após um século. **TransInformação**, Campinas, v. 22 n. 2, p. 123-138, 2010.

BARITÉ, Mario. La garantía cultural como justificación en sistemas de organización del conocimiento: aproximación crítica. **Palabra Clave**: La Plata. En línea, v1, n. 1, p. 2-11, 2011

BEGHTOL, Clare. A proposed ethical warrant for global knowledge representation and organization systems. **Journal of Documentation**, v. 58, n. 5, p. 507-532, 2002.

BEGHTOL, Clare. Semantic validity: concepts of warrant in bibliographic classification systems. **Library Resources & Technical Services**, v. 30, n. 2, p. 109-125, 1986.

BERNARDI, Bruno Boti. **O Sistema Interamericano de Direitos Humanos e a Justiça de Transição**: impactos no Brasil, Colômbia, México e Peru. 2015. 327f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

BICKFORD, Louis. Transitional Justice. In: SHELTON, Dinah L. (Ed.) **The encyclopedia of genocide and crimes against humanity**. New York: MacMillan, 2005.

BOCCATO, Vera Regina Casari; BISCALCHIN, Ricardo. As dimensões culturais no contexto da construção de vocabulários controlados multilíngues. **Rev. Interam. Bibliot.**, v. 37, n. 3, p. 237-250, 2014.

BOLONHA, Carlos; RODRIGUES, Vicente. Justiça de Transição no Brasil: dilemas da Comissão Nacional da Verdade e da Lei de Acesso a Informações. In: PFLUG, Samantha Ribeiro Meyer; ANDREUCCI, Álvaro Gonçalves Antunes; CAPANO, Evandro Fabiani (Coords.). **Memória, verdade e justiça de transição**. Florianópolis: FUNJAB, 2013.

BRAMAN, Sandra. **Change of state**: information, policy, and power. Cambridge, MA: MIT Press, 2009.

CÂMARA dos Deputados. **O que é Legislação**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2017.

CAMPOS, Maíra Prado. **Movimentos sociais e os significados da Comissão Nacional da Verdade no Brasil**: a memória da ditadura vinculada aos Direitos Humanos. Relatório Final – PIBIC. São Paulo: Fundação Getulio Vargas; 2016.

CARLAN, Eliana. **Sistemas de Organização do Conhecimento**: uma reflexão no contexto da Ciência da Informação. 2010. 195f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

CATELA, Ludmila da Silva. O mundo dos arquivos. In: REÁTEGUI, Félix (Coord.). **Justiça de Transição**: manual para a América Latina. Brasília: Comissão de Anistia, Ministério da Justiça; Nova Iorque: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011.

CERVANTES, Brígida Maria Nogueira. **A construção de tesouros com a integração de procedimentos terminográficos**. 2009. 209f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009.

CINTRA, Ana Maria Marques. et al. **Para entender as linguagens documentárias**. São Paulo: Polis: APB, 2002.

CRESWELL, John. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

CUYA, Esteban. Justiça de Transição. **Acervo**, v. 24, n. 1, p. 37-78, 2011.

DECLARAÇÃO e Programa de Ação de Viena: Conferência Mundial sobre Direitos Humanos. Viena: [s/n], 1993.

DEXTRE CLARKE, Stella G; VERNAU, Judi. Guest editorial: the thesaurus debate continues. **Knowl. Org.**, v. 43, n.3, p. 135-137, 2016.

DIAS, Célia da Consolação. A análise de domínio, as comunidades discursivas, a garantia da literatura e outras garantias. **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa, v.25, n.2, p. 7-17, 2015.

DODEBEI, Vera Lúcia Doyle. Tesouro: linguagem de representação da memória documentária. Niterói: **Intertexto**; Rio de Janeiro: Interciência, 2002.

DOMINGUES, Ivan. **Epistemologia das Ciências Humanas**: Positivismo e Hermenêutica. São Paulo: Loyola, 2004.

DUQUE, Ana Paula Del Vieira; CARVALHO, Claudia Paiva. Argentina: panorama da Justiça de transição em 2015. In: CARVALHO, Claudia Paiva; GUIMARÃES, José Otávio Nogueira; GUERRA, Maria Pia (Orgs.). **Justiça de Transição na América Latina**: panorama 2015. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, RLAJT, 2016.

FEINBERG, Melanie. Two kinds of evidence: how information systems form rhetorical arguments. **Journal of Documentation**, v. 66 n. 4, p. 491-512, 2010.

FERRARI, Carolina. O papel das Comissões da Verdade na agenda da Justiça de Transição: uma análise comparativa da Argentina e do Brasil. **RICRI**, v.3, n. 6, p.188-214, 2016.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio**: o minidicionário da língua portuguesa: escolar. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. O acervo da DOPS e as memórias da resistência à ditadura na Paraíba. In: TOSI, Giuseppe et al. (Orgs.). **Justiça de transição**: direito à justiça, à memória e à verdade. João Pessoa: UFPB, 2014.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre, Artmed, 2009.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2015.

GARCIA GUTIÉRREZ, Antonio. Cientificamente favelados: uma visão crítica do conhecimento a partir da epistemografia. **TransInformação**, v. 18, n. 2, p. 103-112, 2006.

\_\_\_\_\_. La organización del conocimiento en el nuevo orden transcultural: del totalitarismo a la desclasificación (la razón como creencia y la oc como burocracia). **Brazilian Journal of Information Science**: Research Trends, v.8, n. 1/2, p. 1-19, 2014.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1989.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Informação, conhecimento e poder: do ponto de vista das relações entre política, economia e linguagem. In: MACIEL, Maria Lucia; ALBAGLI, Sarita (Orgs.). **Informação, conhecimento e poder: mudança tecnológica e inovação social**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

GRACIOSO, Luciana de Souza. Parâmetros teóricos para elaboração de instrumentos pragmáticos de representação e organização da informação na Web: considerações preliminares sobre uma possível proposta metodológica. **INCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 1, n.1, p. 138-158, 2010.

GUEDES, Roger de Miranda. **O princípio da garantia semântica e os estudos da linguagem**. 2016. 155f. Tese (Doutorado) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

GUEDES, Roger de Miranda; MOURA, Maria Aparecida. O princípio da garantia semântica e os estudos da linguagem. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v.9, n.2, p. 1-21, 2016.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Organização do Conhecimento: passado, presente e futuro sob a perspectiva da ISKO. **Inf. Inf.**, v. 22, n. 2, p. 84-98, 2017

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. PINHO, Fabio Assis. Desafios da representação do conhecimento: abordagem ética. **Inf. Inf.**, v. 12, n. 1, p. 2007.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG; Brasília: UNESCO, 2003.

HJØRLAND, Birger. Does the traditional thesaurus have a place in modern information retrieval? **Knowledge Organization**, v. 43, n. 3, p. 145-159, 2016.

HOFFMAN, Felipe Eleutério. **O espaço construído na produção de lugares de memória**: reflexões sobre museus e lugares de memória do trauma, estudos de caso em Belo Horizonte. 2015. 188f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Arquitetura – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

INTERNATIONAL Federation of Library Associations and Institutions. **Manifiesto IFLA por la Biblioteca multicultural: La biblioteca multicultural**: portal de acceso a una Sociedad de culturas diversas en diálogo. [s/l]: IFLA, [2006].

JELIN, Elizabeth. **La lucha por el pasado: cómo construimos la memoria social**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2017.

\_\_\_\_\_. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Siglo Veintiuno de España, 2002.

LEONELLI, Vera. **ABC Direitos Humanos**. Salvador: UNICEF, 2002.

MACÊDO, Glazia Gabriela Ferreira de. Justiça de Transição e a negação dos Direitos Humanos no Brasil: uma análise dos discursos da jornalista Rachel Sheherazade entre os anos de 2014 e 2016. In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE CIENCIA POLÍTICA. 9., 2017, Montevideo. **Anais...** [Montevideo]: ALACIP, 2017.



MAI, Jens-Erik. Ethics, values and morality in contemporary library classifications. **Knowl. Org.**, v. 40, n. 4, p. 241-253, 2013.

MARTÍNEZ-ÁVILA, Daniel; BUDD, John M. Epistemic warrant for categorizational activities and the development of controlled vocabularies. **Journal of Documentation**, v. 73, n. 4, p. 700-715, 2017.

MARTINS, Joao Victor Nascimento. **Juridicidade e justiça de transição**. 2013. 172f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

MEYRIAT, Jean. Documento, documentação, documentologia. Tradução: Camila Mariana A. da Silva. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 21, n. 3, p. 240-253, jul./set. 2016.

MILANI, Suellen Oliveira. Os desvios na representação do conhecimento em um contexto multicultural: abordagens teóricas. In: LLORET ROMERO, Nuria. **Nuevas perspectivas para la difusión y organización del conocimiento**: actas del IX Congreso ISKO España. Valencia: Universidad Politécnica de Valencia, Servicio de Publicaciones, 2009.

NAIDU, Ereshnee. Memorialização nas Sociedades Pós-Conflito na África: Potenciais e Desafios. In: GABRIEL, Bix (Ed.). **Fortalecimento da memória, da justiça e dos Direitos Humanos no Brasil e no Hemisfério Sul**. Brasília: Comissão Brasileira de Anistia, Ministério da Justiça; Nova York: Coalizão Internacional dos Sítios de Consciência, 2015.

NATIONAL Information Standards Organization. **ANSI/NISO Z39.19-2005**: guidelines for the construction, format, and management of monolingual controlled vocabularies. Bethesda: NISO Press, 2005.

NÚCLEO de Preservação da Memória Política. **A Comissão da Verdade no Brasil**: Por quê? O que é? O que temos de fazer?. São Paulo: NM, [2011?].

OLIVEIRA, Ana Carolina Rezende; OLIVEIRA, Mariana Rezende. A memória em disputa no julgamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental nº 153. In: MEYER, Emilio Peluso Neder (Org.). **Justiça de transição em perspectiva transnacional**. Belo Horizonte: Centro de Estudos sobre Justiça de Transição da UFMG; Secretaria da Rede Latino Americana de Justiça de Transição; Initia Via, 2017.

OSMO, Carla; SANTOS, Shana Marques Prado dos. Olhares sobre a judicialização e o tratamento de arquivos na justiça de transição brasileira. In: \_\_\_\_\_ (Orgs.). **Justiça e arquivos no Brasil**: perspectivas de atores da justiça de transição. Florianópolis: Tribo da Ilha; Belo Horizonte: RLAJT; CJT/UFMG, 2016.

PINHO, Fabio Assis. **Aspectos éticos em representação do conhecimento**: em busca do diálogo entre Antonio García Gutiérrez, Michèle Hudon e Clare Beghtol. 2006. 132f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2006.

QUINALHA, Renan Honório. **Justiça de Transição**: contornos do conceito. 2012. 174f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

REÁTEGUI, Félix. As vítimas recordam. Notas sobre a prática social da memória. In: \_\_\_\_\_ (Coord.). **Justiça de Transição**: manual para a América Latina. Brasília: Comissão de Anistia, Ministério da Justiça; Nova Iorque: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011.

REDE de Direitos Humanos e Cultura. **Direito à memória e à verdade**: comissões de memória e verdade mundo. [Santa Maria, RS]: Dhnet, 2018. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/verdade/mundo/index.htm>>. Acesso em: 08 abr. 2018.

RODRIGUES, George Medleg. SILVA, Lúcia Margarida Alheiro. Os arquivos da repressão: o papel da revista Quadrilátero na divulgação desses acervos. **Dimensões**, v. 12, p. 179-193, 2001.

ROESLER, Claudia Rosane; SENRA, Laura Carneiro de Mello. Gênero e justiça de transição no Brasil. **Revista Jurídica da Presidência**, v. 15, n. 105, p. 35-67, 2013.

SANTOS, Roberto Lima. **Crimes da ditadura militar**: responsabilidade internacional do estado brasileiro por violação aos direitos humanos. Porto Alegre: Núria Fabris, 2010.

SAVOLDI, Laís Cristina. **Justiça de Transição na Alemanha**: os mecanismos adotados pelo Estado pós 1989. 2015. 101f. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Economia e Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

SILVA, Carlos Augusto Canêdo Gonçalves da; REIS, Roberta Cerqueira. Comissões da verdade, memória, reconstrução e o caso brasileiro. In: MEYER, Emilio Peluso Neder (Org.). **Justiça de transição em perspectiva transnacional**. Belo Horizonte: Centro de Estudos sobre Justiça de Transição da UFMG; Secretaria da Rede Latino Americana de Justiça de Transição; Initia Via, 2017.

SILVA, Leonio José Alves da. Direito ao esquecimento na realidade brasileira: implicações na Justiça de Transição e no erro judicial. **Revista Direito e Inovação**, v. 3, n.3, p. 106-122, 2015.

SOUZA, Emerson Maione de. Justiça de Transição na teoria das relações internacionais: realismo, construtivismo e as possibilidades de um engajamento crítico. Monções: **Revista de Relações Internacionais da UFGD**, v. 3, n. 6, p. 91-119, 2014.

SOUZA, Sávaia Cordeiro de. **A justiça de transição brasileira**: Lei 6.683/79 e a luta contra uma política de esquecimento. 2010. 355f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

TAVARES, Amarílis Busch. A Justiça de Transição no Brasil e na Alemanha: as possibilidades da responsabilização penal individual e das Comissões de Reparação e Verdade. In: Cornelius Prittowitz et al. (Orgs.). **Justiça de transição**: análises comparadas Brasil-Alemanha. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, 2015.

TEITEL, Ruti G. Genealogia da justiça transicional. In: REÁTEGUI, Félix (Coord.). **Justiça de Transição**: manual para a América Latina. Brasília: Comissão de

Anistia, Ministério da Justiça; Nova Iorque: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011.

\_\_\_\_\_. Transitional Justice in a new era. **Fordham International Law Journal**, v. 26, n. 4, p. 893-906, 2002.

TENNIS, Joseph T. Experientialist epistemology and classification theory. **Knowledge Organization**, v. 32, n. 2, p. 79-92, 2005.

TORELLY, Marcelo D. Das comissões de reparação à comissão da verdade: contribuições da Comissão sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (1995) e da Comissão de Anistia (2001) para a Comissão Nacional da Verdade. In: TOSI, Giuseppe et al. (Orgs.). **Justiça de transição: direito à justiça, à memória e à verdade**. João Pessoa: UFPB, 2014.

\_\_\_\_\_. **Justiça de Transição e Estado Constitucional de Direito: perspectiva teórico-comparativa e análise do caso brasileiro**. 2010. 355f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

TOSI, Giuseppe; SILVA, Jair Pessoa de Albuquerque e. A Justiça de Transição do Brasil e o processo de democratização. In: TOSI, Giuseppe et al. (Orgs.). **Justiça de transição: direito à justiça, à memória e à verdade**. João Pessoa: UFPB, 2014.

TRIVELATO, Rosana Matos da Silva; MOURA, Maria Aparecida. A diversidade cultural e os Sistemas de Representação da Informação. In: PINHO, Fabio Assis; GUIMARÃES, José Augusto Chaves (Orgs.). **Memória, tecnologia e cultura na organização do conhecimento**. Recife: Ed. UFPE, 2017.

UNITED Nations. **Guidance note of the secretary-general: United Nations approach to Transitional Justice**. [s/l]: United Nations, 2010.

\_\_\_\_\_. **What is Transitional Justice?: a backgrounder**. [s/l]: United Nations, 2008.

ZAMBONI, Rita Costa Veiga; FRANCELIN, Marivalde Moacir. Garantia cultural, garantia ética e hospitalidade na organização e representação do conhecimento. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 17., 2016, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2016. p. 1-16.